

Outubro de 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri International
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola é um dos 32 países que diminuíram índice da fome em 50% ou mais	1
1.2 Desemprego regista queda de 1,4 pontos percentuais	1
1.3 Mais de 20 mil famílias recebem apoio financeiro	2
1.4 Pobreza extrema no País é mais grave do que se pensa apesar dos vários programas	2
2. MICROFINANÇAS	4
2.1 KixiCrédito financia projectos com 280 mil milhões de kwanzas	4
2.2 BPC acentua recuperação de crédito vencido	4
2.3 Nuances da última decisão do CPM/BNA	4
2.4 " Os bancos não dão crédito e não têm impacto junto da população"	6
2.5 Malparado da banca cai ara 19,3% e atinge nível mais baixo dos últimos sete meses	7
2.6 BNA regista mais de seis mil operações de crédito à habitação	8
2.7 PREI	9
2.8 BNA quer política de concessão de crédito mais responsável	9
2.9 Banca só aprovou 47 processos de créditos no valor de 3,1 mil milhões Kz	10
2.10 BNA quer garantir mais crédito a favor das pequenas e médias empresas	11
2.11 Balanço dos bancos comerciais sai de perdas a lucros de 592, 4 mil milhões	12
2.12 Incumprimento de regras e falta de garantias entre os 'dilemas' da não cedência de crédito	13
2.13 Uíge cria novos aplicativos contra ataques cibernéticos	14
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Carpintarias do Huambo favorecidas por barreiras á importação	16
3.2 "Kaleluya" movimentava pequenos negócios.	18
3.3 Um negócio de preços baixos de riscos altos para quem compra	19
3.4 Cais precário no rio Zaire atrai volumes significativos da carga	20
3.5 FAO ratifica declaração de Angola contra pesca ilegal	21
3.6 Medicina tradicional tem conquistado um espaço maior no mercado nacional	22
3.7 Justificar contas numa economia informal	23
3.8 "Wall Street do Mártires" perdeu força e fecha negócios nos cafés	24
3.9 Transgressão ocupação dos passeios e venda desordenada empurram peões para perigos na estrada	25
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	27
4.1 Dívida Externa contabilizada em 51,7 milhões de dólares	27
4.2 Rácio da Dívida Pública baixa para 66 por cento	27
4.3 Trajectória da dívida pública confirma queda histórica de indicadores	28
4.4 Angola antecipa pagamentos da dívida aos maiores credores	29
4.5 Angola poupa 1,3 mil milhões de dólares	29
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	31
5.1 Angola poupa 1,3 mil milhões de dólares	31
5.2 Carolina Cerqueira defende conclusão do Pacote Legislativo Autárquico	31
5.3 Políticos e diplomatas avaliam discurso do Chefe de Estado	32

5.4	Presidente da República cria comissão para a institucionalização das autarquias locais	33
5.5	Comissão de Administração do Poder Local no Parlamento “entregue “a UNITA	34
5.6	Eleições autárquica	34
5.7	Cuando Cubango: Execu ção física de projectos do PIIM em ritmo acelerado	35
5.8	UNITA reorganizada para as autarquias	36
5.9	Novo Rei do Cuangar é entronizado hoje	36
5.10	UNITA com o foco nas primeiras eleições autárquicas	36
5.11	Benefícios económicos da implementação das autarquias	37
5.12	PR nega convocar «assanhada mente» autarquias	38
5.13	Executivo inicia programa para avaliar grau de cumprimento do Simplifica	39
5.14	Dionísio Fonseca quer reforço das administrações municipais	40

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 42

6.1	Inscrições abertas para habitantes abrem dentro de 14 dias.	42
6.2	Cidade celebra aniversário com uma perspectiva de orgulho e prosperidade	42
6.3	O desenvolvimento sustentável das Cidades	45
6.4	Novas moradias no Cuito entreguem até Dezembro	45
6.5	Apartamentos da central idade da Halavala começam a ser comercializados em Novembro	46
6.6	Banca só aprovou 47 processos de créditos no valor de 3,1 mil milhões Kz	47
6.7	Entregues mais de 400 apartamentos à juventude na Vida Pacífica no Zango	47
6.8	Terra prometida: o bairro onde falta quase tudo	48

7. TERRA 50

7.1	Defendido loteamento de terrenos no Uíje	50
7.2	Vila dos kuduristas nasce no Kilamba	51
7.3	Loteamento e construção	52
7.4	Governador garante cumprimento do programa de realojamento	53
7.5	"Se perguntar ao Governo a quantidade terras concedidas desde 2004 ninguém sabe responder.	53
7.6	Administrador de Mbanza Congo detido por venda ilegal de terrenos	55
7.7	Governo entrega terrenos para construção dirigida	56
7.8	Terreno Kilamba Kixi «prolonga» briga que opõe Deskontão a camponeses	56
7.9	Governador garante cumprimento do programa de realojamento	57

8. SERVIÇOS BÁSICOS 59

8.1	Um projecto Integrado	59
8.2	Abastecimento de água no Bita financiado em USD 1,07 mil milhões	59
8.3	João Baptista Borges visita estação de tratamento	60
8.4	Manuel Homem ausculta munícipes do Kilamba Kixi	60
8.5	MINEA e GPL reforçam os laços de cooperação	61
8.6	Mínistro da Energia e Águas constata obras em execução	62
8.7	Seis mil habitantes de Cabinda estão sem abastecimento de água	62
8.8	Água parada na rua Cristóvão dos Santos é fonte de doenças	63
8.9	Limpeza de Luanda reforçada com equipamentos técnicos	63
8.10	Lucala requalifica valas de drenagem	64
8.11	Água parada na rua Cristóvão dos Santos é fonte de doenças	64
8.12	ÁGUAS	65
8.13	BM e Agência Francesa financiam sector das águas e alterações climáticas	65
8.14	Catumbela tem programa para reduzir défice de água em 50%	66
8.15	Lubango reforça equipamentos para recolha de lixo porta-a-porta	66
8.16	Luanda vai dispor de mais meios para limpar as valas de drenagem	67
8.17	Camiões-cisterna asseguram abastecimento de água potável	68
8.18	Rede de distribuição de água está a ser ampliada	68

9. GÉNERO E VIOLENCIA 70

9.1	Onda de crimes volta a assombrar Nova Esperança	70
9.2	Mulher rural recebe incentivos	70
9.3	Empoderamento da mulher rural entre as metas da Acção Social	71
9.4	Governo reitera compromisso com a inclusão social da mulher rural	72
9.5	Mulheres incentivadas a formar cooperativas	73
9.6	Mais de 30 mil mulheres são integradas em cooperativas	73

10. AMBIENTE 75

10.1	Ministra quer políticas ambientais realistas	75
10.2	Ravinas ameaçam dezenas de moradias	75
10.3	Exportações de madeira serrada caíram 58% para 33,4 mil metros cúbicos	76
10.4	O ambiente da Nação	77
10.5	País constrói sistema nacional de controlo de alterações climáticas	78
10.6	Defendida exploração sustentável de recursos naturais nas comunidades	79
10.7	Falta de agentes fiscais dificulta trabalho do Instituto de Desenvolvimento Florestal	80
10.8	-China subiu 40%	81
10.9	Volume de negócios Angola-China subiu 40%	83
10.10	Leste do país vai contar com três parques solares	83

11. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 85

11.1	Angola quer diversificação das relações com a China	85
11.2	Angola considerada modelo de estabilidade em África	85
11.3	China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez	85
11.4	China aberta a produtos não petrolíferos angolanos	86
11.5	País reforça cooperação política com a china	87
11.6	Angola e China podem impulsionar progresso com a exploração de novas áreas	87
11.7	13.6 Cooperação China deseja reforçar laços, de alargar prazo do pagamento da dívida angolana	89
11.8	Governo afasta chineses do capital de Catoca	89
11.9	Trocas comerciais entre Angola e China aumentam 30 por cento	90
11.10	Volume de negócios Angola-China subiu 40%	91
11.11	Angola quer experiência da China na criação das Zonas Francas	91

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola é um dos 32 países que diminuíram índice da fome em 50% ou mais

Jornal O País

14 De Outubro de 2022

Texto: Daniel Miguel

Intitulado "Transformação dos sistemas alimentares e governação local", o relatório é elaborado anualmente pelas organizações não-governamentais (ONG) Welthungerhilfe e Concern Worldwide para analisar o estado da fome no mundo.

Na edição de 2022, os autores identificaram "sinais de progresso", apesar da situação global ser "sombria e lúgubre". "As crises sobrepostas que o mundo enfrenta estão a expor as fraquezas nos sistemas alimentares, desde o global até ao local, e expondo a vulnerabilidade das populações de todo o mundo à fome", refere-se.

Apesar destes indicadores desanimadores, o relatório sublinha "sinais de progresso, já que muitos países conseguiram reduções impressionantes na fome".

Desde 2000, 32 países viram o seu IGF diminuir em 50% ou mais, incluindo pelo menos um país de quase todas as regiões do mundo.

Entre estes países está Angola, que apresenta um índice de 25,9 (64,9 em 2000), ainda assim considerado grave. A nível dos países lusófonos, a Guiné-Bissau também baixou de 37,7 em 2000 para 30,8 em 2022, um nível grave. Cabo Verde apresenta um nível moderado de fome, com 11,8 (15,3 em 2000) e Timor-Leste 30,6 (37,7 em 2000). Moçambique não apresentou dados suficientes, sendo-lhe atribuído um intervalo de 20 a 34,9 do IGF.

Na África subsaariana, baixaram ainda o seu IGF em 50% ou mais o Djibuti, o Ghana, Malawi e Senegal. Segundo o relatório, a que a agência Lusa teve acesso, quatro dos cinco países com níveis alarmantes de fome estão situados no continente africano, nomeadamente no Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Madagáscar. O Iémen (Médio Oriente) também obtém este nível alarmante de fome.

O IGF identificou 49 países com um nível de fome baixo, moderado em 36 países, grave em 35 países, alarmante em nove países. A escala da fome não aponta nenhum estado com um nível extremamente alarmante.

I.2 Desemprego regista queda de 1,4 pontos percentuais

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2022

Texto: Pedro Peterson

O mercado de trabalho e o clima de confiança dos gestores e empresários mostraram uma tendência de consolidação de crescimento da actividade económica no segundo trimestre do ano em curso, segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA).

Os dados apontam que o desemprego reduziu pelo terceiro trimestre consecutivo, atingindo uma taxa de 30,2 por cento, abaixo da registada no mesmo período do ano transacto que foi de 31,6 por cento, ao passo que a confiança dos gestores e empresários do sector não financeiro relativamente à evolução da economia nacional no curto prazo se mostrou optimista.

Esse desempenho, segundo o BNA, resultou da avaliação positiva dos empresários e gestores à quatro sectores não financeiros, reflexo da melhoria da actividade actual e da perspectiva da produção e emprego, com destaque para o comércio e comunicação.

A confiança das famílias angolanas continuou a aumentar no II trimestre de 2022, registando o valor mais alto desde o início da série. O aumento da confiança das famílias, resulta da evolução favorável de todas as variáveis que compõem o Indicador.

Na opinião das famílias, nos últimos 12 meses, o desemprego no país diminuiu, nota-se ainda, uma forte queda dos preços de bens e serviços. Para os inquiridos, tanto a situação económica do país como a das famílias evoluíram positivamente face ao mesmo período de 2021. Quanto às expectativas dos preços de bens e serviços prevê-se uma forte queda nos próximos 12 meses.

No que se refere às limitações das actividades, os dados apontam que menos empresas tiveram dificuldades em desenvolverem as suas actividades, excepto os sectores da construção e transporte.

Apesar da tendência ascendente do indicador, os empresários dos sectores ainda se deparam com certos constrangimentos na sua cadeia de produção.

No segundo trimestre 2022, constatou-se que 22,6 por cento dos inquiridos afirmaram que com a actual situação económica do país, é possível poupar dinheiro. Comparativamente ao mesmo período de 2021 nota-se uma diminuição de 0,4 pontos percentuais.

No universo da população em idade activa, 11, 3 milhões de pessoas, declararam que trabalharam no período de referência, num trabalho por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Enquanto 4,9 milhões de pessoas, não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar no período de referência ou nos 15 dias seguintes.

Quanto à variação trimestral, no II trimestre do ano em curso, a população empregada aumentou 1,4 por cento face ao I trimestre, e consequentemente a taxa de emprego aumentou 0,2 ponto percentual, face ao I trimestre de 2022.

A taxa de emprego dos homens e das mulheres aumentou (0,3 e 0,2 ponto percentual, respectivamente) face ao I trimestre de 2022, no mesmo período, a taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos (36,2 por cento), foi superior em 0,8 face ao I trimestre.

I.3 Mais de 20 mil famílias recebem apoio financeiro

Jornal de Angola
15 De Outubro de 2022
Texto: Maria Cavela

Mais de 20 mil agregados familiares dos municípios do Virei e da Bibala, na província do Namibe, beneficiaram de três prestações de pagamentos de valores monetários, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (KWENDA), enquanto no município do Camucuio, na mesma província, 11.498 famílias estão cadastradas para receberem a primeira prestação.

Dados disponíveis indicam que, no município do Virei, o programa abrangeu 5.928 famílias e no da Bibala 16.125, sendo beneficiárias as comunas da Lola, Caitou e Capangombe.

A implementação do Kwenda, na província do Namibe, iniciou no município do Virei, em Outubro

do ano passado, devido à localização geográfica privilegiada que facilitou a identificação das comunas e bairros onde se encontram as comunidades mais vulneráveis, disse Eliseu Machado, assistente de desenvolvimento local.

O trabalho, referiu, esteve a cargo dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário Sanitário (ADECOS) com recurso aos meios tecnológicos. Foram cadastrados, nesse processo, 7.593 famílias, correspondentes a 37.965 habitantes.

Eliseu Machado explicou que, no âmbito da expansão do cadastramento das famílias vulneráveis na Bibala, onde se prevê atingir 22.770 famílias, estão registadas 25.289 famílias para serem enquadradas no início da terceira fase do programa.

"Até ao momento, foi possível garantir os pagamentos aos agregados familiares da Bibala e Virei, mas nos encontramos na fase preparatória para o arranque das transferências sociais monetárias em Camucuio, que se encontra no término da fase de cadastramento e validação", informou.

De acordo com Eliseu Machado, as etapas de validação comunitária, institucional e técnica, permitiram a identificação de 138 agregados, no município do Virei, e 235 na Bibala.

I.4 Pobreza extrema no País é mais grave do que se pensa apesar dos vários programas

Jornal Expansão
21 De Outubro de 2022
Texto: Faustino Diogo

O problema da pobreza extrema no País é ainda mais grave do que imaginamos, a conclusão é da Organização Não Governamental (ONG) Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), e consta no seu relatório sobre a execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP), referente aos anos 2019-2020, publicado recentemente em Luanda.

O documento da ONG teve como base apenas três dos 164 municípios onde está a ser desenvolvido o programa, nomeadamente Cacuso (Malange), Bailundo (Huambo) e Ganga (Benguela), com a ADRA a justificar com a dificuldade na obtenção de informações juntos das administrações locais responsáveis pela aplicação e gestão da PIDLCP, falta de recursos humanos e também dificuldades financeiras para chegar a todo o país.

A questão da pobreza tem vindo a acentuar-se e as causas são várias, com a principal a incidir no facto de a população estar a crescer a uma média de 3% ao ano, ao mesmo tempo que o País enfrentou cinco recessões económicas consecutivas iniciadas em 2016 e apenas ultrapassadas em 2021. Ou seja, a população está a crescer acima do crescimento económico, o que faz com que Angola tenha estado a criar cada vez mais população pobre nos últimos anos já que a economia não tem tido capacidade para criar empregos para fazer face ao forte crescimento populacional.

"Num cenário como este, em que a pobreza cria incapacidades de avanço, somente um grande suporte financeiro se apresenta como alavancagem, daí que o orçamento destinado ao combate à pobreza não pode ser poupado e precisa estar acima de 1,25 USD por pessoa", defende a ADRA.

De acordo com o INE, comparativamente à última década, os níveis de pobreza monetária e multidimensional aumentaram para 41%, ou seja, 4 em cada 10

Verba atribuída mensalmente aos municípios angolanos vive na pobreza monetária, isto é, com menos de 2 USD por dia, agravando assim os problemas de pobreza e fome.

Criado em 2018 com o objectivo geral de contribuir para a redução da pobreza e contribuir para a promoção do desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos, com inclusão económica e social a nível local, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, atribuiu mensalmente a cada um dos 164 municípios do País o valor de 25.000.000 Kz, num total de 300.000.000 Kz anualmente.

Contas feitas, actualmente este programa custa 49,2 mil milhões Kz anuais (164 municípios a 300 milhões Kz anuais cada), o que, tendo em conta que Angola tem cerca de 33,1 milhões de habitantes, dá um gasto médio de 1.487 Kz anuais por cada cidadão.

Esta verba é considerada pelos administradores municipais como insuficiente para combater a pobreza nas localidades.

"Este valor não chega e nem resolve metade dos problemas dos municípios. Não podemos esquecer que as agruras variam e nem todas as localidades têm as mesmas dimensões. E o valor é igual para todos independentemente das particularidades de cada um", disse ao Expansão um administrador municipal.

Ajuntar a esta questão estão os atrasos na disponibilização das verbas. "Isso dificulta ainda mais a implementação do programa", concluiu a fonte.

Também a ADRA admite que o baixo valor para o programa é um entrave ao combate à pobreza, sendo, por isso, o aumento das verbas uma das várias recomendações desta ONG que nas conclusões refere que este programa criado há quatro anos "não resolveu a situação mais urgente das comunidades como a fome e acesso a saúde, energia, água, mobilidade e educação".

A ADRA refere também que os recursos financeiros a alocar ao programa devem ser concentrados nos problemas mais urgentes das comunidades para que tenham efeitos directos nas vidas das populações que mais sofrem com a pobreza extrema.

Nas conclusões, a ONG refere ainda que as causas da pobreza e da fome são estruturais e conjunturais e que este programa não contempla todos os cidadãos que precisam e vivem em situação de pobreza. Alerta ainda que deve ser feita uma reintegração efectiva dos ex-militares, e que há grande número de cidadãos sem registos e sem bilhete de identidade uma vez que "o programa de massificação dos registos e entrega de bilhetes de identidade não é sustentável". O distanciamento entre as instituições, sobretudo dos gabinetes na capital do País e os municípios também é alvo de crítica: "a falta de articulação dos formuladores de política condicionou o impacto do programa", refere a ADRA.

A ONG faz também algumas recomendações para melhoria do combate à pobreza, assente em cinco pilares: Saúde, Educação, Estatística, Finanças e Agricultura (ver página 4).

Em termos de recomendações, a ADRA sugere que o combate à pobreza e a sua prevenção começa nos bancos da escola e é uma tarefa colectiva e defende o reforço da legislação no domínio da fiscalização e da prestação de contas ao nível local,

2. MICROFINANÇAS

2.1 KixiCrédito financia projectos com 280 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola
29 De Outubro 2022

A KixiCrédito celebra, hoje, 17 anos de existência no mercado angolano com um indicador positivo de ter já financiado mais de 750 mil projectos com um valor acumulado equivalente a cerca de 280 mil milhões de Kwanzas.

De acordo com números da entidade financeira não bancária, em termos de desembolsos anuais, a média ascende aos 10,2 milhões de kwanzas, com uma carteira activa de 18 mil clientes.

Não obstante o balanço positivo, dizem os gestores na nota enviada ao Jornal de Angola, a maior instituição angolana de microcrédito enfrenta desafios que se traduzem na produção de legislação que atenda as necessidades específicas do segmento, caso da ausência de regulamento voltado para as instituições ou bancos de microfinanças. Esta é das principais limitações no âmbito de providência de outras soluções indispensáveis para o empoderamento do sector.

Com o lançamento do produto KixiAgropesca, no âmbito do PREI, cujo foco é o financiamento de actividades relacionadas com a cadeia agrícola e pesca, a KixiCrédito financiou já cerca de 1200 projectos.

2.2 BPC acentua recuperação de crédito vencido

Jornal de Angola
14 De Outubro de 2022

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) anunciou, quinta-feira (13), o curso da Campanha Renascer+, posto em marcha para recuperação de crédito vencido em 2019, num desdobramento mais flexível da Campanha Renascer, lançada em 2019, dando lugar à recuperação de mais de 100 mil milhões de kwanzas, até ao ano passado.

Em nota de imprensa enviada à nossa Reação, o BPC declara que a Renascer+, que se prolonga por seis meses, até 31 de Março de 2023, representa um aperfeiçoamento da política de negociação para recuperação de crédito adoptada pelo banco,

permitindo reforçar os mecanismos de recuperação de crédito vencido.

De acordo com o documento, nesta campanha, o banco propõe condições que requerem menor esforço financeiro dos clientes, ao mesmo tempo que um alargamento dos montantes sujeitos à negociação do perdão dos juros da dívida.

A resolução prevê o perdão dos juros de mora para todos os clientes que manifestarem a intenção de aderir à campanha e dos juros vencidos em até 100 por cento, assim como a redução da taxa de juro do montante a reestruturar.

Prevê, ainda, a possibilidade da redução da taxa de juro do montante a reestruturar, a adequação do prazo ajustado à capacidade financeira do cliente e das comissões cobradas pelo banco.

O BPC lembra que a Renascer+ inscreve-se no Pilar II do Plano de Recapitalização e Reestruturação (PRR), que visa, entre outros aspectos, o saneamento e redução do risco de balanço do banco.

De acordo com o documento, o volume de crédito recuperado até 2021 é fruto da nova política de recuperação de crédito, realizada pela liquidação e reestruturação do valor em incumprimento, e, "sempre que possível", pela "formalização e reforço das garantias".

O banco insta à adesão à campanha, considerando que, com a reestruturação do crédito vencido, os clientes podem aceder a novos financiamentos, "visto que deixam de constar na lista de devedores em situação de incumprimento junto da Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC).

2.3 Nuances da última decisão do CPM/BNA

Jornal Economia e Finanças
14 De Outubro 2022

O Comité de Política Monetária (CPM), na reunião de 26 de Setembro de 2022, decidiu reduzir a taxa de juro BNA de 20 % para 19,5%, o primeiro corte registado desde Maio de 2019, contrariando a generalidade dos outros bancos centrais pelo mundo, incluindo a China, que para conter a tendência de aumentos dos preços, têm vindo a aumentar as taxas de juro de referência e, ou a dar sinalização de aperto da política monetária. Nesta conformidade, a decisão deve ser lida em duas perspectivas: A primeira é da dimensão variação da taxa de juro BNA e o segundo da direcção da que a variação de taxa de juro BNA teve.

Para o primeiro caso, em termos de dimensão, o corte tem pouco significado económico para aquilo que são as necessidades de investimento da economia, uma vez que com taxas de juro perto de 20%, excluindo projectos de investimento financiados ao abrigo do Aviso 10 do BNA, as possibilidades de se apresentarem viáveis, são muito reduzidas. Por outro lado, esta taxa ainda é penalizadora para o financiamento ao crédito particular, que hoje representa a segunda maior quota do stock de crédito no sector bancário, pois penaliza gravemente o nível de esforço das famílias relação entre o serviço da dívida e o salário do tomador de empréstimo que na generalidade mantém níveis de salários muito abaixo.

Contudo, devo ressaltar que o corte realizado pelo CPM não terá sido fortuito. Foi propositado e tem um racional por trás dele, que se alinha com a teoria monetária. Tecnicamente, o que o BNA quer dizer com o corte de 0,5 p.p., num contexto em que a taxa de inflação encerrou o mês de Agosto em 19,78%, é assegurar que a taxa de juro real que não fosse muito negativa - diferença entre a Taxa de Juro Nominal (19,5%) e a Taxa de Inflação dos últimos 12 meses exantes (19,78%) -, Contudo, de forma mais rigorosa e em linha com a equação de Fisher, não é a taxa de inflação corrente que conta, mas sim as expectativas sobre a inflação futura. Nestes termos, a taxa de juro real da economia, mesmo com a decisão do BNA, mantém-se positiva, o que beneficia quem faz poupança em detrimento de quem queira fazer investimento real na economia.

Dito de outro modo, e a título de exemplo, quem realizar um investimento financeiro - aquisição de um Bilhete de Tesouro com a maturidade de 360 dias com uma taxa de juro de 19,5%, vai ter ganhos reais da diferença da taxa de juro nominal - 19,5% com a expectativa de inflação para 2023, que poderá se fixar nos 11%, de acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional, ou seja, espera ganhar em termos reais mais 8 pontos percentuais -. Por outro lado, quem pretender realizar um investimento real, com a mesma taxa de juro, deverá registar uma perda real de perto de 8 pontos percentuais, da diferença do custo de aquisição do capital, 19,5% e da taxa de inflação a se verificada em 2023.

Dito isto, vale destacar que de acordo com o gráfico 01, tem se verificado uma "quase paridade" entre a taxa de Juro BNA e a taxa de inflação homóloga, com desta que para os anos 2018 e 2019, tendo se desfeito ao longo do ano de 2020 e 2021, em virtude desafios que a Covid-19 produziu sobre os níveis de preço na economia angolana. Nesta conformidade, a decisão do BNA é também uma indicação de

ajustamento que se faz necessário para a normalização da política monetária.

Para a segunda leitura, que é mais da direcção que a variação da Taxa BNA teve, o desta- que passa pela mensagem que é passada à economia e aos operadores económicos, de que não obstante a conjuntura económica mundial adversa, a economia angolana tem algumas características que lhe permitem estar numa condição de vantagem.

E essas nuances, como é o caso da produção e exportação de petróleo, a fixação dos preços dos combustíveis e o facto de deter uma taxa de câmbio que nos últimos quatro anos passou de um nível de sobrevalorização, para um nível de subvalorização. Autoridade monetária, se posicione na contramão daquilo que tem sido a posição da generalidade dos bancos comerciais.

É essa também a abordagem do FMI, que no último relatório sobre as perspectivas económicas mundiais de Outubro de 2022, ressalta e cito:

"As crescentes pressões sobre os preços continuam sendo a ameaça mais imediata à pros- paridade actual e futura, com premindo rendimentos, reais e minando a estabilidade macroeconómica. Os bancos centrais em todo o mundo estão focados em restaurar a estabilidade de preços e o ritmo da política monetária foi apertado de forma brusca. Neste sentido, existem riscos de aperto insuficiente e excessivo da política. O suba perto daria espaço para o aprofundar do processo inflacionário, o cor- roer da credibilidade bancos centrais e desancorar as expectativas de inflação. Como a história nos ensina repetidamente, este facto apenas aumentaria o eventual custo de controlar a inflação. Por outro lado, o risco de aperto excessivo empurrando a economia global para uma recessão desnecessariamente dura". Com efeito, para aquilo que tem sido a tendência de desaceleração da inflação em Angola, o posicionamento do BNA, de fixação de uma taxa de juro nominal que propicie a instauração de uma taxa de juro real neutra ou quase negativa, é a mais recomendável.

Assim, penso que foi uma boa medida. Que mais pela dimensão do corte, conta a indicação que o BNA dá ao mercado. Reduzir a em que a taxa de inflação está a desacelerar ajuda a tornar o CPM mais previsível. Contribui na reestruturação das expectativas dos agentes. Cria um ambiente de maior confiança na política monetária, o que é fundamental para a efectividade das medidas tomadas pelo CPM. Pois, quando existe coerência, entre aquilo que a teoria e a práxis económica, os decisores de políticas económicas tendem a corresponder com as

expectativas do mercado, facto que confere consistência às medidas de políticas adoptadas. E, claro, uma maior consistência da Política Monetária maior o nível de credibilidade da mesma e do próprio BNA.

Para a reunião de Novembro próximo, existem fortes possibilidades do BNA voltar a rever a taxa de juro BNA. Pois, pela actual tendência da evolução das Luibor, com a taxa Overnight a fixar-se em 11% e a 12 meses a situar-se próxima dos 17%, se a actual tendência se manter, não admira nada que o CPM venha fazer um corte mais enérgico.

Primeiro, porque tudo indica que a inflação vai fechar o presente ano abaixo dos 18%, sendo que os dados do INE de Setembro apontam para inflação de 18,16%. Segundo, porque será um período em que as empresas estão a planear o próximo ano económico e terão todo interesse em ter um ano financeiro mais acomodatório, e um posicionamento do BNA neste sentido seria positivo. Terceiro, porque há indicações que os subsídios aos combustíveis deverão ser mantidos em 2023, o que poderá acomodar as expectativas inflação de adicional.

2.4 " Os bancos não dão crédito e não têm impacto junto da população"

Jornal Expansãoqq

21 De Outubro de 2022

Texto: Joel Costa

Que desafios existem para um investidor estrangeiro residente e o que pode ser melhorado para atrair cada vez mais investidores?

Os desafios são muitos e eu vou te dizer, não são muito diferentes dos outros países. Empreender sempre foi muito desafiador. O nosso caso, tenho a impressão que tivemos muitos apoios desde o IFC e Banco Mundial, que apoiou o projecto, até às instituições do estado. Todas as pessoas nos abriram a porta, até o B A, foram boas as reuniões.

O que terão de diferente para serem tão bem recebidos e não terem queixas sobre o ambiente de negócios?

Talvez porque a ideia de trazer a primeira central privada de crédito era algo que todo mundo entendia. A minha percepção foi que todos entenderam que era realmente importante para o desenvolvimento económico. Todos sabemos qual o ambiente de crédito no País actualmente e as queixas que existem. Acho que tivemos essa sorte.

Então não houve desafios nem complicações no processo?

Claro que há. Os desafios são muitos grandes. Repare que o nosso projecto está a ser montado desde 2018. Não surgiu da noite para o dia. O nosso maior desafio é fazer com que a população, como um todo, e as empresas entendam o que estamos a fazer para melhorar o ambiente de crédito e, principalmente, elevar o acesso das famílias angolanas a cada vez mais bens de consumo e serviços a crédito.

Podem dar um exemplo concreto sobre os bens de consumo que poderão ficar mais acessíveis?

Para comprar uma arca você precisa de um valor entre 500.000 a 800.000 Kz e tem de pagar à vista, ou seja, a pronto pagamento. E as pessoas com menor poder de compra não têm condições para ter uma arca. Com a criação de condições para efectuar pagamentos a crédito queremos, com a ajuda da imprensa e dos órgãos públicos, ajudar as pessoas a compreender o que fazemos. O nosso serviço representa uma grande viragem para o desenvolvimento desse mercado-chave.

A Bureau é uma empresa de capital angolano. Deve ser considerado um investimento nacional ou estrangeiro?

Somos uma empresa de capital 100% angolano, composta por um grupo de várias nacionalidades. Temos pessoas que residem em Angola há muitos anos. Eu já estou cá há anos. Venho trabalhando dentro de empresas de tecnologia e empresas que estão voltadas para o mercado financeiro. Temos estado a estudar e avaliar a criação da empresa há muito tempo. Isto não nasceu ontem. Estamos neste processo desde 2018.

Qual foi a participação do IFC, o braço financeiro do Banco Mundial, neste processo?

Estamos a construir esse projecto, desenvolvendo o plano de negócios, e temos conversado com o Banco Mundial já há alguns anos. Vimos a Agência de Protecção de Dados (APD) ser construída e constituída. Temos conversado com o BNA. O nosso projecto foi avaliado pelo IFC e a nossa licença demorou mais de um ano para sair. Tudo por conta de todos os critérios que precisamos de cumprir. E um deles é ter capital 100% angolano, validado por todas às instituições.

Qual o investimento e a proveniência dos fundos?

É uma correspondência de recursos financeiros próprios e investimentos com empréstimos bancários. Então é um encontro de várias

composições para que possamos realizar o nosso sonho de trazer esta experiência que vimos no Brasil e noutros países. Um dos membros da nossa equipa, o Cristiano, reside em Angola há 20 anos. Então a gente está a vivenciar o mercado angolano e queremos trazer um pouco do que vivenciamos e aprendemos no nosso país.

Quem regula e quem emite a vossa licença da operação?

Quem regula a nossa actividade de informação proveniente da banca. Porque os bancos já fornecem informação à circular nosso sistema está no ar no desde o dia 8 de Agosto. A tecnologia utilizada pela vossa empresa está disponível há vários anos.

Porque só agora chega a Angola?

A verdade o trabalho das centrais privadas tem mais de cinco décadas em todo o mundo. Estamos a trazer para Angola uma tecnologia que é utilizada em mais de 45 países. É de uma empresa da Islândia. Desde o mês passado que estamos em contacto com entidades de Angola provenientes do mercado financeiro bancário e não bancário.

Qual o impacto que pensam ter na economia?

O impacto é muito mais significativo porque, por exemplo, hoje em Angola não existe uma compra financiada de um automóvel. Existe muito pouca oferta de imóveis ou mesmo um crédito para a reforma, para a compra de um terreno, para a compra de electro domésticos. Isso tudo é possibilitado porque você diminui muito o risco de quem está a

O impacto real é ampliar a oferta de crédito à economia?

Sim, o acesso a esse produto é extremamente relevante. Muito mais do que o pagamento pós-pago de uma conta. Por exemplo, se quiser comprar um telemóvel, vai à loja e paga à vista. Podemos dar o exemplo da Unitel, que conhece o hábito de consumo de alguém que reside em Angola há oito anos e sabe que consome bastante. E tem conhecimento, inclusive, do modelo do aparelho que a pessoa usa. Mesmo assim, a Unitel não vende um aparelho novo em parcelas, para que essa pessoa possa trocar de telemóvel.

Acha que isso vai acontecer no curto-prazo?

É algo que vai passar a acontecer porque você vai conhecer melhor o hábito de consumo dos cidadãos e saber, por exemplo, como evoluiu o seu comportamento nos últimos 24 meses. Você vai poder impactar o cidadão de forma diferente. Hoje os

Bancos não impactam o cidadão oferecendo crédito. Por exemplo, no natal, isso no Brasil, temos uma oferta de crédito com taxas de juro atraentes. Os bancos no Brasil sabem, por exemplo, quando você vai fazer 18 anos, uma boa altura para comprar um carro. Então você é impactado por esse perfil. Esses perfis se tornam mais fáceis de serem analisados, a máquina fica realmente mais oleada e a procura e a oferta começam a se encontrar.

2.5 Malparado da banca cai ara 19,3% e atinge nível mais baixo dos últimos sete meses

Jornal Expansão

21 De Outubro de 2022

Texto Nelson Rodrigues

O malparado sobre o crédito bruto da banca nacional caiu para o nível mais baixo dos últimos sete meses ao fixar-se nos 19,3%, influenciado pela renegociação dos contratos de crédito em incumprimento entre as instituições bancárias e os respectivos clientes, de acordo com fonte junto da administração do Banco Nacional de Angola (BNA).

Na prática, dos pouco mais de 6,4 biliões de Kwanzas do stock de crédito registado em Junho, 1,2 biliões estavam malparados, ou seja, sem pagamento de juros e amortizações.

"Tem havido uma espécie de rollover, uma renegociação dos prazos e conseqüentemente das prestações mensais dos empréstimos. Os bancos têm encontrado formas de renegociação, fazendo com que as prestações mensais caibam no bolso dos clientes", explicou a fonte do banco central.

A queda do malparado já vem desde o início do ano, precisamente em Fevereiro, quando os indicadores de solidez financeira da banca doméstica apontavam para o nível de malparado a rondar os 24,09%. Como o crédito bruto era de quase 6,0 biliões Kz, isto significa que pouco mais de 1,4 biliões estavam malparados.

E de lá para cá foi sempre a cair, com a Março a registar 21,18% e Abril 21,05%. A queda do malparado continuou em Maio, quando se fixou nos 20,59%, até chegar em Junho nos 19,37%.

O economista Wilson Chimoco atribui a queda do nível de malparado na banca nacional ao que chamou de "melhoria das condições económicas do País". "Angola está com quatro trimestre consecutivos com taxas de crescimento positivas, o que ajuda as

empresas a deterem um fluxo de caixa melhor para o cumprimento das obrigações financeira", apontou.

Chimoco considera também que a reestruturação de créditos financiados ao abrigo do Aviso 10 está a influenciar positivamente na queda do mal parado. "Isto dá-se pelo facto de muitos projectos serem reestruturados ao abrigo do Aviso 10, facto que reduziu significativamente os custos financeiros dos projectos e tem dado maior margem para o pagamento do crédito contratados em período anterior.

Por outra, é uma questão estatística, já que no período em referência assistiu-se ao aumento do crédito na economia que não foi proporcional ao aumento do stock de crédito em risco", explicou o também investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola.

2.6 BNA regista mais de seis mil operações de crédito à habitação

Jornal Economia e Finanças

21 De Outubro de 2022

Texto: Ana Paulo

A central de informação Angola (BNA), registou até a presente data, um acumulado de 6.200 operações de crédito habitação, segundo o director do Gabinete de Acompanhamento de Crédito, Veloso Pedro.

O responsável, que falava na conferência sobre Crédito à Habitação, organizado pelo Instituto Nacional de habitação, disse que nos últimos cinco anos, o crédito habitação contraiu sobremaneira.

Disse que do valor de 137 mil milhões de kwanzas acumulados que foi concedido à central de informação, teve um risco de crédito numa média de 22, 19 milhões de kwanzas por operação no âmbito das operações 6.200 operações de crédito habitação.

Nos últimos cinco anos, segundo explicou, o crédito contraiu sobremaneira numa percentagem de 9.57 por cento e uma média de 2.51 por ano. Segundo Veloso Pedro, do lado do BNA olhou-se também para as queixas que são praticadas a nível do mercado, e quase todas estão acima daquilo que não é esperado, "olhando igualmente para a inflação acima dos 30 por cento e algumas até chegam a 32 por cento", disse.

Quanto ao total de processos de créditos habitacionais registados pelo Banco Central, Veloso Pedro disse que é um sinal de que ninguém tem

acesso ao crédito habitacional, com base nas queixas praticadas no mercado. O responsável deu como exemplo, o aviso 9 que entrou em vigor em Junho deste ano, no que toca a crédito habitação em Luanda, no mês de Setembro foram concedidos financiamentos não superior a 80 projectos de ponto de vista habitacional e dois projectos para o crédito a construção.

"Amissão do BNAestác1ara na sua Lei orgânica 24/2021, que é de garantir a estabilidade dos preços na economia. É uma Lei que veio a bom tempo, já no quadro da economia patrimonial financeira, sendo que é a missão banco regulador garantir a estabilidade dos preços na economia por da execução da sua política monetária, cambial e da supervisão", frisou.

Disse que, sem prejuízo desta missão, o BNA ainda assim olhou para um conjunto der sectores de actividade que possam contribuir para o apoio do sector real a economia e para o imobiliário.

Dinamização no sector imobiliário

No sentido de criar facilidade no acesso ao Crédito Habitação, o BNA fez um contacto prévio com as mais diversas entidades que actuam no sector, sobre a necessidade de se dinamizar o crédito imobiliário, actividade realizada antes do período pré-eleitoral, que foi a criação do Aviso 9/2022.

Segundo Veloso Pedro, há cerca de um ano que o BNA iniciou estes estudos e verificou que os indicadores que estão registados na central de informação de risco de créditos são indicadores preocupantes.

"Daí a mi são do BNA este claro na sua Lei orgânica nº 24/2021, Lei que garante a estabilidade de preços na economia" disse Veloso Pedro.

Com relação ao Aviso 9/2022, o responsável disse que uma parte visa tratar do Crédito Habitação e a outra à construção. Explicou ainda que no âmbito do crédito à habitação, o aviso tem uma finalidade específica, isto é, o mais difícil do empréstimo é o desvio da finalidade porque solicita-se um determinado crédito, "e se o financiamento não cumprir com crédito ao aviso 9/2022".

Ainda no que toca ao Aviso, disse o diploma também elege um conjunto de elementos obrigatórios, no caso de aquisição da própria habitação, deve ser adquirida pelo promotor habitacional com financiamentos contraídos depois da entrada em vigor do Aviso.

Por um lado, disse que exis- tem também requisitos que são estabelecidos de formas cumulativas, são

contempladas apenas os imóveis construídos após o ano 2012 e que sejam também adquiridos directamente de um promotor imobiliário.

Já em relação ao valor do Crédito habitação, o Aviso também estabelece tetos máximos para a aquisição promotário cerca de 50 milhões de Kwanzas e no caso de um casal ou mesmo quadros com capacidade para o efeito, são 100 milhões de kwanzas o máximo.

Quanto às taxas de juros em termos de custos, fala-se de sete por cento ao ano, isto é, o Aviso 9/22 tem basicamente três meses de existência e baseia-se em créditos a longo prazo. Em termos de prazo de material de financiamento o prazo é de 25 anos, e caso haja reestruturações, o período poderá ser alargado até 30 anos.

Veloso Pedro disse que o BNA tem interagido com os bancos comerciais e que da parte da banca reportam um conjunto constrangimentos, como a inexistência de projectos estruturantes. Inexistência de documentação completa por parte de alguns promotores de crédito, garantias, capacidade financeira de alguns mutuários ou solicitantes.

2.7 PREI

Jornal Expansão
21 De Outubro 2022

O Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) disponibilizou 3.300 microcréditos, no valor de 3,7 mil milhões de kwanzas, e formalizou a actividade de 246 mil operadores, dos quais mais de 70 por cento são mulheres

2.8 BNA quer política de concessão de crédito mais responsável

Jornal de Angola
26 De Outubro de 2022
Texto: Ana Paulo

O Banco Nacional de Angola (BNA) reafirmou, terça-feira (25), em Luanda, total empenho para garantir ao mercado a concessão de crédito de forma responsável pelo sistema bancário.

Segundo o governador José de Lima Massano, as pequenas e médias empresas devem melhorar a qualidade da informação para facilitar-se no momento da tomada de decisão sobre os processos de créditos na banca, necessários para o desenvolvimento do país.

No discurso de encerramento da sessão de apresentação do estudo "Banca em Análise 2022", de iniciativa da Deloitte, ontem, em Luanda, o governador do BNA lembrou, por outro lado, que no financiamento de iniciativas empresariais de grande dimensão é importante passar-se a considerar soluções que contemplem instrumentos de mercado de capitais, de modo a alargar-se a capacidade interna de financiamento.

Para José de Lima Massano, os grandes desequilíbrios estão a ser superados e a estabilidade, a robustez e a resiliência do sistema financeiro vem sendo mantida.

Nessa perspectiva, realçou a desaceleração da inflação, cuja taxa anual foi de 18,15 por cento em Setembro, o normal funcionamento do mercado cambial e a solidez do sistema financeiro, com nível médio de adequação de capitais a rondar os 20 por cento, como parte desse percurso de normalização.

Para além do compromisso com a estabilidade de preços e do sistema financeiro, o BNA está também empenhado em promover o desenvolvimento de um sector bancário mais competitivo, inclusivo e capaz de prosseguir com os investimentos exigidos pela dinâmica de organização e funcionamento da economia.

"Reconhecemos, que a qualidade da informação prestada pelos clientes, sobretudo, a de natureza contabilística e financeira, muitas vezes, não é suficiente para permitir uma avaliação rigorosa das solicitações de crédito, sendo essa, uma insuficiência ainda muito presente em empresas de pequena e de média dimensão, tornando-se, por isso, necessário, que as mesmas assumam o compromisso de melhoria dessa informação, de forma a potenciar o acesso ao crédito", sublinhou.

José de Lima Massano destacou que quando o projecto "Banca em Análise" foi lançado, o sector tinha 12 bancos, com um total do activo de 531 mil milhões de kwanzas, hoje cresceu para 24 bancos em actividade, com um activo consolidado de cerca de 20 biliões de kwanzas, aproximadamente, 38 vezes o de 2005. Do ponto de vista operacional, ainda no domínio da estabilidade do sistema financeiro, o governador do BNA destacou a realização do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) de 13 bancos que representavam cerca de 93 por cento dos activos totais da banca. Na base dos resultados colhidos, deu-se, conforme justificou José de Lima Massano, início ao processo de reestruturação de dois bancos públicos sistémicos, BPC e BCI, no caso, bem como à exigência de um novo patamar mínimo de capital social e fundos próprios regulamentares das instituições financeiras.

Foi ainda definida a aplicação de uma reserva de capital adicional para os bancos de importância sistémica, no sentido de aumentar a resiliência do sector.

BANCA

Depósitos de clientes fixados em 13,14 biliões

Os depósitos de clientes no sector bancário angolano, em 2021, totalizaram 13,14 biliões de kwanzas, o que representa uma redução de 7,0 por cento face a 2020.

De acordo com o estudo "Banca em Análise 2022", apresentado, ontem, em Luanda, o decréscimo é explicado pela valorização do kwanza, que leva a um menor peso do valor (equivalente) dos depósitos em moeda estrangeira.

Quanto ao património financeiro e não financeiro (activos) dos bancos angolanos, em 2021, ficou contabilizado num valor de 17,4 biliões de kwanzas.

Estes números correspondem a um decréscimo de, aproximadamente, 5,4 por cento face a 2020.

Na posição relativa entre os cinco maiores bancos a operar em Angola, o BAI continua a liderar, com um activo total de 3,03 biliões de kwanzas, seguido pelo BFA, BIC, BPC e Atlântico. Registou-se uma troca de posição entre o BPC e o BIC. Os cinco maiores bancos representaram cerca de 65 por cento do total do activo do sector bancário.

Para o presidente da Deloitte Angola, José Barata, a evolução da actividade e da rentabilidade dos bancos são condicionadas por um conjunto de factores que vivenciaram duas realidades, nomeadamente, a erupção da margem complementar por via da redução dos resultados cambiais.

José Barata destacou ainda a evolução da perspectiva positiva do "rating" de Angola no sector, bem como os momentos marcantes do ano transacto, com maior destaque para a aprovação pelo BNA do Plano de Recapitalização e Reestruturação do Banco Económico, a publicação de um conjunto de normativos, o processo de avaliação mútua do sistema de prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como a conclusão dos processos de privatização de participações públicas, através do leilão em bolsa.

Quanto ao resultado líquido dos bancos incluídos na 16ª edição do Banca em Análise, o estudo da Deloitte registou, em 2021, uma variação significativa de 896 mil milhões de kwanzas em relação ao ano anterior, passando para um valor agregado positivo de 592.402 milhões de kwanzas, em 2020, menos 303.724

milhões. Na abertura do referido acto, o secretário de Estado das Finanças e do Tesouro apontou, para o final deste ano, um rácio da dívida pública fixado em 61,9 por cento.

2.9 Banca só aprovou 47 processos de créditos no valor de 3,1 mil milhões Kz

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Jorge Batalha

No período de Junho até ao dia 21 de Outubro de 2022, os bancos comerciais que operam no País apenas aprovaram 47 processos relativos a créditos à habitação, à luz do Aviso 09/22 do Banco Nacional de Angola (BNA), revelou ao Novo Jornal, em primeira mão, o Banco Central.

A aprovação dos 47 processos representa, no entanto, menos de 50% dos III processos submetidos à banca comercial, calculou este jornal os dados fornecidos pelo regulador do sistema financeiro.

De acordo com as informações prestadas, por via dos 47 processos aprovados, foram já desembolsados 3,1 mil milhões de kwanzas, o que corresponde somente a 5% do valor global previsto para o crédito ao sector imobiliário, estimado em 58 mil milhões Kz.

Com 47 processos aprovados em quatro meses, os bancos comerciais acabaram, deste modo, por validar em média duas solicitações diariamente, já que quatro meses possuem 88 dias úteis.

Explicado doutro modo, dos mais de 100 processos, os bancos comerciais chumbaram 15 pedidos de crédito à habitação, 44 estão no laboratório de análise e, até ao momento, 47 conseguiram obter o aval, avançou o Banco Central.

Conforme o BNA, os solicitantes dos créditos habitacionais apresentam um conjunto de incongruências no momento de remeter os documentos exigidos à luz do Aviso 09.

"Do número global, das operações registadas constam operações em análise, contratadas e recusadas, destacando-se que a existência de inúmeros constrangimentos de natureza jurídico-legal e insuficiência de elementos documentais completos contrariam a apresentação, junto dos bancos comerciais, de processos devidamente instruídos, em conformidade com os requisitos de elegibilidade estabelecidos nos artigos 6.º e 8.º do normativo",

explica ao Novo Jornal o órgão regulador do sistema financeiro.

Apesar do alarido criado em torno das anomalias no momento de adesão ao crédito à habitação, o Banco Central afirma que não registou nenhuma ocorrência e reafirma não ter punido nenhuma entidade bancária por violação deste normativo.

"De acordo com os nossos registos, o Banco Nacional de Angola não recepcionou qualquer reclamação de promotores imobiliários", argumenta, garantindo, de seguida, que não existem "elementos [actuais para a instauração de qualquer medida sancionatória contra os bancos comerciais".

Bancos pequenos deram mais crédito à habitação

De um grosso de 111 processos que os bancos comerciais receberam, o maior número de pedidos de crédito habitacional esteve ligado aos bancos sistémicos, tendo esses recepcionados 70 solicitações. Entretanto, do leque de pedidos, menos de um terço teve 'sim' dos pesos pesados da banca, ou seja, do total de 70 processos que bateram à porta dos grandes bancos, apenas 12 passaram no teste. De forma geral, os 12 processos permitiram que fosse desembolsado um valor global de 855,6 milhões Kz, sendo que, neste momento, nos bancos com maior peso no sistema financeiro, se encontram 44 petições de crédito em análise e 14 processos levaram 'cartão vermelho'.

Já os bancos não-sistémicos verificaram 41 processos, concedendo 'sim' a 35 solicitações de crédito, que permitiram a injeção de um montante global de cerca de 2, 2 milhões Kz. Os bancos mais modestos têm ainda sobre a mesa cinco solicitações de crédito e chumbaram um pedido.

Na busca de mais informações práticas sobre a operacionalidade do crédito à luz do Aviso n.º 09, a equipa do Novo Jornal deslocou-se a algumas agências bancárias, tendo verificado, em muitos bancos, um autêntico despreparo dos agentes sobre o assunto.

Na verdade, os funcionários do banco, à partida, dizem logo que é "difícil", sendo peremptório em afirmar "não é para qualquer bolso".

2.10 BNA quer garantir mais crédito a favor das pequenas e médias empresas

Jornal Economia & Finanças

28 De Outubro de 2022

Texto: Ana Paulo

Banco Nacional de Angola (BNA) reafirmou, ontem, em Luanda, total empenho para garantir ao mercado a concessão de crédito de forma responsável pelo sistema bancário.

Segundo o governador José de Lima Massano, as pequenas e médias empresas devem melhorar a qualidade da informação para facilitar-se no momento da tomada de decisão sobre os processos de créditos na banca, necessários para o desenvolvimento do país.

No discurso de encerramento da sessão de apresentação do estudo "Banca em Análise 2022", de iniciativa da Deloitte, ontem, em Luanda, o governador do BNA lembrou, por outro lado, que no financiamento de iniciativas empresariais de grande dimensão é importante passar-se a considerar soluções que contemplem instrumentos de mercado de capitais, de modo a alargar-se a capacidade interna de financiamento.

Para José de Lima Massano, os grandes desequilíbrios estão a ser superados e a estabilidade, a robustez e a resiliência do sistema financeiro vem sendo mantida. Nessa perspectiva, realçou a desaceleração da inflação, cuja taxa anual foi de 18,15 por cento em Setembro, o normal funcionamento do mercado cambial e a solidez do sistema financeiro, com nível médio de adequação de capitais a rondar os 20 por cento, como parte desse percurso de normalização.

Para além do compromisso com a estabilidade de preços e do sistema financeiro, o BNA está também empenhado em promover o desenvolvimento de um sector bancário mais competitivo, inclusivo e capaz de prosseguir com os investimentos exigidos pela dinâmica de organização e funcionamento da economia.

"Reconhecemos, que a qualidade da informação prestada pelos clientes, sobretudo, a de natureza contabilística e financeira, muitas vezes, não é suficiente para permitir uma avaliação rigorosa das solicitações de crédito, sendo essa, uma insuficiência ainda muito presente em empresas de pequena e de média dimensão, tornando-se, por isso, necessário, que as mesmas assumam o compromisso de melhoria dessa informação, de forma a potenciar o acesso ao crédito", sublinhou.

José de Lima Massano destacou que quando o projecto "Banca em Análise" foi lançado, o sector tinha 12 bancos, com um total do activo de 531 mil milhões de kwanzas, hoje cresceu para 24 bancos em actividade, com um activo consolidado de cerca de 20 biliões de kwanzas, aproximadamente, 38 vezes o de 2005.

Do ponto de vista operacional, ainda no domínio da estabilidade do sistema financeiro, o governador do BNA destacou a realização do exercício de Avaliação da Qualidade dos Activos (AQA) de 13 bancos que representavam cerca de 93 por cento dos activos totais da banca. Na base dos resultados colhidos, deuse, conforme justificou José de Lima

Massano, início ao processo de reestruturação de dois bancos públicos sistémicos, BPC e BCI, no caso, bem como à exigência de um novo patamar mínimo de capital social e fundos próprios regulamentares das instituições financeiras. Foi ainda definida a aplicação de uma reserva de capital adicional para os bancos de importância sistémica, no sentido de aumentar a resiliência do sector.

Redução da dívida

A dívida pública angolana reduz, entre 2020 e 2022, cerca de 72 pontos percentuais, ao sair de 133,8 por cento para os 61,9 por cento previstos para até ao final do ano.

De acordo com o secretário de Estado das Finanças e do Tesouro, Ottoniel dos Santos, o rácio da dívida pública face ao Produto Interno Bruto (PIB) tem vindo a diminuir de forma consistente em linha com a Lei, estimando-se que, até final do ano, alcance um nível de 61,9 por cento.

Ottoniel dos Santos presidiu, ontem, em Luanda, ao acto de abertura de apresentação da 16ª edição do estudo "Banca em Análise 2022", iniciativa da Deloitte.

Na ocasião, disse que a percentagem estimada está muito próxima da definida na Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas, que prevê um rácio da dívida pública no patamar de 60 por cento em relação ao

valor do PIB. Conforme detalhou, em Agosto deste ano, o rácio da dívida rondava em cerca de 66,2 por cento, um passo significativo, porque a dívida pública em 2020 era de 133,8 por cento.

"Fruto de muito trabalho feito por actores do sector misto e, especialmente, pelo Executivo, através do cumprimento da Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas, foi possível registar um pouco mais de disciplina fiscal, que resultou no mesmo ano numa diminuição do rácio para 82,9 por cento", frisou.

De acordo com Ottoniel dos Santos, o Governo conta com o apoio dos investidores, porque percebe que o investimento público por si só não seja suficiente para fazer crescer o PIB.

Daí a necessidade de impulsionar-se uma outra variável, que é o investimento do sector privado.

Quanto ao ano 2023, em linha com a Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas, Ottoniel dos Santos disse esperar-se um rácio abaixo do indicador de 61,9 por cento do PIB. De igual modo, o sector continuará focado na redução e manutenção em níveis compatíveis com a sustentabilidade da dívida e das necessidades médias anuais de financiamento bruto.

"Na medida em que o Estado tiver menos necessidades de financiamento, sobretudo, com recurso à poupança interna, os expedientes serão canalizados para operações de crédito à economia real e mais oportunidades abrem-se para o desenvolvimento do mercado de capitais", apontou.

2.11 Balanço dos bancos comerciais sai de perdas a lucros de 592, 4 mil milhões

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2022

O balanço dos bancos comerciais que operam em Angola fechou, em Dezembro de 2021, com um lucro de 592,4 mil milhões de Kwanzas, representando uma melhoria face às perdas registadas no ano anterior, indica a décima sexta edição do estudo 'Banca em Análise', da consultora Deloitte.

Segundo o relatório, a ajudar ao balanço positivo está, entre outros, "a melhoria do rating de Angola e a consequente reversão de perdas por imparidade e da melhoria dos resultados do BE e do BPC em 2021". Os resultados do maior banco público embora tenham sido negativos (cerca de 83 mil milhões Kz), apresentaram uma evolução muito positiva. Os lucros

deste ano representam ainda um incremento de cerca de 896 mil milhões face ao total inscrito nas contas de período de 2020.

"Este resultado líquido do sector é atenuado pela descida significativa dos resultados cambiais que reduziram em 2022 cerca de 96% (2021: 18.723 milhões de kwanzas e 2020: 500.033 milhões de kwanzas), sendo que estes dados não incluem o BE por indisponibilidade de informação. Considerando a exclusão do BPC e BE desta análise, os resultados líquidos sem 2021 tinham registado um aumento de 40% face a 2020", lê-se numa nota da Deloitte, que resume o estudo.

Também o activo registou evolução. Até 31 de Dezembro de 2021, esse indicador do balanço ascendeu a 17.412 mil milhões Kz, correspondentes a um decréscimo de aproximadamente 5,4% face a 2020.

Por sua vez, o valor total dos depósitos de clientes no sector bancário foi de 13,1 biliões, um decréscimo de 7% face a 2020, explicado pela valorização do kwanza, que leva a redução do valor dos depósitos denominados em moeda estrangeira.

2.12 Incumprimento de regras e falta e garantias entre os 'dilemas' da não cedência de crédito

Jornal O País

28 De Outubro de 2022

Texto: Milton Manaça

Para a consultora económica e financeira, Lisandra Salvador, no contexto actual, caso houvesse maior liberalização de crédito por parte da banca, estimular os 460 projectos do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações (PRODESI) haveria maior dinamismo no consumo, o que geraria mais produção e, conseqüentemente, a criação de mais postos de trabalho.

Lisandra Salvador disse que com isso haveria garantia de renda para as famílias, "sem esquecer que o referido impacto demanda de tempo para maturar e promover o esperado crescimento económico", sublinha.

A interlocutora aponta como causas do incumprimento na cedência de crédito os requisitos dos solicitantes como, por exemplo, a falta de literacia financeira e conhecimento dos serviços bancários, falta de formalismo e de estudos de viabilidade adequados.

Entretanto, Lisandra Salvador realça que existe incumprimentos por parte dos bancos, mas que é limitado ao nível de reservas e pela pressão provocada pelos vários instrutivos emanados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), como o caso do aumento do capital e das agências bancárias por todo o país, culminando com o encerramento de algumas agências e um número considerável de despedimentos no sector.

"O BNA está na sua posição reguladora, mas não pode sufocar as instituições a ponto de as mesmas caírem em prejuízo e fecharem as portas. Está mais do que provado de que o sector bancário é um importante multiplicador para a economia nacional, seria de bom-tom rever a real possibilidade dos bancos e ajustar as reformas de forma que sejam exequíveis", disse a especialista em finanças.

Sublinha que os cidadãos não querem ver os bancos em quem contam a fechar, nem querem perder os empregos com o fechar de portas, por esta razão há necessidade de se adaptar as reformas estruturais no sector e tem de se levar em consideração. os efeitos adversos.

Por isso, sobre os 460 projectos, Lisandra Salvador acredita que estão estagnados por não terem sido executados, "o que denotam uma certa incoerência na sua eficiência por nem sequer atingir 50% do esperado".

Reconhece os passos que têm sido marcados pelos bancos com maior capacidade de cedência de crédito, mas enfatiza que há incapacidade de cumprimento dos regulamentos exigidos pelo BNA, planos de inovação, redução de burocracia interna e política.

Inclui ainda na lista dos constrangimentos "o famoso amiguismo", tendo aconselhado a aposta contínua na inovação e a utilização de serviços de qualidade para fomentarem o crescimento da economia.

Crédito como prioridade

O economista Paulo dos Santos, concorda que muitos projectos não são financiados como resultado da pouca divulgação de informação fundamental para o efeito, ou a deficiência em câmaras empresariais que prestam assessorias às empresas para melhor elaborarem os seus projectos.

Paulo dos Santos afirma que alguns projectos, porém, não foram aprovados pelos bancos devido à baixa qualidade de informação por estes apresentados, dificuldade em apresentar garantias reais ou outros colaterais para obtenção.

Já no lado das instituições bancárias, sustenta que estes são entes económicos que visam a realização de lucros, e que "a concessão de créditos a projectos económicos poderá não ter sido prioridade de certos bancos", tendo acrescentado que embora tenham cumprido com o Aviso 10, fizeram-no ao limite mínimo estabelecido do número de crédito e do montante a conceder, razão porque muitos preferem financiar a dívida pública e outros negócios que oferecem maior garantia de retorno.

"O BNA pretende prosseguir com a política financeira iniciada em 2021, mas, penso que deverão ser tomadas medidas mais pragmáticas, para se assegurar o desembolso e o retorno dos financiamentos necessários para os projectos apresentados", sustentou.

Já Heitor de Carvalho, outro economista, entende que o objectivo do Aviso 10 não foi cumprido em 2022, mas foi sobre-cumprido em 2021 e está a ser cumprido em 2022.

Apesar disso, entende que o montante global de crédito economia caiu 13 mil milhões em 2022 (até ao II trimestre), com o crédito à produção a cair 56 milhões e o crédito ao consumo a subir 43. Desde 2018, o crédito total cresceu 625 mil milhões, dos quais 324 à produção e 301 ao consumo.

Do crédito à produção, 616 mil milhões correspondem a 2019 e um valor negativo de 292 mil milhões correspondem ao período de Janeiro de 2020 a Junho de 2022. "É isto que é importante reter. O crédito à produção subiu muito pouco desde 2018 e desceu desde 2020"

Heitor de Carvalho ressalva que parte do decréscimo pode ter correspondido à desvalorização do stock de crédito em moeda estrangeira devido à desvalorização do valor. Entretanto, afirma que relativamente ao ano 2021 e 2022, houve cumprimento do Aviso 10 por parte dos bancos comerciais, mas que ainda assim não houve o crescimento esperado do crédito total à produção. "Em 2021 cresceu 164 mil milhões e em 2022 decresceu 56 mil milhões".

Para o economista se há o Aviso 10 para apenas 2,5% dos activos e uma secagem da liquidez com taxas de juro elevadas e elevadíssimos coeficientes de reservas obrigatórias, os bancos respondem restringindo o crédito.

"O BNA não pode esperar que com uma política monetária contracionista destinada a reduzir o crédito, o crédito possa aumentar. A política monetária do BNA destinou-se a reduzir o crédito e

foi bem-sucedida. O crédito, efectivamente, desceu ou estagnou".

2.13 Uíge cria novos aplicativos contra ataques cibernéticos

Jornal De angola

31 De Outubro de 2022

Texto: Valter gomes

O director do referido Centro Tecnológico, Virgílio João, que deu a informação nas comemorações do primeiro aniversário da instituição, acrescentou que os aplicativos estão prontos para serem instalados e utilizados.

Esclareceu que o Multiverso Educacional é um software destinado ao sector da Educação, que, instalado numa instituição, poderá permitir aos alunos acesso às aulas práticas no laboratório tecnológico, de forma simulada, usando equipamentos electrónicos, sem precisar de Internet.

"Temos vindo a constatar nas instituições de ensino secundário e superior a insuficiência de laboratórios físicos, por isso o centro criou um software, para permitir a instalação de laboratórios tecnológicos e fazer com que os alunos tenham acesso às aulas práticas simuladas", disse, acrescentando que às instituições interessadas basta adquirir o referido software e será possível instalar o laboratório tecnológico, que será utilizado sem precisar de Internet.

Informou que o terceiro aplicativo, "Sistema Delta Zone", será, nos próximos dias, instalado no Aeroporto do Uíge, para que ao visitante, logo à sua chegada, solicitando o local onde deseja se dirigir, lhe seja entregue um código, através do qual receberá, no seu telemóvel, o endereço do seu destino e, através do GPS, chegar sem precisar de ajuda de guia físico.

Virgílio João realçou que o centro está apostado na inovação e na formação de jovens, para o desenvolvimento das novas tecnologias e dar soluções rápidas a várias situações.

Aberto ao público a 29 de Outubro de 2021, o Centro Tecnológico do Uíge já lançou no mercado de trabalho 612 jovens, dos quais 250 tiveram certificações internacionais.

Os formados especializaram-se em energias renováveis, electrónica, segurança cibernética, tecnologias de informação, comunicação via satélite, designer gráfico e outros.

Fez saber que muitos jovens formados no centro tecnológico e que tiveram excelentes resultados foram contratados para prestar serviços na referida instituição e os demais apostaram no auto-emprego, garantido emprego a outros.

Acrescentou que terça-feira começa o novo ciclo de formação, para 100 jovens. Os cursos têm a duração de 30 a 60 dias. "Vamos continuar a dar prioridade à segurança cibernética e electrónica e contribuir na qualificação técnico-profissional do homem, para que possa fazer gestão de todo o equipamento tecnológico à sua disposição.

Expansão de serviços

Para facilitar a formação de mais jovens no interior da província do Uíge, Virgílio João assegurou que decorrem contactos com o Governo Provincial no sentido de se criarem centros regionais ou municipais. Negaje e Maquela do Zombo serão os primeiros municípios a serem contemplados, em função da sua localização geográfica.

A vice-governadora para o sector Técnico e Infra-Estruturas, Helena Vieira Dias, que encerrou o acto, na presença de vários membros do governo e convidados, manifestou-se

satisfeita com o desempenho dos jovens que o centro tecnológico já colocou à disposição do mercado de trabalho. Reiterou o compromisso do Governo Provincial em continuar a apoiar o centro, para que a formação profissional da juventude seja um sucesso.

De recordar que o primeiro aniversário da criação do centro tecnológico foi antecedido de uma feira tecnológica, onde 25 expositores, entre estudantes e finalistas

de várias instituições ligadas às tecnologias de informação, mostraram os seus talentos e propostas para a solução de alguns problemas técnicos.

A feira teve como objectivo expor ao público projectos tecnológicos para as áreas da Saúde, Educação, energias renováveis, electrónica, turismo e segurança cibernética.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Carpintarias do Huambo favorecidas por barreiras à importação

Jornal de Angola

2 De Outubro

Texto: Tatiana Marta

A produção de móveis e mobiliário movimentou centenas de negócios e milhares de empregos no Huambo, sob a influência da substituição das importações que dominavam o mercado, oriundas da Namíbia, Emirados Árabes Unidos e China, por produtos das carpintarias e marcenarias locais.

Num percurso pela indústria de produção de móveis e mobiliário, o *Jornal de Angola* apurou que a província do Huambo é favorecida por dispor de toda a cadeia de valor do sector madeireiro, com as operações a envolverem a reflorestação, corte e serração, bem como a carpintaria e marcenaria.

No Huambo, onde o desafio reside na substituição da oferta anteriormente importada de mercados dominados pelo requinte, estes ofícios são ocupados por verdadeiros artistas, gente perspicaz ao ponto de transformar a produção expedida das suas unidades, na preferência do público.

A carpintaria e marcenaria Estofos Nicolau, que emprega 38 trabalhadores nos arredores da cidade do Huambo, dedica-se à produção de madeira serrada e ao fabrico mobiliário desde 1997, mas desenvolve, também, a área de projectos de interiores, uma marca própria com padrões nacionais.

Nicolau Sojamba, o proprietário, disse à nossa reportagem que a actividade é impulsionada pela exploração da madeira, algo que, no Huambo, é feito com base nos princípios do respeito pelo ambiente.

A empresa trabalha com dois tipos de madeira, sendo uma apropriada para portas almofadadas, oriunda de Cabinda e adquirida em Luanda, com a outra negociada no Huambo, que é de eucalipto, pinho e cedro, em obras que, pelo tipo de material usado, são caracterizadas pela durabilidade, que pode ser de até 40 anos.

A retoma da exploração industrial da madeira na província do Huambo começou de forma tímida em 2004 e, de lá para cá, têm crescido na medida em que

aumenta o envolvimento do sector empresarial privado.

Sublinhou que a imposição de limites, pelo Governo, à exportação de madeira em toro, entre outras medidas legais e administrativas com a finalidade de agregar valor à actividade madeireira, resultou num cenário mais atractivo para o investimento em indústrias de transformação de madeira, em particular, a de confecção de mobília.

A Estofos Nicolau tem estado a consolidar as vendas ao longo dos últimos cinco anos, incluindo os dois recentes, quando as restrições adoptadas para conter a propagação da pandemia da Covid-19, impuseram limites à transportações de mercadorias entre províncias e favoreceram as aquisições locais.

"Quando os produtos de outros países chegavam à província, vendíamos uma mesa ou mesmo nada num mês inteiro. Até era difícil ter encomenda: hoje, vendemos de 10 a 15 portas por dia, de três a cinco camas por semana e até de seis a oito armários de cozinhas, que quase não eram encomendados, por mês", disse Nicolau Sojamba.

A oferta da Estofos Nicolau inclui mesas, cadeiras, guarda-fatos, armários, secretárias, camas e sofás, com preços que vão dos 70 mil e aos 300 mil kwanzas.

Do aperto dos tempos em que o mercado era dominado pelas importações, Nicolau Sojamba anunciou à nossa reportagem que um dos grandes objectivos da fábrica é liderança do mercado angolano de mobiliário.

Transferência tecnológica

A indústria e móveis e mobiliário do Huambo também é favorecida pelo decurso, naquela província, de uma partilha de conhecimentos e de tecnologia, onde os protagonistas empresas como a carpintaria Studio Oke, do vietnamita Bui Van Nami, que se instalou naquelas paragens, em 2007, com uma linha de produção equipada com tecnologia moderna para a montagem de peças de madeira e granito, assim como uma loja para comercialização e distribuição.

A empresa instalou no Huambo "muitas novidades do mundo moderno, com móveis para casa e escritório, realçando-se peças para sala de jantar e de visitas, quartos, assim como para quintais e para pequenas e grandes empresas.

Com uma oferta dessa forma qualitativa, a Studio Oke considera conduzir-se por uma política de preço razoável e que se ajusta às orientações do mercado: "a

ideia é mantermo-nos longe da especulação”, disse Bui Van Nami.

Lamentou o facto de muitos consumidores angolanos desconhecerem a produção dos carpinteiros do Huambo, e considera que os produtos de carpintaria chegam a ter mais qualidade, quando comparados com alguns dos importados da china, com a produção obtida com madeira de Cabinda a atrair mais clientes.

Bui Van Nami explicou que a sua carpintaria está a ganhar espaço, beneficiada pelas barreiras aduaneiras impostas sobre a importação de artigos de madeira da Namíbia.

O vietnamita concorda em que a produção industrial e artesanal e as vendas de móveis e mobiliário subiram muito desde que os clientes deixaram de comprar na Namíbia e China.

A companhia conta com 43 trabalhadores, sendo 15 vietnamitas, oito chineses e 20 angolanos, tem uma capacidade de produção instalada para processar de 100 a 150 metros cúbicos de madeira por dia, possuindo "stocks" permanente de 80 portas, oito mesas de seis a oito cadeiras, 12 guarda-fatos e 30 bancas.

"O equipamento sofisticado que trouxe da china e Vietnam faz despertar a carpintaria no Bié, Cuando Cubango, Moxico, Benguela e outras províncias”, afirmou o empresário oriental, declarando que o país pode dispensar a importação de mobília e demais material de madeira utilizado nas obras de construção civil, produtos com os quais o país também emprega elevadas somas de divisas.

O vietnamita explicou que a adesão de entidades singulares e colectiva a carpintaria deve-se a facto de os bens serem produzidos com matéria-prima local, sem taxas de importação. "Os consumidores optam pela compra de produtos feitos localmente, mas estes também têm qualidade e são duradouros”, disse.

Bui Van Nami diz que os meses que vão de Outubro até Fevereiro são épocas em que os clietes mais acorrem à marcenaria que existe há 18 anos e agora só produz por encomenda.

De acordo com o proprietário o fabrico de mobílias com qualidade, deu ganhos tão significativos que, neste momento, tem mais cinco marcenarias na província do Huambo, com capacidade para transformar mais de 150 metros cúbicos de madeira por dia, em cada unidade fabril de serralharia, com uma facturação situada entre dois e três milhões a de kwanzas por mês.

Incentivos do Estado

Gabriel Sassoma, considerado um dos maiores madeireiros do Huambo, transforma 180 metros cúbicos por dia na produção de mobiliário e materiais de construção civil, algo que considera insuficiente para a dimensão do mercado da empresa.

Mas, investimentos mais robustos no sector da transformação de madeira só podem ocorrer com base numa redução de impostos e a concessão de crédito bancário, para se conseguir "um produto acabado nacional em grande escala, diversidade e preços atractivos”.

Segundo Gabriel Sassoma, "não basta a matéria-prima de base, (madeira), é necessária a cadeia industrial conexas”, estando-se a falar de produtos como cola, vernizes, acrílicos, PVC, parafusos, dobradiças, chapa de alumínio e outros materiais, além da maquinaria e do material de reposição.

O facto de a indústria estar a usar exaustivamente a madeira de eucaliptos e de espécies nobres adquiridas em Cabinda, alertou, levanta a questão de uma "rigorosa aposta” na reflorestação, para aumentar a produção, evitar a escassez e observar os princípios ambientais.

Produção da província fideliza clientes

Os consumidores do Huambo aparentam estar a obter uma crescente fidelização aos produtos da carpintaria local, apesar dos preços, que para conjuntos de quarto e sala vão dos 150 aos 300 mil kwanzas, que equivale a multiplicações do salário mínimo da Função Pública por três e por seis.

Os preços explicam-se pelo recurso a madeiras mais nobres, ou, provavelmente, adquiridas em condições de menor rigor ambiental em Cabinda e no Cuando Cubango, assim como à durabilidade, determinada em até 30 ou 40 anos.

Mas, segundo Gabriel Sassoma, a fraca oferta, no mercado nacional, de ferramentas e acessórios, bem como à escassez de contraplacado para a produção de mobília. "Se tivéssemos todos os equipamentos necessários, o nosso trabalho estaria mais facilitado e aumentaríamos a produção”, sublinhou o empresário.

Esperança Cinco-Réis, vendedora de madeira no mercado informal do Capango, disse que este é um negócio "um pouco difícil”, porque tem de comprar a madeira na província de Benguela e Cuando Cubango, para revender no Huambo, nesta época chuvosa, a espécie que mais compra é o eucalipto,

por ser um tronco longo que pode servir de posto de electricidade.

Quintino Cassengue, que no momento da nossa reportagem fazia o levantamento de uma cama na marcenaria Studio Oke, considerou ser melhor adquirir o produto local do que o importando, por ser muito mais resistente.

Alzira Messamessa, residente no Cuando Cubango, concorda em que "o nacional é melhor", até porque, "muitos dos que têm preferência por produtos estrangeiros, optam apenas pelas características de decoração e efeitos, mas o produto nacional é melhor, devido à sua resistência".

Numa adaptação às exigências do mercado, oficinas como Serralharia Nacional de Ponte, onde se produzem janelas, portas e portões estão a substituir a madeira por materiais de ferro, muitas vezes importados, que modernizam os produtos, tornando-os mais atractivos para a procura.

"Os preços praticados na sua oficina variam de acordo com as dimensões da janela, portões e portas, bem como fogareiros". O preço médio é de 30 mil por janela de um metro, quando, antes, era de entre 10 e 15 mil kwanzas.

Já os portões de 4,0 por 2,0 metros quadrados, custam, no máximo, de 450 mil kwanzas, muito acima dos 75 mil kwanzas anteriores, e as portas de 1,5 metro são vendidas de 120 a 180 mil, de acordo com tamanho.

"O aumento dos preços deve-se ao alto custo dos materiais. A nossa aposta é melhorar cada vez mais os nossos produtos para multiplicarmos as vendas e, com isso, optimizarmos os preços do material feito localmente", disse.

Segundo o chefe da oficina o segredo do negócio é confeccionar os produtos com qualidade e exatidão e entrega das encomendas aos clientes no prazo combinado.

3.2 "Kaleluya" movimenta pequenos negócios.

Jornal Economia e Finanças

7 De Outubro de 2022

Texto: António Eugénio

Logo ao amanhecer, diversas paragens nos diferentes pontos de Luanda ficam "lotadas" de motorizadas de três rodas. É um novo "nicho" de negócio dos transportes de cargas e pessoas que tomou conta da capital angolana.

Há muita gente a sobreviver desta actividade, desde motoqueiros, revendedoras de alimentos, cantineiros e construtores. E muita gente de facto e gravata fazem as suas deslocações com suporte a estes meios. No passado serviam de ligação entre o musseque e as zonas asfaltadas.

Hoje, também percorre a via expressa e diversos pontos de Luanda. Contra todos os riscos. Há muitos condutores desprovidos de licença para exercer a actividade, mas o fazem à revelia. Alegando como meio de subsistência.

Os comerciantes e agentes económicos, contam que os meios são eficazes e rápidos para transportar bens de negócios. Chegam a pagar 3 mil kwanzas pela carga. O negócio envolve centenas de jovens que começam de manhã.

Negócio ganha espaço

São 6 horas e 25 minutos. A paragem localizada na zona Sul da centralidade do Kilamba, em Luanda, está apinhada de gente. Uma voz ensurdecadora grita: Calemba II, estádio 11 de Novembro. E aos poucos, cinco motorizadas estavam lotadas.

João Mário, um jovem de, aparentemente, 20 anos: conduz a motorizada carregada com seis pessoas sentadas numas cadeiras improvisadas na carroçaria. Para a protecção dos clientes contra o sol ou chuva foi colocada uma lona. A viagem dura em média 15 minutos no percurso entre a paragem ao estádio 11 de Novembro.

Por cada passageiro, cobra 100 kwanzas menos 50 kwanzas ao preço praticado pelos utentes dos táxis "azul e branco". No fim de cada viagem amealha uma média de 6 00 kwanzas.

Explica, que nos dias da bonança chega a facturar 18 mil kwanzas por dia. "Há dias que consigo fazer muitas viagens, facturo em média 22 mil kwanzas. O mesmo não acontece nos dias de pouco movimento".

Corrida aos moto-táxis

Kudi Diatema é uma senhora que compra produtos diversos na praça do Calemba II e no município de Talatona e revende os mesmos no bairro Progresso, município de Belas. Um percurso que faz várias vezes da semana. Os alimentos são prioridade do negócio. Investe 10 mil kwanzas e chega a tirar o dobro.

Apesar de reconhecer o risco da viagem avança" é barato. Posso poupar 50 kwanzas para cada viagem contra os 150 que devia pagar no azul branco. Eles não levam carga".

Na cercania do estádio 11 de Novembro, muitos jovens sentados nos seus meios rolantes a esperam pelos passageiros para rumar ao Calemba 11. O preço a cobrar é o mesmo.

O "Kaleluya" como chamam está lotado, além do passageiro, vai também um cobrador sentado ao lado. Contra todos os riscos, vai cobrando, à medida que os passageiros vão descendo.

Cláudio Faria faz parte do grupo. Tem o meio carregado, logo depois de passar o estádio 11 de Novembro, fez mal a curva e por causa do desequilíbrio da motorizada, os passageiros foram atirados ao chão.

Justifica a queda pelo mau estado da estrada, mas é vaiado pelos passageiros que exigem a devolução dos valores. Dois passageiros, quase agredem o motorista.

Délcio Costa a bordo do meio, deixou perder parte da sua carga de tomate e exige que o condutor devolva o valor investido. A carga equivale a cerca de 12 mil kwanzas. O ambiente é amenizado e o condutor entrega o valor.

Na paragem do Ramiro, numa área denominada 30. Um movimento das motorizadas de três rodas é intenso. Há um frenesim imparável. A história repete-se. Assim como em Cacucaco.

No município de Viana, numa paragem próxima de autocarros interprovincial, as motorizadas conduzidas maioritariamente, por jovens. Contam-se às centenas o número de motoqueiros à espera de clientes. Assim acontece em muitos pontos da cidade de Luanda.

3.3 Um negócio de preços baixos de riscos altos para quem compra

Jornal Expansão

14 De Outubro de 2022

Texto: Graciete Xavier

Barulho, muito barulho, e uma movimentação frenética. Um número de pessoas que excede a capacidade instalada circula no mercado. Num espaço apertado para tanta gente e com muita turbulência os vendedores furam como podem para chegar aos clientes. Uns sentados com megafone na mão e outros em pé e ainda muitos a correrem de um lado para o outro, na tentativa de vender mercadoria para garantir o pão do dia. Esta é a primeira imagem que se observa logo à entrada do primeiro portão do Mercado do Kikolo, no município do Cacucaco, província de Luanda. Este é o segundo maior mercado informal do País e o principal local de

abastecimento de produtos para as restantes províncias, onde o comércio de bens movimenta por anos vários milhões de Kwanzas.

Alguns passos depois da 'porta' de entrada é notória a presença de inúmeros jovens com telemóveis na mão que procuram angariarem clientes. Caso alguém manifeste interesse, os angariadores ou "chamadores de clientes" conduzem a pessoa a uma área dentro do mercado, conhecida como a antiga praça Kikolo, situada a alguns quilómetros da entrada. Logo à chegada, chama a atenção o número elevado de bancadas e contentores transformadas em lojas de venda de telemóveis, tablets, computadores e acessórios de inúmeras marcas. Este é o principal local de venda de telemóveis no mercado informal em Angola, seguido pelo Congolenses e pelo mercado do São Paulo.

Ao todo mais de 40 contentores e um número superior a 70 bancadas acomodam o material e os clientes a retalho ou a grosso, para depois revender, de materiais e equipamentos electrónicos.

Fornecedores e vendedores

As principais origens das mercadorias são a China, Nigéria e a República Democrática do Congo.

Os vendedores de telemóveis juntam-se em grupos de pelo menos 5 pessoas, com quantias acima de um milhão Kz, que entregam ao dono do contentor para este comprar o material fora do País. Depois do contentor chegar, a mercadoria é repartida por cada um, de acordo com a quantidade encomendada.

Mas, atenção, que este processo é praticado por poucos vendedores. A maioria, segundo o que o Expansão apurou durante uma ronda aos mercados que mais se dedicam à venda desta mercadoria, viaja para o Luvo, província do Zaire, na fronteira com a República Democrática do Congo, onde compram os telemóveis, que muitas vezes são montados ou até falsificados pelos grossistas nos mercados informais da RDC.

Depois da compra, a mercadoria é descarregada no mercado do Kikolo e vendida a um preço muito mais barato daquele que é praticado nas lojas oficiais.

IteI, Tecno, Lenovo, Sarsung, Iphone e Redmi são as marcas de telemóveis mais vendidas no mercado. Mas quem adquira ali um telemóvel tem de confiar na sorte, pois muitos deles são de qualidade duvidosa, outros são roubados e há ainda aparelhos adulterados.

Preços baixos, riscos altos

"A bateria de Iphone 8 simples está a custar 8 mil Kz, tem boa qualidade e é durável mas se quiser tocar tens de me mostrar primeiro o dinheiro. Tenho a certeza da qualidade da minha bateria, mas preciso de saber se você quer mesmo comprar ou não, para isso tenho de ver primeiro o dinheiro. E toma lá, dá cá"

A resposta de um dos vendedores mais antigos daquele ponto do mercado a um cliente que procurava uma bateria para o telemóvel ilustra bem o risco que se corre. Por não conseguir confirmar a qualidade da bateria, o cliente afastou-se, desolado, após ouvir a resposta. Tomás Félix, de nacionalidade congoleza, vende no mercado há mais de 9 anos. Sempre na área das novas tecnologias. Dono do conteúdo r número 256, afirma que muitos dos proprietários das lojas situadas no centro da cidade têm o mercado do Kikolo como fonte de abastecimento.

"Existem muitos donos de lojas que estão situadas na cidade e até noutras províncias que vêm comprar mercadoria aqui. Normalmente, eles aparecem mais cedo, às 04h00 ou as 05h00 da manhã, quando o mercado está mais calmo, compram e vão vender nas suas lojas", disse. Quando a repórter, que simulava se rum cliente, perguntou qual a origem da mercadoria, Tomás mostrou total indisponibilidade para continuar a conversa. Leandro Paulo, de 26 anos, estudante de Economia numa das universidades de Luanda, conta que começou a vender acessórios de telemóveis há 5 anos naquele mercado por falta de oportunidades para trabalhar no sector formal.

O jovem confessa que, para comprar um telemóvel naquele mercado, o cliente deve estar dotado de conhecimentos tecnológicos para não comprar 'gato por lebre'. "Não pode ser uma pessoa qualquer, tem de conhecer mesmo bem o mercado e os produtos, porque à medida que se encontra os telemóveis verdadeiros também há aqueles que não são muito duráveis", explicou.

3.4 Cais precário no rio Zaire atrai volumes significativos da carga

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2022

Texto: Victor Mayala

O Porto Artesanal de Quimbumba, situado num dos canais do rio Zaire, nos arredores da cidade petrolífera do Soyo, tem sido a "bóia de salvação" para muita da população desempregada, geralmente jovens, que trabalha na estiva da carga transportada

em embarcações de fabrico artesanal de e para Cabinda e regiões da República Democrática do Congo (RDC).

Quando a nossa reportagem chegou à Quimbumba, depois das 8h00 de sexta-feira, havia um movimento frenético de entrada e saída de camiões contentorizados provenientes de Luanda e de outros pontos do país, para descarregar e carregar mercadorias, as operações que permitem a obtenção de rendimentos a muita daquela população.

A nossa reportagem apurou que, desde Abril, quando entraram em circulação os Catamarãs operados pela Secil Marítima, interligando as regiões de Luanda, Soyo e Cabinda, com o transporte de passageiros e mercadorias, reduziu o número de clientes no Quimbumba, o que ameaça os proprietários de embarcações artesanais, tripulantes e estivadores com o espectro da perda dos rendimentos.

João Pedro, 25 anos de idade, é um dos jovens que, há um ano, faz biscates como estivador no Porto Artesanal de Quimbumba. Pai de um filho, o jovem confirmou que o Porto tem sido a principal fonte de rendimento para o seu e o sustento da família.

Disse que chega ao local às 7h00 e, em seguida, alista-se numa das agências despachantes, que lhe permite ter acesso aos camiões para a estiva, em troca de pagamentos situados entre os 2,5 e os três mil kwanzas por contentor, dependendo da natureza da mercadoria.

"Faço biscate aqui, carregando e descarregando mercadorias, enquanto aguardo por uma melhor oportunidade de emprego, ou seja, um trabalho que me possa garantir um salário mensal", disse Domingos Pedro, acrescentando que é, igualmente, moto-taxista, uma actividade que, realçou, acresce os recursos financeiros para satisfazer as necessidades quotidianas.

Meio milhar na estiva

Tripulante de uma embarcação de fabrico artesanal, António Chimpolo, 23 anos, que faz o percurso entre o Soyo e Cabinda numa base diária, indicou que mais de 500 jovens, muitos dos quais saídos do mundo do crime, ganham o pão no Porto de Quimbumba.

António Chimpolo manifestou receios face à eventualidade de o Porto vir a perder terreno ou mesmo a encerrar por força da entrada em circulação dos Catamarãs, um projecto concebido pelo Executivo com o objectivo de facilitar a circulação de pessoas e bens por via marítima e fluvial, entre Luanda, Soyo e Cabinda, em razão desta última

região apresentar uma descontinuidade territorial com o resto do país.

Segundo o tripulante, a preocupação reside no facto de os Catamarãs também passarem a transportar mercadorias, o que poderá reduzir a procura, levando à interrupção das operações informais do Porto Artesanal de Quimbumba.

"A entrada em circulação dos Catamarãs é benéfica, mas esperamos que não venha provocar o encerramento deste Porto Artesanal, que além de garantir o sustento de muitas famílias da região, constitui uma valiosa fonte de arrecadação de receitas de que o Estado necessita para a materialização de vários projectos indispensáveis para o bem-estar dos cidadãos", referiu.

O tripulante António Paka, 42 anos de idade, 20 anos dos quais dedicados à navegação em embarcações artesanais, disse esperar que o Terminal Marítimo e Fluvial do Soyo e o Porto Artesanal de Quimbumba funcionem em paralelo, para assegurar os rendimentos dos que trabalham neste último.

Uma fonte ligada à Capitania do Porto do Soyo, referiu que, diariamente, são carregados e descarregados, em Quimbumba uma média de 12 a 13 camiões contentorizados, lembrando que o local dispõe de serviços administrativos do Estado para o cumprimento de todos os procedimentos legais, incluindo a Administração Geral Tributária, Serviço de Migração e Estrangeiros, Polícia Fiscal, Capitania do Porto do Soyo e Serviço de Investigação Criminal.

Questionada sobre os riscos que a navegação no trajecto Soyo/Cabinda acarreta, olhando para o tipo de embarcações utilizadas (fabrico artesanal), suportadas por motores à popa, a fonte adiantou que foi definido, em coordenação com a Capitania do Porto de Cabinda, um horário apropriado em que, normalmente, o rio Zaire e o mar estão menos agitados, que vai das 7h00 às 11h00.

"Para acautelar naufrágios, decidimos que as partidas só devem acontecer às 7h00, por ser um período em que o rio Zaire e o mar estão menos agitados. Às 11h00 é a hora que as embarcações devem chegar ao destino, porque, acima disso, o rio e mar começam a agitar-se, situação imprópria para a navegação", acrescentou.

Oportunidade provável paira sobre a perda de rendimento

José António Juliana, de 28 anos, outro jovem que, todas a manhãs, toma rumo a Quimbumba, considera que a ameaça dos catamarãs sobre os rendimentos obtidos no precário trabalho da estiva, também

podem ser encarados como uma oportunidade, caso o Governo decida ampliar e apoiar as operações, concedendo possibilidades mais dignas aos que ali trabalham de maneira informal.

Este jovem declara que o que o Governo deve fazer é prosseguir os esforços tendentes à criação de mais oportunidades de emprego para que os mais jovens possam trabalhar e ganhar um salário que permita viver dignamente com as respectivas famílias.

3.5 FAO ratifica declaração de Angola contra pesca ilegal

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2022

A FAO ratificou a declaração em que Angola assina o acordo sobre medidas do estado do porto, destinadas a prevenir, dissuadir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). O documento foi entregue pelas autoridades angolanas na sede da FAO, em Roma, em Junho de 2022.

A informação consta numa nota, divulgada sexta-feira, 14 de Outubro, pelo director-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Qu Dongyu, na qualidade de fiel depositário dos instrumentos legais.

O documento indica que o acordo começou a vigorar um mês depois de ter sido entregue, pois, segundo o regulamento daquela agência das Nações Unidas, os instrumentos passam a ter validade legal trinta dias depois de terem sido depositados.

Representantes dos Estados-membros da CPLP estiveram reunidos na província do Namibe, em Angola, em Fevereiro de 2022, para acordar um roteiro de Combate à INN (a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada), através de uma rede de cooperação.

Estes Estados-membros adoptaram, na ocasião, a Declaração do Namibe, na qual decidem estabelecer uma rede de cooperação através de um instrumento juridicamente vinculativo centrado em vários eixos prioritários de cooperação, aos quais atribuem diferentes prioridades que serão revistas, anualmente, durante a sua implementação.

Em Junho de 2022, à margem da Cimeira dos Oceanos em Portugal, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Pew Charitable Trusts (PEW) organizaram a conferência "Soluções e Parcerias para Promover a Pesca Sustentável e Fortalecer a Implementação de

Instrumentos Internacionais para Prevenir, Deter e Eliminar a Pesca INN” (Solutions and partnerships to promote sustainable fishing and strengthen implementation of international instruments to prevent, deter and eliminate IUU fishing), a 29 de Junho de 2022, na sede da CPLP, em Lisboa.

3.6 Medicina tradicional tem conquistado um espaço maior no mercado nacional

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2022

Texto: Manuela Gomes

A medicina tradicional, hoje mais conhecida por medicina natural, tem sido o “acudir” de mais de 50 por cento da população mundial, em relação a saúde. Em Angola, embora o uso de plantas medicinais para o tratamento de algumas doenças vem desde os tempos primórdios, apenas há alguns anos a prática tem sido frequente.

No país, o mercado começou a dar passos maiores com o surgimento de ervanárias e naturopatas, cujo trabalho abriu novas perspectivas de venda e ajudou no surgimento de mais especialistas em medicina natural.

Numa ronda por alguns mercados de Luanda, onde são vendidos produtos de medicina natural, a reportagem do Jornal de Angola constatou que a maioria dos medicamentos são comercializados no mercado informal e alguns sujeitos a exposição solar.

No mercado da Vila de Viana, há uma área só para a venda de produtos de uso ao tratamento de medicinal natural. Mariana Estêvão, uma das vendedoras deste mercado, explica que a procura pelos produtos naturais é crescente a cada dia.

Para o naturopata José Nguepe, a venda em mercados informais tem vantagens e desvantagens. Uma das questões mais preocupantes, disse, é a exposição de produtos naturais a temperatura ambiente muito quente, em especial as raízes e folhas, que acabam por perder propriedades.

"Não sou contra a venda de medicamentos naturais nos mercados informais, mas defendo que, deve haver uma regulamentação, assim como maior cuidado com quem vende na rua e expõe os produtos a temperaturas quente, ao ponto de o tornar nocivo à saúde humana", disse.

A medicina natural, acrescentou, é um mundo vasto que ainda tem muito por se explorar, em especial no

domínio da investigação científica. "A medicina natural é parte da cultura angolana. Nalguns países a população recorre a este método curativo de forma acentuada, noutros nem por isso".

No país, adiantou, existem também algumas localidades em que a medicina natural é parte da cultura local. "Na Huíla, há comunas em que a medicina convencional ainda não chegou. Os medicamentos naturais têm sido a solução", contou.

O uso da medicina natural no país, destacou, tem ganhado maior aceitação nos últimos anos. "Estamos a trabalhar para dar mais proeminência a essa prática, através de uma base científica", disse, além de explicar que com a maior divulgação da prática foi possível reverter a imagem do naturopata, ou da medicina natural, como prática associada a feitiçaria.

Venda informal

A venda de produtos naturais é uma realidade concreta, um pouco por todos os mercados informais de Luanda, assim como noutras províncias. A maioria, com base na ronda efectuada, é conservado em más condições.

Para os vendedores, não é errado vender os produtos nestas condições. "Sempre vendemos nessas condições. Não faz mal", defendem, além de destacar que a venda também é feita em ervanárias e outros estabelecimentos. "É a escolha dos clientes, tendo em conta, também, os preços praticados".

Enquadramento legal

O naturopata defende a importância de haver um enquadramento do ponto de vista da Lei, com detalhes sobre quem pode vender medicamentos naturais e sob quais condições, assim como os responsáveis pelas prescrições médicas.

"Hoje, o ervanário, cuja função deveria ser limitada, apenas, a venda dos medicamentos, também faz o papel dos naturopatas", disse José Nguepe, criticando a atitude de muitos vendedores que não consultam, mas indicam os medicamentos a serem tomados.

"O país está numa fase embrionária em relação a medicina natural. Precisamos instruir as pessoas que praticam a venda informal destes produtos, pois apesar de saber que o fazem para garantir o ganho é preciso os explicar sob os perigos à saúde pública a que sujeitam as pessoas", referiu.

Há medicamentos, esclareceu, que quando expostos a temperaturas muito quentes, perdem as propriedades fundamentais e, devido aos princípios activos da planta, podem se tornar tóxicos. "Algumas plantas

têm propriedades que não podem ser associadas a outras, pela composição destas. Muitos vendedores comercializam estes produtos, sem grandes conhecimentos sobre a bioquímica da planta. Já tivemos casos de pacientes vítimas de intoxicação”, expôs.

A par disso, adiantou, também é importante se instruir o público a terem mais cautela na compra de medicamentos vendidos no mercado informal. “É comum receber no consultório pacientes que fizeram medicação com produtos vendidos em locais menos apropriados e, ao invés de melhorar, estavam a piorar”.

Conceito e história dos cuidados de saúde com medicamentos naturais

A medicina tradicional é o conjunto de práticas em saúde desenvolvidas antes do que se classifica como medicina moderna (ou convencional) e ainda hoje são praticadas por diversas culturas em todo o mundo.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a medicina tradicional é o total de conhecimento técnico e procedimentos baseados nas teorias, crenças e as experiências de diferentes culturas, sejam ou não explicáveis pela ciência, usados para a manutenção da saúde, como também para a prevenção, diagnose e tratamento de doenças físicas e mentais.

Em alguns países utilizam-se indistintamente os termos medicina complementar, medicina alternativa ou medicina não-convencional e medicina tradicional.

O termo é amplamente utilizado para referir-se aos diversos sistemas de Medicina Tradicional, como por exemplo a chinesa, a ayurvédica hindu, ou a unani - árabe.

O conceito abrange terapias com medicação à base de ervas.

3.7 Justificar contas numa economia informal

Jornal O País

21 De Outubro de 2022

Entretanto, há países, cujos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços não dispõem do Número de Identificação Fiscal (NIF), nem de facturas certificadas pela Administração Geral Tributária (AGT).

Nestes casos, o também contabilista, Martins Bacelar, diz que os custos podem, até certo ponto, “não estar bem documentados”. Porém, continuou, “para efeito de elaboração de contas, é possível perceber-se a realização das despesas pelo pagamento no terminal automático ou por procedimentos internos de folhas de saída de caixa assinadas por quem é de direito”.

Martins Bacelar acrescenta que, visto que a economia angolana é impactada por uma informalidade ainda significativa, este procedimento visa fazer face às despesas previstas pelas organizações partidárias.

“Este tipo de situação é até certo ponto aceitável, desde que não seja uma percentagem de despesas executadas sem a devida documentação, aspecto muito significativo em relação ao total de despesas executadas. Por exemplo, uma organização partidária pode vir a fazer despesas de cerca de mil milhão de kwanzas, é aceitável que 5% desta despesa pode não estar devidamente documentada”, sustenta.

Já Pedro Amílcar pensa que, considerando o facto de a prestação de contas relacionada aos recursos financeiros públicos disponibilizados aos partidos políticos para a campanha eleitoral ser um imperativo legal, mas que, por outro lado, as formações políticas encontram dificuldades de justificação das despesas pelo facto de algumas zonas as despesas de alojamento e de aquisição de bens não possuírem condições no momento de fornecerem factura certificadas pela AGT ou os prestadores do serviço não dispõem de NIF, a solução que se aconselha aos partidos é a aquisição nas gráficas de blocos para auto-facturação.

Como o limite de aquisição isenta de tributação neste modelo é de SOO mil kwanzas trimestral, realça o também fiscalista, pode-se apresentar uma segunda alternativa, que é o de pedir a cópia do Bilhete de Identidade para permitir que através do portal da AGT se possa extrair o correspondente documento de justificação de despesas.

Debates no futuro Parlamento

Tendo em conta a realidade do nosso país, os interlocutores deste jornal aconselham que, com a nova composição parlamentar, o assunto seja levado a debate. Ademais, acrescentam que o facto de as formações política terem enfrentado muitas dificuldades durante a campanha pode criar constrangimentos para justificar a execução da quota orçamental a eles direccionada, o vencedor do pleito tenha iniciativa de promover um modelo fiscal que se ajuste à nossa realidade e que sirva de matéria de análise no Parlamento sobre o código das facturas e documentos equivalentes.

3.8 “Wall Street do Mártires” perdeu força e fecha negócios nos cafés

Jornal Expansão

28 De Outubro de 2022

Texto: Horácio Bapolo

Apesar da redução visível do número de Kinguilas, o bairro Mártires de Kifangondo, também conhecido como o 'Wall Street do Mártires' continua a ser o centro de transacções informais de moeda estrangeira na capital do país.

Desde a megaoperação policial que ocorreu em Dezembro de 2017, onde foram desmanteladas redes de cidadãos que se dedicavam à lavagem de dinheiro e venda ilegal de moeda estrangeira, que a forma como os negócios têm sido feitos ali tem mudado aos poucos. Contrariamente a outros pontos da cidade, onde as kinguilas não são visíveis, no Mártires os que sobreviveram não só às operações da polícia, mas também aos efeitos positivos que teve a reforma cambial - que reduziu o gap cambial de mais de 160% para cerca de 10% - são hoje mais cautelosos e prudentes, tendo reinventado a forma de actuação e de negociação com os clientes que ainda hoje os procuram.

Segundo constatou o Expansão no local, quem entra nas primeiras ruas do bairro continua a ser assediado pelos vendedores informais, ainda que o façam hoje com um piscar de olhos, com um tímido assobio seguido de gesto de dinheiro com as mãos, ou então com uma saudação. Hoje já não exibem maços de dinheiro.

Geralmente estão sentados em grupos, encostados a postes eléctricos, junto de sinais de trânsito ou mesmo nas paredes, com pequenos negócios ao lado, como a venda de recargas electrónicas e a fazer chamadas por minutos para dissimular a constante fiscalização policial.

A famosa rua 15, ou Wall Street como é conhecida, continua a ser a mais movimentada pelos cidadãos estrangeiros, na sua maioria oriundos de outros países africanos, que ali se dedicavam à venda de moeda. Se há uns anos atrás os maiores negócios de troca de moeda eram feitos a céu aberto, hoje estes kinguilas levam os clientes para um restaurante e podem até pagar uma bebida ao cliente.

Mas nem só de estrangeiros se faz estes negócios. Há também angolanos, com muitos deles a admitirem deterem um curso académico, só que à falta de emprego nas suas áreas dizem não ter tido outra solução a não ser recorrer à informalidade para sobreviver.

E o caso de Gibson Liberto, nome fictício, licenciado em relações internacionais na República Democrática do Congo, que diz que já ouviu uma diminuição acentuada na procura por parte de clientes, muito diferente do que existia até à mega-operação policial. "Hoje os nossos clientes são pessoas que viajam e os empresários que vendem grandes mercadorias. São eles que às vezes nos vendem ou compram moeda estrangeira", relatou.

Mas se os pequenos negócios caíram a pique com a diminuição da procura, já que hoje é mais fácil transferir dinheiro via bancos comerciais, alguns dos vendedores admitem que ainda assim há grandes negócios a serem fechados no 'Wall Street do Mártires'. Apenas não acontecem na rua à vista de todos, mas sim nos restaurantes, lojas e cantinas. Para Fernanda Teles de 56 anos, que vive no bairro há mais de 30 anos "muitas destas lojas aqui só estão como efeito de sombra., que são os negócios escuros", disse. Alguns clientes justificaram ao Expansão que continuam a recorrer ao mercado informal por causa das inúmeras burocracias que a banca comercial exige e que muitos não estão dispostos a suportar.

O economista Aberto Seixas defende que os bancos deviam melhorar o atendimento na venda de divisas. "A banca comercial devia estudar muito bem a questão das comissões que cobra na venda de divisas, a questão da burocracia, tempo de espera no banco. Porque no final o cliente olha para estas questões e prefere sempre ir ao mercado informal, apesar do risco de ser assaltado", rematou.

GAP cambial de 14%

Esta segunda-feira, os kinguilas vendiam cada nota de 100 dólares a 53 mil Kz e compravam a 51 mil Kz, o que dá uma média de 52 mil Kz, ou seja 520 Kz por cada dólar, o que compara com a taxa média de câmbio do BNA, que era de 455,4 KZ por USD, o que dá um gap cambial de 14%, sendo que este gap funciona como uma espécie de spread, ou margem de lucro de quem vende.

Já o euro estava a ser transaccionado a 52 mil Kz por cada nota de 100 para quem compra e 50 mil Kz para quem vende, ou seja, uma média de 51 mil Kz por cada nota de 100 Eur. Assim, a taxa média das ruas estava nos 510 Kz por cada euro, mais 14% que os 447,965 Kz da taxa média de câmbio do BNA.

3.9 Transgressão ocupação dos passeios e venda desordenada empurram peões para perigos na estrada

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Euclides Seia

Construções ilegais e vendas desordenadas nos municípios de Luanda obstruem passeios e obrigam peões a circular nas faixas de rodagem sob risco de atropelamento.

De há um tempo a esta parte, são vistas transgressões em quase toda a parte dos municípios e distritos da capital do País e aos 'olhos' de quem tem a missão de fiscalizar os actos praticados pelos cidadãos.

Pessoas singulares e empresas ocupam passeios e pedonais para actividades comerciais diversas, de modo desordenado (pequenas praças em locais não autorizados), empurrando os transeuntes para as faixas de rodagem.

Por exemplo, na Rua do MAT, zona onde está localizado o Complexo Ministerial 'Clássico do Talatona', é visível o desfile sem precedente de diferentes infra-estruturas comerciais construídas sobre o passeio. As lanchonetes, os restaurantes, as farmácias, os bares, a estação de serviços e as lo' as são os mais notáveis obstáculos dos peões que têm as bermas das faixas de rodagem como escapatória para a circulação, numa extensão de quase 500 metros, disputando, assim, o espaço com os carros.

Face à gravidade da transgressão, e sendo o passeio espaço previsto no Código de Estrada para peões, técnicos da Administração Municipal do Talatona, apurou este semanário, escreveram, no dia 5 de Outubro, nas paredes dos imóveis dizeres que indicam demolição das partes dos estabelecimentos comerciais que engoliram o passeio. Em virtude da medida, o Novo Jornal ouviu os moradores e os proprietários de empreendimentos que afirmam ter sido notificados e convocados pela administração para uma reunião, na qual lhes serão explícitas as irregularidades que poderão culminar com a demolição.

Cristina Soares, moradora do bairro há 20 anos e proprietária de uma lanchonete que emprega 17 funcionários, maioritariamente do sexo feminino, diz que a construção da estrada já encontrou as residências que viram os seus quintais serem transformados em locais de comercialização de alimentação e bebidas alcoólicas.

"Quando começaram a construir a estrada, já vivíamos aqui. Havia tanto espaço no lado onde hoje foi edificado o condomínio e Complexo Ministerial para reservar lugar para o passeio, mas os construtores preferiram deixar mais espaço do lado dos ministérios e apertarem o lado dos habitantes. Vão demolir os nossos empreendimentos, iremos todos para o desemprego sem o merecido respeito enquanto contribuintes", desabafa Cristina Soares.

Já Bernardo Fernando, proprietário de outro empreendimento abrangido com a marca da demolição, reconhece o erro, mas lamenta o facto de a documentação que o habilitou a construir o imóvel ter sido tratada na administração.

Passeios substituem mercados

Outra espécie de 'duelo' pela via pública há muito que anda instalada. De um lado, estão os vendedores informais, geralmente mobilistas. E se o passeio está reservado para os transeuntes, a estrada, por sua vez, para os automobilistas, claro, porém há um hiato que faz que isso não se aplique na plenitude, devido à venda desordenada e ambulante (praticada pelos zungueiros) nas várias ruas de Luanda.

Na zona das rotundas da Camama e do calemba II, fronteira entre os municípios de Talatona, Kilamba Kixi e Viana, e no São Paulo, distrito do Sambizanga, na área do Arreio-Arreio, os passeios foram assaltados pelas vendas desordenadas, e a azáfama de zungueiras e clientes desincentiva o hábito de caminhar pelas ruas Sérgio Luther Rescova e Ngola Kiluanje, por exemplo.

As vendedoras, ao longo dos passeios e das estradas, há muito que perderam a noção de perigo, para além de muitas se tornarem agressivas. Maria João, deficiente física que circula com o auxílio de uma cadeira de rodas, lamenta o facto e revela que, por conta da obstrução do passeio por vendedores, não vê outra opção senão a de partilhar a faixa de rodagem com os carros, apesar do risco de poder ser atropelada.

Domingas Pedro, vendedora de chinelas e cadernos na Rotunda do Calemba II, diz que a 'invasão' das estradas com as bancadas improvisadas de panos ou papelões estendidos no chão se deve à exiguidade de espaço nos mercados construídos pelas administrações. Por outro lado, a comerciante entende que os clientes que mais compram estão nas ruas.

"Precisamos de fazer alguma coisa para que os clientes passem a comprar produtos nos mercados. Para além disso, sabemos dos riscos que corremos e

que vender aqui não é bom, porque podemos ser atro- peladas, mas não podemos ficar em casa de braços cruzados quando temos de sustentar as crianças", refere a comerciante.

Automobilistas cautelosos na circulação

A paisagem ilustra desordem, o espaço de circulação para peões e os veículos auto- móveis são cada vez mais diminutos, enquanto a fala constante das pessoas associadas aos anúncios, preferidas em voz alta, constitui o apanágio deste tipo de co- mércio. Face a esse cenário, os automobilistas são forçados a redobrar as cautelas quando circulam por essas artérias. Bancadas improvisadas, cheias de tabuleiros, caixas ou bacias estão colocadas a um ou dois metros da faixa de rodagem. Para condutores, resta apenas uma passagem estreita, ladeada de gente que vende, compra e passa. Há tantas pessoas a vender num curto espaço, empurrando outras às bermas das estradas, sem, entretanto, medirem os riscos.

João Saldanha, automobilista, conta que usa sempre a Rua Sérgio Luther Rescova de casa para o trabalho e vice-versa. Ele o [automobilista] alerta as autoridades sobre os perigos de as vendedoras informais ocuparem até as bermas dos dois sentidos das faixas de rodagem da referida estrada.

E prossegue dizendo que, para além de "constituir perigo de atropelamento, tudo isso também causa engarrafamentos, porque temos de passar por aqui como se estivéssemos num cortejo. Elas não se preocupam muito se lhes vamos pisar o pé ou lhe damos um empurrão com o pára-choques ou mesmo com o retrovisor".

Percorrer por algumas estradas em Luanda tem sido, para quem conduz, uma tarefa difícil, porque, ao longo de muitas delas, há várias pracinhas ou mercados improvisados que "consomem" descaradamente parte das estradas, tornando o trânsito difícil e saturado.

Administrações desdobram-se para travar o fenómeno

Geraldino Madeira, director municipal de Desenvolvimento Económico Integral do Talatona, diz que, nos próximos dias, vão reunir-se com os munícipes que, com os seus empreendimentos, ocuparam grande parte do passeio da Rua do MAT, a fim de auscultá-los para compreender as razões dessa prática e apresentarem soluções que, certamente, passarão pela demolição.

Conforme o responsável da administração, o Talatona está a fazer um trabalho de sensibilização para que as pessoas sejam cadastradas e assim serem

inseridas nos mercados do município, com vista a exercerem as suas actividades de forma digna e fora dos perigos a que estão expostas na via pública.

Segundo o director, até ao momento, pelo menos duas mil pessoas já estão cadastradas, mas os vendedores que não aderirem a esta estratégia serão removidos dos passeios e das ruas de forma compulsiva.

Já no Kilamba Kiaxi, o assessor jurídico do administrador, Bruno Dissidi, considera a venda-ambulante e desordenada um problema transversal à sua circunscrição territorial, apesar de reconhecer que é a partir dela que muitas famílias conseguem o sustento.

A nível do Kilamba Kiaxi, não se vai combater a venda-ambulante. A estratégia passa pela sua regularização depois de se auscultarem as comissões e os conselhos de moradores sobre os locais onde pode ocorrer este tipo de comércio e com as direcções municipais acerca dos produtos que devem ser autorizados, porque, em parte, se deve salvaguardar a saúde dos vendedores e dos consumidores, visto que nem todo o produto está preparado para ser comercializado na rua", avança Bruno Dissidi.

Quanto às construções que chegam a ocupar os passeios e dificultam a circulação de pessoas, o assessor jurídico do município defende que, se o munícipe não tiver uma licença que autoriza/ou a obra, se considera haver uma transgressão administrativa punível nos termos da lei, que culminará com a demolição da parte do imóvel ou infra-estrutura que tenha obstruído o passeio. Bruno Dissidi sublinha que antes se notifica o proprietário para, de modo voluntário, devolver os espaços destinados aos transeuntes.

Orlando Paka, administrador do distrito urbano do Sambizanga, declara que têm desenvolvido várias actividades, com vista a combater a venda desordenada e a ocupação ou obstrução dos passeios, com destaque para os encontros permanentes com os agentes económicos.

Para desincentivar a venda desordenada ou mercado improvisado em locais inapropriados, as administrações municipais recorrem à fiscalização e à Polícia Nacional, que destacam efectivos nos locais de maior concentração de vendedores, para além de decorrer o processo de cadastramento de comerciantes para a inserção nos mercados autorizados, onde os munícipes, normalmente, realizam comércio não autorizado.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Dívida Externa contabilizada em 51,7 milhões de dólares

Jornal Economia e Finanças

7 De Outubro de 2022

Texto: Pedro Peterson

O stock da dívida externa total situou-se no primeiro trimestre do ano em curso em 66,1 milhões de dólares, contra 65,4 milhões do primeiro trimestre, representando um aumento de 706 milhões de dólares, segundo o relatório da balança de pagamentos do Banco Nacional de Angola-

Segundo o BNA, neste mesmo período, o stock da dívida externa pública registou um ligeiro de dólares, contra 51 milhões do aumento ao atingir 51,7 milhões primeiros trimestres de 2022.

No período em análise, a China e a Grã-Bretanha destacaram-se como os principais países credores do endividamento público, com cerca de 68,8 por cento do valor total. As organizações internacionais ocupam a terceira posição com um peso de 10,6 por cento.

Quanto ao stock do investimento angolano no exterior sofreu uma redução ao passar de 2,2 milhões de dólares no primeiro trimestre, para 2,1 milhões, fruto da desvalorização de alguns activos investidos no exterior. No que se refere ao stock das reservas internacionais, este indicador registou uma redução de 266,8 milhões de dólares ao passar de 14,3 milhões no primeiro trimestre para 14,1 correspondente a uma cobertura de 6,3 meses de importações de bens e serviços.

A Dívida Externa é a parte de dívida total devida pelo Governo a credores cuja residência é fora do país devedor.

4.2 Rácio da Dívida Pública baixa para 66 por cento

Jornal Economia e Finanças

7 De Outubro de 2022

Texto: Pedro Peterson

O rácio da dívida pública do país baixou para 66 por cento no primeiro trimestre do ano em curso, mostrando um certo equilíbrio das contas internas.

Em relação a este indicador, Daves de Sousa, disse que o país está a caminhar para a definição daquilo que poderá ser o carro-chefe para a melhoria do ambiente de negócios.

"Estamos a caminhar para a definição daquilo que poderá ser o carro chefe, mas seguramente a melhoria do ambiente de negócios, a robustez das empresas e as oportunidades que o crescimento económico dos próximos tempos irá gerar, torna possível a entrada de outros <também do sector privado na nossa bolsa", sublinhou Vera Daves.

A ministra avançou ainda que, os resultados alcançados com a venda em bolsa das acções dos bancos BCI, BAI e BCGA, até então detidos indirectamente pelo Estado, através da Sonangol, no âmbito do Programa de Privatizações (PROPRIV), confirmaram os prognósticos mais optimistas sobre o grande apetite dos investidores.

"Com a abertura da BODIVA, o mercado de acções dispõe agora de novos títulos e oportunidades de investimento para os pequenos investidores, consolidando um caminho desejado para que o mercado de capitais proporcione alternativas para o financiamento de projectos empresariais e para a remuneração das poupanças".

Esta alternativa de financiamento e investimento continuou, será tanto mais robusta quanto mais ampla e mais efectiva for a educação financeira de todos os angolanos, numa perspectiva de conhecimento de todas as alternativas para a poupança e o investimento, assim como dos riscos inerentes.

O Estado angolano dispõe ainda de outros activos de referência que serão privatizados e disponibilizados ao mercado de bolsa de acções, com destaque para a TV Cabo-Angola, Sonangal e ENSA, para além de outros, sobre os quais estão em curso trabalhos de preparação. O que é o rácio da dívida?

O rácio da dívida pública é um indicador frequentemente utilizado para analisar a evolução e o risco da dívida pública. Mede a relação da dívida pública com o PIB. A definição mais utilizada para a dívida pública é a estabelecida no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (dívida de Maastricht).

4.3 Trajectória da dívida pública confirma queda histórica de indicadores

Jornal Economia e Finanças
14 De Outubro 2022

O Boletim Estatístico da Dívida Pública Angolana é um documento de periodicidade anual, elaborado pela Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD) com propósito de apresentar a evolução histórica da dívida (fluxos e stock) em termos anuais e os compromissos para os anos vindouros.

O principal objectivo do boletim é de fornecer informação relevante da dívida pública directa e indirecta, desagregada na sua componente interna e externa, conforme as melhores práticas no âmbito da garantia de transparência e da boa gestão da dívida pública.

Neste boletim informativo, os dados são apresentados na perspectiva da evolução do período económico de 2014-2020. O referido documento é composto por dez secções principais, da seguinte forma: após uma breve Introdução, são apresentadas na secção 11, 111 e IV, respectivamente, a Metodologia, os Acrónimos e o Glossário.

A secção V debruçar-se-á sobre a dívida pública consolidada, subdividida em informações referentes ao stock fluxos sem garantia. No cálculo do stock e fluxos da dívida externa convencionou-se tratar a dívida da SONANGOL e da TAAG separadamente, como dívida externa das empresas públicas.

Quanto ao stock da dívida interna, para além dos Títulos do Tesouro Nacional nomeadamente Obrigações do Tesouro (OT) e Bilhetes do Tesouro (BT), abarca os empréstimos contraídos junto da banca local designados de Contratos de Mútuo. Os princípios que nortearam elaboração da estatística da dívida pública baseiam-se em normas definidas no

"Públic Sector Debt Statistics - Guide for Compilers and Users" 2013.

A dívida interna inclui a emissão de títulos de curto e longo prazo - Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, inclui a dívida interna e externa respectivamente, e os Contratos de Mútuo contraídos com a banca local.

A dívida externa inclui a emissão de dívida titulada em mercados financeiros internacionais (Eurobonds) e contratos de financiamento com credores externos e outros governos centrais. Importa referir que a dívida externa não contempla a informação eferente a dívida.

A dívida consolidada apresentará igualmente a dívida garantida. Por conseguinte, compõe a VI secção a apresentação dos dados relativos à dívida interna que está fragmentada em (i) mercado de dívida titulada doméstica, abrangendo a emissão, o serviço e o stock (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro I e (ii) os financiamentos contraídos com a banca local (Contratos de Mútuo).

A secção VII é dedicada à dívida externa, abordando os montantes captados, as amortizações realizadas e a evolução do stock. Na sequência, na secção VIII, apresentasse os rácios de sustentabilidade e que permitem aferir a evolução do endividamento público de Angola.

O presente boletim demonstra os esforços e as acções em curso ao nível do Ministério das Finanças, Unidade de Gestão da Dívida Pública, no sentido de publicar informações sobre a gestão da dívida pública em Angola.

Neste Boletim considera-se a dívida do Governo Central e das Entidades Públicas com e a dívida garantida inclui financiamentos assinados com credores internos e credores externos. A análise de risco da Dívida Pública assenta na avaliação das principais vulnerabilidades da carteira de dívida, e assim garantir uma melhor gestão dos riscos presentes no stock da dívida pública. Neste contexto, é avaliado tanto na perspectiva da dívida interna e externa os principais indicadores de riscos, nomeadamente, (i) risco de taxa de câmbio, (ii) risco de taxa de juro e (iii) risco de refinanciamento.

Risco de Taxa de câmbio O risco cambial procura mensurar qual seria o impacto da desvalorização da moeda nacional em relação a moeda externa sobre o serviço da dívida pública. Assim, seriam afectados por variações cambiais a totalidade da dívida externa e parte interna, as Obrigações do Tesouro em Moeda Nacional indexadas à taxa de câmbio (OT-TXC), as

Obrigações do Tesouro em Moeda Externa (OT-ME), os Contratos de Mútuo denominados indexados ao dólar americano.

Quanto ao stock da dívida interna, para além dos Títulos do Tesouro Nacional nomeadamente Obrigações do Tesouro (OT) e Bilhetes do Tesouro (BT), abarca os empréstimos contraídos junto da banca local designados de Contratos de Mútuo.

4.4 Angola antecipa pagamentos da dívida aos maiores credores

Jornal Economia e Finanças
21 De Outubro de 2022

O aumento dos preços do petróleo nos mercados internacionais está a ajudar Angola na antecipação desse pagamento, um mecanismo que possibilitará ao país ter "mais folga" financeira no próximo ano.

A informação foi avançada pela ministra das Finanças, Vera Daves, que indicou que em Dezembro deste ano acaba a vigência dos acordos firmados com os credores e que se terá de "começar a pagar as prestações de capital relacionados com os financiamentos", explicando que esta antecipação visa "retirar alguma pressão" que se deverá sentir no próximo ano.

"Nós temos lançado mão desse mecanismo para retirar alguma pressão que deveremos viver em 2023. Dezembro de 2022 termina a vigência desses acordos, teremos que começar a pagar prestações de capital relacionado com os financiamentos com esses dois bancos", disse citada pela Rádio Nacional de Angola (RNA). Vera Daves adiantou que o que conseguirem "fazer para reduzir a pressão sobre 2023" irá dar "mais folga em 2023 para usar em receitas fiscais que advierem desse exercício para financiar o OGE, continuar São as áreas prioritárias, que segundo a ministra Vera Daves, o Executivo deverá dar uma maior atenção a apostar no social, continuar a apostar nas infra estruturas, nas despesas de capital".

"O objectivo no fundo é diminuir o peso do serviço da dívida pública em 2023, existir mais espaço para executar despesa em sectores como educação, saúde (...)", adiantou, citada pela RNA. A titular da pasta das Finanças referiu igualmente que essa é uma estratégia que já têm vindo a "levar a cabo, que é progressivamente ir tornando mais leve o serviço da dívida".

Citada pela RNA, a ministra admitiu que "todo o país se endivida", mas o que têm procurado fazer é

"buscar soluções mais baratas", sendo que "é nessa lógica de ter espaço para respirar e liquidez em 2023 e nos anos que virão" que têm "feito a gestão proactiva" dos passivos.

Ao falar no âmbito das reuniões anuais do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Vera Daves aproveitou ainda a ocasião para referir que a presença do país no evento possibilitou criar contactos e delinear o rumo dos trabalhos para o próximo exercício económico, bem como possibilitou a identificação e reavaliação da bolsa de financiamento para o país, com o intuito de agilizar os projectos i que estão a decorrer em Angola.

Segundo a Angop, a governante disse, igualmente, que o Executivo, em colaboração com o grupo BM, FMI e o Banco Africano de Desenvolvimento, dará continuidade à elaboração do Plano de Desenvolvimento Nacional e estabelecerá actos que reforcem a assistência técnica, bem como negociar.

O financiamento para os projetos que vão ao encontro da perspectiva do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027. Recorde-se que a delegação nacional, chefiada pela ministra das Finanças, participou no I certame de 10 a 16 de Outubro, em Washington, nos Estados Unidos da América.

4.5 Angola poupa 1,3 mil milhões de dólares

Jornal Economia & Finanças
28 De Outubro de 2022

O Estado angolano poupou um montante de 1,3 mil milhões de dólares (596 mil milhões de kwanzas) com a opção de antecipação da dívida junto 'de credores internacionais.

A informação foi avançada, esta semana, à Rádio Nacional de Angola, pelo director da Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças.

Dorivaldo Teixeira disse que Angola desembolsou já, este ano, um valor de 3.5 biliões de kwanzas (7,6 mil milhões de dólares) com o serviço da dívida interna e externa.

Os principais credores de Angola, em termos de relevância, avançaram, são o mercado doméstico e a China, com o peso conjunto de cerca de 60% da dívida.

Do montante já gasto este ano com o serviço da dívida, 1,8 bilião de kwanzas (3,9 mil milhões de dólares) foram para a dívida interna e 1,7 bilião de

kwanzas (3,7 mil milhões de dólares) para a dívida externa.

"A dívida angolana está cifrada em cerca de 70 mil milhões de dólares (32 biliões de kwanzas)", recordou Dorivaldo Teixeira.

Relativamente à dívida de Angola com a China, o responsável frisou que, desde 2019 até Dezembro deste ano, o país não está a pagar nem juros nem capital.

"E, tirando partido das receitas extras, em função do nível do petróleo, já estamos por dentro a avançar com alguns adiantamentos dessa dívida, no sentido de ter um efeito também naquilo que seria esse serviço, do ponto de vista da componente de juros", referiu Dorivaldo Teixeira, realçando que o Estado está a poupar, com esse exercício, montantes que rondam cerca de 1,3 mil milhão de dólares (596 mil milhões de kwanzas).

"Esse é o efeito no capital, depois tem os juros, associados a esse 1,3 mil milhão, que o Estado acaba por não ter que pagar no futuro", sublinhou.

De acordo com o director da Unidade de Gestão da Dívida, do Ministério das Finanças, "o plano anual de endividamento está com uma execução boa", por conta de algumas intervenções no mercado interno.

"Durante este ano, tivemos a oportunidade de fazer alguns ajustes no nosso sistema de operadores preferenciais do título do tesouro, conseguimos com esses ajustes convencer três bancos a fazer parte desse sistema. Isso permite-nos emitir de uma melhor forma, conseguimos criar condições para que o mercado secundário comece a ter cotações, do ponto de vista de preços, e a visão também nesse sentido foi fazer emissões de referência, no sentido de ir criando as condições para criar a liquidez necessária para convencer as pessoas e retirar o receio das pessoas para investir em títulos de longo prazo", destacou.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Angola poupa 1,3 mil milhões de dólares

Jornal Economia & Finanças
28 De Outubro de 2022

O Estado angolano poupou um montante de 1,3 mil milhões de dólares (596 mil milhões de kwanzas) com a opção de antecipação da dívida junto 'de credores internacionais.

A informação foi avançada, esta semana, à Rádio Nacional de Angola, pelo director da Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças.

Dorivaldo Teixeira disse que Angola desembolsou já, este ano, um valor de 3.5 biliões de kwanzas (7,6 mil milhões de dólares) com o serviço da dívida interna e externa.

Os principais credores de Angola, em termos de relevância, avançaram, são o mercado doméstico e a China, com o peso conjunto de cerca de 60% da dívida.

Do montante já gasto este ano com o serviço da dívida, 1,8 bilião de kwanzas (3,9 mil milhões de dólares) foram para a dívida interna e 1,7 bilião de kwanzas (3,7 mil milhões de dólares) para a dívida externa.

"A dívida angolana está cifrada em cerca de 70 mil milhões de dólares (32 biliões de kwanzas)", recordou Dorivaldo Teixeira.

Relativamente à dívida de Angola com a China, o responsável frisou que, desde 2019 até Dezembro deste ano, o país não está a pagar nem juros nem capital.

"E, tirando partido das receitas extras, em função do nível do petróleo, já estamos por dentro a avançar com alguns adiamentos dessa dívida, no sentido de ter um efeito também naquilo que seria esse serviço, do ponto de vista da componente de juros", referiu Dorivaldo Teixeira, realçando que o Estado está a poupar, com esse exercício, montantes que rondam cerca de 1,3 mil milhão de dólares (596 mil milhões de kwanzas).

"Esse é o efeito no capital, depois tem os juros, associados a esse 1,3 mil milhão, que o Estado acaba por não ter que pagar no futuro", sublinhou.

De acordo com o director da Unidade de Gestão da Dívida, do Ministério das Finanças, "o plano anual de endividamento está com uma execução boa", por conta de algumas intervenções no mercado interno.

"Durante este ano, tivemos a oportunidade de fazer alguns ajustes no nosso sistema de operadores preferenciais do título do tesouro, conseguimos com esses ajustes convencer três bancos a fazer parte desse sistema. Isso permite-nos emitir de uma melhor forma, conseguimos criar condições para que o mercado secundário comece a ter cotações, do ponto de vista de preços, e a visão também nesse sentido foi fazer emissões de referência, no sentido de ir criando as condições para criar a liquidez necessária para convencer as pessoas e retirar o receio das pessoas para investir em títulos de longo prazo", destacou.

5.2 Carolina Cerqueira defende conclusão do Pacote Legislativo Autárquico

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2022
Texto: Garrido Fragoso

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, apontou, ontem, em Luanda, a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) e a conclusão do Pacote Legislativo Autárquico como as principais metas a alcançar ao longo do ano parlamentar 2022-2023.

O maior desafio da primeira sessão legislativa será a aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE), principal instrumento de concretização das promessas eleitorais", afirmou Carolina Cerqueira, na reunião Plenária Solene de Abertura da 1ª Sessão Legislativa da V Legislatura, marcada pela mensagem sobre o Estado da Nação, proferida pelo Presidente da República, João Lourenço.

"Na sua abordagem, seremos confrontados, certamente, com opções diversas, mas não podemos esquecer que o nosso compromisso é com as pessoas e o seu bem-estar social, a transparência e a ética na gestão da coisa pública", venceu.

A presidente da Assembleia Nacional considerou, também, essencial finalizar o processo de institucionalização das autarquias, salientando ser "uma questão basilar no desenvolvimento das sociedades".

Carolina Cerqueira precisou que a sua institucionalização permitirá um melhor cuidado e zelo do bem público, sobretudo, uma proximidade maior entre governantes e governados.

Pedi aos deputados para observarem atenção especial à aprovação do Estatuto Orgânico da Assembleia Nacional, bem como dar corpo à Lei do Protocolo do Estado e da Lei das Línguas Nacionais, "que traduziram no reconhecimento pelo rico património material e imaterial, cultural e social que caracteriza o país".

A líder do Parlamento informou que nessa Legislatura os partidos políticos deverão empreender novas dinâmicas para o desenvolvimento da actividade parlamentar, entre as quais a realização de estudos de impacto económico e social da acção legislativa na vida dos cidadãos.

Notou que a missão dos deputados, independentemente das cores partidárias que representam, é contribuir de forma incansável para o desenvolvimento e bem-estar dos angolanos e a realização dos grandes objectivos em prol do desenvolvimento nacional e da melhoria das condições de vida da população.

Violência doméstica

No decurso da sua intervenção, Carolina Cerqueira lançou o repto aos deputados para apresentarem iniciativas legislativas que agravam a moldura penal constante na Lei 25/11 de 14 de Julho (Lei contra a Violência Doméstica), para estar em alinhamento com a recomendação da União Interparlamentar Mundial.

"Todos os legisladores têm a responsabilidade de olhar atentamente para os fenómenos da violência contra menores, em especial para os casos de violência doméstica", declarou a líder parlamentar, que defendeu uma colaboração eficaz com as igrejas, grupos comunitários, instituições públicas e privadas, para uma convivência social harmoniosa.

Ordem nos debates

Carolina Cerqueira augurou um debate parlamentar ordeiro no hemiciclo, com o respeito pelas regras elementares: "Essa é a nossa casa e é aqui que temos o dever de trazer os debates, honrando o nosso compromisso com a paz social e a democracia".

A presidente da Assembleia Nacional disse que, terminado o processo eleitoral, é hora de se promover os direitos políticos e a estabilidade institucional e evitar populismos.

Disse ser necessário cultivar uma relação de harmonia e respeito mútuo das regras constitucionais e dos princípios democráticos, fazendo prevalecer o diálogo para que a comunicação possa contribuir positivamente para a busca de consensos.

Carolina Cerqueira ressaltou o facto de os deputados terem pela frente um ano parlamentar complexo e desafiante, num contexto de recuperação das adversidades económicas, sociais e humanas, causadas pela crise da pandemia da Covid-19, que atrasou o desenvolvimento das economias ao nível mundial.

5.3 Políticos e diplomatas avaliam discurso do Chefe de Estado

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2022

Texto: Garrido Frago

A maioria das individualidades políticas e diplomáticas deu nota positiva ao conteúdo da informação passada pelo Titular do Poder Executivo, no discurso sobre o Estado da Nação, durante a cerimónia de abertura do ano legislativo da Assembleia Nacional.

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, disse que o Chefe de Estado ao longo do discurso à Nação fez um balanço circunstanciado sobre o que foi realizado em prol da satisfação das necessidades dos cidadãos e perspectivou o que deve ser feito em prol da resolução dos anseios e preocupações dos cidadãos nos próximos cinco anos.

Luísa Damião disse que o Chefe de Estado fez uma incursão sobre as questões sociais que mais preocupam os cidadãos, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, bem como o desemprego.

"Penso que o discurso correspondeu às expectativas dos angolanos", afirmou a responsável partidária, revelando que as eleições autárquicas só deverão ser convocadas quando todas as condições para o efeito estiverem criadas.

Lembrou, a propósito, que foi o MPLA quem inscreveu na agenda política a questão das autarquias, gesto que mostra o interesse deste partido na efectivação das mesmas.

"A maior parte do pacote legislativo está aprovado, falta apenas urna lei", informou Luísa Damião, acrescentando que, para já, não existe urna data para a aprovação desta lei

"A aprovação da única lei em falta para a aprovação definitiva do pacote legislativo autárquico dependerá apenas do calendário da comissão parlamentar de trabalho respectiva", declarou a responsável política, esclarecendo que as comissões parlamentares trabalham em função do seu calendário.

Numa espécie de réplica à mensagem à nça da UNITA, com 90 dos, os deputados na Assembleia nacional, considerou irresponsável a proposta de programa governação apresentada Io Presidente da República.

Em conferência de imprensa, no final da cerimónia, o líder da UNITA, Adalberto Costa Júnior, duvidou da capacidade do país financiar os objetos anunciados.

Adalberto Costa Júnior afirmou o compromisso em uma oposição responsável e participativa, tendo 11 conta uma visão de futuro em prol do bem-estar dos angolanos na base do diálogo ia concertação política.

O líder da maior organização política da oposição no país considerou "essencial" a conclusão do pacote legislativo autárquico para assegurar maior autonomia ao poder local.

O líder do PRS, Benedito Daniel, apesar de manifestar dúvidas sobre a execução dos projectos anunciados pelo Chefe de Estado, disse que o discurso à Nação correspondeu às expectativas.

"O que mais interessa ao PRS é a resolução da situação social dos cidadãos", afirmou o líder do PRS, que disse esperar que os projectos anunciados pelo Chefe de Estado durante a campanha eleitoral sejam materializados.

Benedito Daniel também manifestou preocupação pelo facto de o Presidente da República ao longo da sua intervenção não ter estabelecido um horizonte temporal para a realização das eleições autárquicas.

"Voltamos a ouvir o que sempre temos ouvido. Esperávamos que o Chefe de Estado estabelecesse um horizonte temporal para a realização das autarquias. Uma vez mais ficamos pelas leis", desabafou.

O líder da FNLA escusou -se fazer quaisquer comentários sobre o discurso à Nação do Chefe de Estado, salientando que pretende, antes de tudo, reunir e ouvir a opinião dos seus assessores.

"Vamos convocar os nossos especialistas e só depois nos pronunciaremos sobre o discurso", declarou Nimi a Sirnbi, para quem a intervenção do Presidente da República contém "coisas positivas e negativas".

Perante a insistência dos jornalistas, Nimi a Simbi também disse que esperava que o Chefe de Estado anunciasse uma data concreta para a realização das eleições autárquicas.

Ními a Sirnbi manifestou sérias dúvidas sobre a realização das autarquias ao longo da legislatura que, ontem, teve início.

Por sua vez, o embaixador norte-americano em Angola, Tulinabo Mushingi, ressaltou o facto de o Presidente João Lourenço, ao longo do seu discurso, ter rebatido a questão da produção de energias limpas no país e se debruçado sobre questões sociais, com realce para a Educação e Saúde.

O diplomata norte-americano prometeu, nos próximos dias, continuar a analisar o discurso do Chefe de Estado para encontrar as principais prioridades de Angola e, a partir das mesmas, os dois Governos trabalharem para a prosperidade dos dois povos.

"Vamos continuar a trabalhar com o Parlamento angolano na identificação das áreas de cooperação", referiu o diplomata, que teceu elogios à líder da Assembleia Nacional, salientando que Carolina Cerqueira vai trabalhar em prol dos interesses dos cidadãos.

5.4 Presidente da República cria comissão para a institucionalização das autarquias locais

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2022

O Presidente da República, João Lourenço, criou a Comissão Interministerial para a Elaboração e Implementação do Plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais.

De acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, divulgada ontem, a Comissão foi criada na sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa.

A Comissão Interministerial é coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

Como coordenador-adjunto foi indicado o ministro da Administração do Território e integra os titulares dos ministérios do Interior, da Justiça e dos Direitos Humanos e das Finanças.

Também integram a Comissão os ministros da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

Completam a Comissão os secretários do Presidente da República para os Assuntos Políticos e Parlamentares e para os Assuntos de Reforma do Estado.

5.5 Comissão de Administração do Poder Local no Parlamento “entregue” a UNITA

Jornal O País

21 De Outubro de 2022

Texto: Neusa Felipe

O Parlamento Angolano aprovou, ontem, as dez Comissões de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional, atribuindo ao maior partido na Oposição, UNIT A, a presidência da Comissão que irá tratar das autarquias locais.

A UNITA assume esta importante comissão, na mesma semana em que o Presidente da República, João Lourenço, criou a Comissão Interministerial para a Elaboração e Implementação do Plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais, na sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa.

Entretanto, no Parlamento, em cumprimento do princípio da proporcionalidade, o partido MPLA vai presidir seis das dez Comissões formadas, ao passo que o partido UNITA vai presidir quatro Comissões.

Assim sendo, o MPLA assume a presidência da primeira, segunda, quinta, sexta, nona e da décima Comissão de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional.

Já o partido UNITA vai presidir a terceira, a quarta, a sétima e a oitava Comissão de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional.

De acordo com o regulamento da Assembleia Nacional, as Comissões de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional são integradas por deputados correspondentes à representatividade dos partidos

políticos com assento parlamentar, seguindo a relação nominal anexa à resolução da qual é parte integrante.

Comissões de Trabalho Especializadas e seus respectivos presidentes

A primeira é a Comissão de Assuntos Constitucionais e Jurídicos' tendo sido designado presidente desta Comissão o deputado Joaquim Júnior. A segunda é a Comissão de Defesa, Segurança, Ordem Interna, Combatentes e Veteranos da Pátria, que será presidida pela deputada Ruth Adriano Mendes.

Já a terceira é a Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro e tem como presidente o deputado Alcides Sakala.

A quarta é a Comissão da Administração do Estado e Poder Local, tendo sido designado como presidente o deputado Franco Marcolino Nhany.

A quinta Comissão é que a trata da Economia e Finanças e tem como presidente a deputada Aía-Eza da Silva Troço.

A sexta é a Comissão de Saúde, Educação, Ensino Superior, Tecnologia e Ciências, que será presidida pelo deputado Victor Kajibanga.

A sétima é a Comissão de Cultura, Assuntos Religiosos, Comunicação Social, Juventude e Desportos, que será presidida pela deputada Conceição Paulo.

A oitava é a Comissão de Família, Infância e Acção Social, que será presidida pela deputada Clarice Mukinda.

A nova é a Comissão de Mantos, Ética e Decoro Parlamentar, que será presidida pelo deputado Sérgio Vazo Por fim, a décima é a Comissão de Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos, que será presidida pelo deputado Virgílio Tchyova.

5.6 Eleições autárquica

Jornal Expansão

21 De Outubro de 2022

Texto: João Armando

Ora sai agora uma Comissão interministerial para tratar das autarquias. Está então encontrada a fórmula de isto não andar de forma rápida como muitos esperavam. Direi mesmo que, com esta entidade agora criada, pelo menos até 2025 não vamos ter eleições autárquicas.

Na verdade, era necessário ter uma entidade para imputar o eventual atraso perfeitamente justificado, porque é necessário empossar a comissão, criar condições para que funcione, esperar pelas suas orientações e, depois, possivelmente até ter uma nova comissão, para ir empurrando a sua implementação para quando os ventos do tempo forem mais ao jeito de quem governa. Dentro da estratégia de garantir que quer, mas que na verdade não quer, sem que isso pareça muito evidente, esta comissão entra para cumprir o seu papel.

Aliás percebeu-se no discurso à Nação que esta coisa das autarquias não é para implantar a "correr". Tudo muito bem pensado e planeado! Como nos lembramos em 2018, o próprio Presidente da República falou em dois anos para fazer as primeiras eleições autárquicas, mas a complexidade da legislação, vivida cientificamente por seis diplomas diferentes, não deixou. Foi necessário discutir longamente na Assembleia Nacional, procurar consensos e, tal como João Lourenço disse em 2021, a culpa foi dos deputados que não aprovaram a legislação toda.

5.7 Cuando Cubango: Execução física de projectos do PIIM em ritmo acelerado

Jornal de Angola

14 De Outubro de 2022

Texto: Carlos Paulino

Pelo menos 59, dos 76 projectos aprovados, na província do Cuando Cubango, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com um orçamento de cerca de 36 mil milhões de kwanzas, decorrem a um ritmo acelerado de execução física.

Alguns desses projectos, que estão na ordem dos 50 a 85 por cento de execução física, podem ser inaugurados dentro de quatro meses, segundo anúncio do governador José Martins.

O governador deu essa garantia no termo de uma visita, na terça-feira, durante uma jornada de campo para constatar algumas obras do PIIM, na cidade de Menongue e nas comunas do Missombo, Jamba Cueio e Caiundo.

No Cuando Cubango, diferente de outras províncias, os projectos do PIIM arrancaram, oficialmente, no mês de Março deste ano, daí certas obras terem as inaugurações previstas para Dezembro ou Janeiro.

A jornada de campo do governador iniciou na localidade do Ndumbo, a 40 quilómetros da cidade de Menongue, onde decorrem as obras de construção de um posto de saúde, orçado em 239 milhões de kwanzas, cujos trabalhos estão na ordem dos 50% de execução física.

Depois, a comitiva do governante constatou o andamento das obras de duas esquadras policiais, nos bairros Kalupassa e Tucuve, projecto de expansão da rede de distribuição de água potável à Menongue e os serviços de terraplanagem nos bairros 45 Casas, 23 de Março e Tucuve.

José Martins visitou, também, as obras de instalação de uma manga de vacinação, na sede comunal do Missombo e no Caiundo, edificação de uma escola de sete salas de aula e um módulo dormitório no Jamba Cueio, além de um posto de saúde no Caiundo.

José Martins assegurou que os valores para as referidas obras do PIIM existem e, por isso, espera que as empreiteiras trabalhem com afinco e maior dedicação.

Meta é Março de 2023

O coordenador provincial do PIIM, João Bonifácio Cassanga, avançou que a pretensão do Governo é que as obras sejam entregues, na totalidade, até ao primeiro trimestre do próximo ano.

João Bonifácio Cassanga elogiou a postura das empresas que estão a executar, presentemente, os 59 projectos, tendo em vista que algumas só receberam o primeiro pagamento de 15% do orçamento, mas têm a execução física acima de 50%.

Mas, garantiu que todas as questões administrativas, em termos de pagamento, estão a merecer o devido tratamento da parte do Ministério das Finanças, daí que "alguns empreiteiros começaram nesta semana a receber os valores em dívida".

Em função das novas obras, anunciadas pelo Presidente da República, o responsável apelou para que se concluam, o mais rápido possível, os 76 projectos da primeira fase do PIIM, para que Cuando Cubango não volte a ser prejudicado na próxima fase.

O delegado provincial das Finanças, João Diakondua, referiu que, neste momento, os valores estão disponíveis para a execução de todos os projectos, desde que as empresas remetam os autos de medição às administrações municipais.

"São estas administrações que, posteriormente, vão fazer entrega à Delegação das Finanças, com vista a controlar e avaliar o trabalho que foi realizado para o

devido pagamento, a partir da Direcção Nacional de Investimentos Públicos (DNIP).

5.8 UNITA reorganizada para as autarquias

Jornal De Angola
24 De Outubro de 2022

O secretário provincial da UNITA no Bié, Jeremias Abílio Kaunda, afirmou, neste domingo (23), na cidade do Cuito, que o partido do “galo negro” está a trabalhar na reestruturação da organização, com vista a atacar as autarquias em melhores condições.

O político falava na abertura da II Reunião Ordinária do Comité Provincial do partido, que decorre na capital biena. Jeremias Abílio Kaunda realçou que esta tarefa passa pela formação de quadros e de outros membros do partidos, para fiscalizar melhor o processo, que se prevê realizar no país.

Depois da realização do pleito eleitoral, em que a formação não conseguiu alcançar o poder, a intenção, segundo o secretário provincial da UNITA, citado pela Angop, visa conquistar o maior número de autarcas na região.

Com duração de dois dias, o encontro, que termina hoje, vai analisar a situação política, social e económica da província e avaliar a campanha eleitoral de 2022.

Preparar o partido para as autarquias, redinamizar o programa de auto-suficiência do partido, retomar o programa do crescimento da organização são, dentre outros, temas a serem discutidos na II Reunião Ordinária.

O encontro decorre sob o lema "UNITA Avaliar, Perseverar e Crescer para Vencer" e participam 280 delegados dos nove municípios da província do Bié.

5.9 Novo Rei do Cuangar é entronizado hoje

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2022
Texto: Lourenço Bule

O director provincial da Cultura, Turismo e Desportos, Luís Paulo Vissunjo, disse, ao Jornal de Angola, que o soberano foi escolhido para ocupar o trono deixado pelo tio materno, em obediência ao

O director provincial da Cultura, Turismo e Desportos, Luís Paulo Vissunjo, disse, ao Jornal de

Angola, que o soberano foi escolhido para ocupar o trono deixado pelo tio materno, em obediência a

direito costumeiro que regula os princípios de sucessão nos reinados.

Luís Vissunjo acrescentou que o acto de entronização do novo soberano do Cuangar terá lugar na Ombala Mangondo, a oito quilómetros da sede municipal, a partir das nove horas. Devem testemunhar o acto soberanos Manuel Dala (Mwene Vunongue VIII), de Menongue; as rainhas Myenga Sofia Ngunza, do Calai; e Evalina Kandjimi (Mutango III), do Dirico.

Devem estar, igualmente, presentes o soberano do Cuito Cuanavale, rei Mbíngó Mbíngó, e distintas autoridades tradicionais e governamentais da região Kavango East, na vizinha Namíbia, tendo em conta os laços consanguíneos entre os dois povos irmãos e a vasta fronteira que separa as duas regiões.

Segundo Luís Vissunjo, além do sacrifício de vários animais selvagens, o momento mais alto da actividade será a entrega da cadeira e o cajado do soberano, pelo rei mais velho das máximas autoridades tradicionais presentes, bem como a entrega das vestes, que representam o poder tradicional, a serem entregues pela vice-governadora para o Sector Económico, Político e Social, Helena Chimena.

Para a governante, o acto de entronização do novo rei do Cuangar é um marco histórico para a região fronteira e da província em geral, tendo em conta que há cerca de três anos que a localidade está sem um rei.

Helena Chimena disse que o povo do Cuangar estará mais valorizado culturalmente, uma vez que todos os problemas costumeiros poderão ser resolvidos na Ombala do soberano que agora será legitimado por todo o seu poder.

5.10 UNITA com o foco nas primeiras eleições autárquicas

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2022

Ao discursar, domingo, na segunda reunião ordinária do Comité Provincial da UNITA, no Centro de Conferências de Simulambuco, para analisar e discutir aspectos ligados à vida interna do partido, João Manuel disse ter chegado "a hora de criar estratégias para as eleições de 2027 e as autárquicas que ainda não têm data definida".

O também deputado da UNITA pelo círculo eleitoral da província de Cabinda reafirmou a contínua aposta

do partido na juventude, salientando que continuará a prestar toda a atenção por ser uma franja "que depositou voto de confiança à UNITA nas eleições gerais de 24 de Agosto".

Frisou que a juventude, por ser a alavanca da UNITA, deve ter sempre uma visão holística para o futuro: "Estaremos mais próximos do povo, de um modo geral, sobretudo, lá onde não conseguimos ganhar nas Eleições Gerais de 24 de Agosto", disse o secretário provincial em exercício do "galo negro", para quem a estratégia de proximidade ao eleitor é da direcção central do partido.

Às senhoras da Liga da Mulher Angolana (LIMA), o político pediu para que continuem a desempenhar o seu papel na sociedade, lutando pela emancipação, o que irá permitir com que possam ocupar lugares de destaque no partido e noutras esferas da sociedade. Para a concretização deste objectivo, o responsável da UNITA em Cabinda considerou "fundamental que as mulheres apostem seriamente na carreira política, administração e formação académica".

Preços dos fertilizantes

A secretária provincial da UNITA no Huambo destacou, nesta cidade, que a redução dos preços dos fertilizantes e distribuição massiva, pelas instituições governamentais, é a opção certa para que os camponeses desenvolvam a sua actividade de maneira tranquila e eficiente.

Albertina Navita Ngolo, que falava no final da 2ª Reunião Ordinária do Comité Provincial do partido realizada sábado, sob o lema "UNITA – avaliar, perseverar e crescer para vencer", referiu que o povo do Huambo sobrevive, maioritariamente, da agricultura. Frisou que é importante que sejam revistos os preços, não apenas dos adubos, como também de outros inputs agrícolas para o aumento da produção e da produtividade, facilitando a diversificação da economia.

No mesmo âmbito, destacou a necessidade da reabilitação das estradas secundárias e terciárias em todos os municípios da província do Huambo para permitir a mobilidade dos cidadãos, bens e serviços e, por meio desta, propiciar o desenvolvimento das comunidades rurais.

A dirigente do "galo negro" frisou que, dado o índice de alunos fora do sistema normal de educação, é necessário que o Governo da Província amplie a rede de infra-estruturas escolares, nas áreas recônditas, assim como reforce a merenda escolar para melhor aproveitamento académico das crianças.

Recomendou aos órgãos de direito a desencorajar os actos de intolerância política que prevalece na província do Huambo, sobretudo, em alguns municípios, bem como exortou a reconciliação nacional e despartidarização das instituições do Estado por ser uma necessidade imperiosa nacional e aprofundamento do Estado Democrático e de Direito.

Durante o encontro, os membros do Comité Provincial da UNITA aprovaram, entre vários documentos, o relatório político-administrativo de Janeiro a Setembro do ano em curso, tendo reiterado o compromisso com a paz e a consolidação da democracia, para o bem-estar das famílias, assim como reconheceu o desempenho e o crescimento da sua organização política no Huambo. Saudou, no final, todas as mulheres em alusão ao Outubro Rosa, dedicado à luta contra o cancro da mama.

Coesão para o progresso

O secretário provincial da UNITA no Uíge, Félix Simão Lucas, exortou, nesta cidade, os militantes e simpatizantes do partido para serem fortes na unidade, coesão, disciplina, respeito às diferenças e opiniões, reforçando a base social do "galo negro" para o alcance dos objectivos nos próximos desafios eleitorais, sobretudo, as Autarquias Locais.

5.11 Benefícios económicos da implementação das autarquias

Jornal Economia & Finanças

28 De Outubro De 2022

O processo da institucionalização das autarquias locais em Angola, parece que não está esquecido por parte do Executivo do Presidente João Lourenço, como muitos políticos da oposição e círculos da sociedade civil prediziam.

Acontece que o Presidente da República criou uma Comissão Interministerial para a Elaboração e Implementação do Plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais, uma iniciativa que visa responder os apelos de várias sensibilidades da sociedade angolana para dar sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa em Angola.

Mas afinal, por que autarquias locais?

Importa em primeira instância situar os nossos leitores, de que "a organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se de acordo com o princípio da descentralização político administrativa, que encontra nas Autarquias Locais, a forma

expressiva da sua concretização" (Art.213, nº 1), constituição da República de Angola.

As autarquias locais do ponto de vista da sua conceitualização clássica, se configuram como sendo antes territoriais representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações locais.

São na verdade uma chancela expressiva de organização do poder territorial onde um conjunto de residentes (administrados) num município elege os seus próprios representantes (administradores) para os dirigir com autonomia financeira e administrativa sujeita à tutela do Executivo.

É na verdade uma forma de aproximar dos cidadãos os órgãos de poder e serviços do Estado, o que resulta de fundamental importância para um maior e melhor desenvolvimento económico e social.

Com o surgimento das autarquias locais, a democracia participativa será mais aprofundada abrindo espaço para participação activa dos cidadãos no processo de tomada de decisão, proporcionando melhorias na afectação de recursos de forma eficiente nos serviços básicos, pois a proximidade à população permite a produção de bens que estejam em conformidade com as suas necessidades, reduzindo sobremaneira a burocracia, porque à administração autárquica se comprometerá dar solução dos problemas dos seus cidadãos.

Que benefícios económicos se revestem com a implementação das autarquias locais?

I A organização e funcionamento das autarquias locais, como obedecem o princípio da descentralização política administrativa, irão quebrar um longo ciclo de um sistema centralizado em que as decisões de governação se caracterizam do "top-down" apenas de cima a baixo, restringindo a liberdade dos gestores públicos e das próprias instituições do Estado. Abre um novo paradigma, reforçando o já iniciado processo de desconcentração administrativa que tem dado resultados significativos na administração pública.

II do ponto de vista financeiro, a institucionalização das autarquias locais, em obediência da lei nº13120 de 14 de Maio - Regime Financeiro das Autarquias Locais, que dispõem de autonomia financeira próprias, que compreendem o direito e a capacidade efectiva de gerirem e regulamentarem por si, o que pode propiciar uma melhoria das condições de vida dos cidadãos resultante de uma acção governativa de proximidade.

Desta perspectiva, decorre o direito de as autarquias disporem de receitas próprias, de estabelecerem as taxas relativamente aos serviços prestados, em conformidade com a responsabilização directa dos órgãos locais perante os eleitores, bem como da participação destes na vida pública local.

III Para administração pública, as autarquias locais têm benefícios, porque permitem a desburocratização dos serviços públicos, o cumprimento respeitoso da pauta deontológica do serviço público, permitindo a garantia da simplificação deste serviço para o bem estar dos cidadãos, também permite que os servidores públicos trabalhem por meio da liderança democrática na delegação de tarefas, decisões e responsabilidades, promovendo mais motivação e abrindo espaço para a inovação, valorização do quadro do pessoal administrativo, possibilitando assim melhor aproveitamento das habilidades de cada profissional.

5.12 PR nega convocar «assanhadamente» autarquias

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

o Presidente da República, João Lourenço, disse, na terça-feira, 25, em Dakar, Senegal, que, enquanto não houver condições, não vai "assanhadamente" convocar as eleições autárquicas, prometidas durante a sua campanha eleitoral.

Em entrevista à Radio France Internationale (RFI), à margem do 8.º Fórum Internacional de Dakar sobre a Paz e Segurança em África, o também chefe de Estado disse que o pacote legislativo autárquico não está terminado.

"Como sabe, o pacote legislativo autárquico não está terminado. Enquanto isso, não posso assanhadamente, se me permite a expressão, convocar as eleições", respondeu.

O Presidente da República criou, no dia 18 deste mês, a Comissão Interministerial para a Elaboração e Implementação do plano Integrado de Institucionalização das Autarquias Locais, na sequência do processo de desconcentração e descentralização administrativa.

A Comissão Interministerial, como avançou o Novo Jornal, é coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, tem como coordenador-adjunto o ministro da Administração do Território e integra os titulares dos Ministérios do Interior, da Justiça e dos Direitos

Humanos, das Finanças, da Administração pública, Trabalho e segurança Social, das Obras Públicas, urbanismo e Habitação, das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação social. Fazem também parte da Comissão os secretários do PR para os Assuntos Políticos e Parlamentares e para os Assuntos de Reforma do Estado.

5.13 Executivo inicia programa para avaliar grau de cumprimento do Simplifica

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2022

Texto. Edna Dala

O programa de avaliação arrancou com a visita de constatação do secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete, no município de Viana, que será seguido de um cronograma abrangente de visitas em todas as províncias até ao próximo dia 23 de Dezembro.

Na Universidade Jean Piaget, o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete, sublinhou que a Administração Pública deve servir e satisfazer as solicitações dos cidadãos.

A Administração Pública, prosseguiu, deve promover respostas rápidas às solicitações dos utentes que diariamente acorrem aos seus serviços: "Se esse objectivo não for observado, de nada adianta ter uma Administração Pública que trabalha para si mesma e não atende o interesse do cidadão".

Por esta razão, salientou, "nós, enquanto funcionários, temos de observar o cumprimento das medidas aprovadas e não podemos dar motivos aos cidadãos para descredibilizar o projeto e demais acções aprovadas pelo Executivo".

O cidadão, prosseguiu, deve estar no centro das preocupações de qualquer administração, sobretudo, no actual contexto da modernidade em que os cidadãos reclamam por melhores serviços.

Ao dirigir-se aos funcionários da Administração de Viana e seus responsáveis, Pedro Fiete recordou que o cidadão é o foco e a satisfação do interesse do cidadão e a razão de ser da "nossa existência enquanto Administração Pública".

Institucionalizado o Simplifica e aprovadas várias medidas, frisou, emerge agora o desafio de se observar o cumprimento rigoroso destas acções, com realce para o dever de obediência.

Na ocasião, Pedro Fiete salientou que o programa de avaliação sobre o grau de cumprimento do Projecto Simplifica resulta da preocupação do Presidente da República, João Lourenço, sobre a necessidade de se intensificar o cumprimento rigoroso das medidas que têm sido aprovadas no âmbito da execução do Projecto.

O responsável assinalou que o Executivo aprovou e continua a aprovar várias políticas e medidas concretas de simplificação, tendo sempre em vista o grande objectivo de melhorar a prestação dos serviços públicos ao cidadão.

"Agora é necessário, desde logo, acompanhar a execução e aplicação prática destas medidas para facilitar a vida dos cidadãos e a garantia de uma administração mais simplificada, moderna e que tenha no centro das suas preocupações o interesse do cidadão", reforçou.

Pedro Fiete, que fez uma pequena incursão à história, lembrou que durante muitos anos a Administração Pública "esteve amarrada" a vários rituais tradicionais e procedimentos, muitos deles herdados do período colonial.

"Muitas vezes, nem sequer sabíamos explicar qual era a razão de ser da existência ou exigência ao particular de tais procedimentos. Provavelmente, por falta de regulamentos específicos sobre a emissão dos actos dos documentos e das licenças", observou.

No período pós-Independência e monolítico, acrescentou, o contexto histórico da centralização e planeamento económico não permitia a propriedade privada à livre concorrência, razão pela qual o Estado condicionava em demasia o acesso aos serviços públicos de certas actividades.

Diante do actual contexto de liberalismo económico e o amplo reconhecimento dos direitos fundamentais, destacou, não faz sentido a Administração Pública continuar a restringir os cidadãos de determinados bens e serviços públicos.

"Foi com base nesta medida estratégica que o Presidente da República assumiu o compromisso de institucionalizar o Projecto Simplifica para facilitar a vida do cidadão no acesso aos serviços públicos", disse.

Viana apresenta bons indicadores

Sobre a visita ao município mais populoso da capital do país, disse que elegeram Viana como ponto de partida deste programa de avaliação, tendo em conta a sua importância. As visitas, esclareceu, serão

extensivas aos demais municípios de Luanda, seguidas das 17 províncias.

Pedro Fiete, que fez uma avaliação positiva do município "satélite", disse haver espaço para continuar a trabalhar, informar e apostar permanentemente na formação de quadros, para que alguns procedimentos observados ontem não se repitam no futuro.

No final da visita de constatação da Administração de Viana e da Direcção Municipal de Promoção do Desenvolvimento Económico Integrado do mesmo município, o secretário do Presidente da República disse que Viana apresenta bons indicadores naquilo que é o cumprimento das medidas do Simplifica.

Reconheceu, ainda há um trabalho que deve ser feito no sentido de se disseminar a mensagem a todos os funcionários e trabalhadores. A grande preocupação, desde logo, indicou, é a necessidade de diálogo permanente.

"Muitas vezes, as administrações municipais fazem a sua parte, mas depois também é necessária a colaboração de outras instituições, incluindo as privadas, no sentido de observarem as determinações constantes dos decretos", realçou.

Depois, referiu que tomou conhecimento de algumas instituições privadas que continuam a exigir documentos descontinuados, como o Atestado de Residência e outras que rejeitam o Cartão de Município.

Estes episódios, disse, deram-se numa instituição bancária privada. É por esta razão e outras, salientou, que temos de continuar o diálogo e a disseminar a informação, garantindo, deste modo, uma Administração Pública simplificada.

Utentes reconhecem melhoria no atendimento

Nas duas instituições, alguns dos utentes que falaram ao *Jornal de Angola* reconheceram melhorias nos serviços administrativos desta circunscrição de Luanda.

Questionado se tinha conhecimento do Simplifica, o cidadão Francisco Joaquim mostrou estar informado sobre o Projecto, bem como as novidades no documento.

Francisco Joaquim disse, de forma resumida, que o Simplifica é um mecanismo que veio permitir aos cidadãos verem as suas preocupações resolvidas sem muitas burocracias e exigir mais responsabilidades dos próprios funcionários.

Rosita Catunda, que se dirigiu à Direcção Municipal de Promoção do Desenvolvimento Integrado de Viana para tratar o Alvará Comercial, mostrou-se, igualmente, satisfeita pelo atendimento e as novidades do Projecto, tendo realçado o facto de poder tratar o Alvará O Simplifica, disse, veio para matar um pouco da burocracia que se verifica nas instituições administrativas.

Participaram do encontro o vice-governador para Área Política e Social da província de Luanda, administrador de Viana e altos funcionários da administração.

5.14 Dionísio Fonseca quer reforço das administrações municipais

Jornal de Angola

30 De Outubro de 2022

Texto. Venâncio Victor

O ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, defendeu o reforço da capacidade de intervenção das administrações municipais, com vista a dar resposta pontual aos principais problemas que afligem as populações locais.

Dionísio da Fonseca, que manifestou a intenção durante a cerimónia de apresentação do novo governador de Malanje, Marcos Alexandre Nhunga, considerou necessário a descentralização do poder, para que as administrações municipais tenham competências de resolver determinados problemas dos cidadãos sem intervenção dos governos provinciais.

O ministro reiterou o apelo a uma governação participativa e dialogante, com diferentes segmentos da sociedade, com destaque para as autoridades tradicionais, religiosos e outras franjas sociais, as quais pediu uma conduta cívica e exemplar em prol do desenvolvimento da província, segundo a Angop.

Maior atenção aos sectores Mineiro e da Agrícola

O novo governador de Malanje garantiu, a propósito, que a sua administração vai ser marcada por um diálogo permanente com os diversos segmentos da sociedade, contando, assim, com a participação de todos na construção político-económica da província.

Marco Nhunga disse esperar por uma participação rigorosa e inclusiva, com realce para as autoridades tradicionais, religiosas. O governador vai promover um diagnóstico urgente sobre a actual realidade socioeconómica da província, para aferir a situação dos 14 municípios de Malanje, por forma a traçar

novas estratégias a fim de resolver os problemas que afligem a população.

Ao referir que vai trabalhar, Marcos Nhunga garantiu que está aberto à crítica e sugestões, defendendo, por isso, a realização de acções conjuntas para se alcançar os objectivos preconizados. O governante garantiu, igualmente, prestar maior atenção aos sectores mineiro, agrícola e turístico, para transformar Malanje num verdadeiro celeiro, contribuindo na captação de receitas para os cofres do Estado.

Acrescentou que, durante o seu mandato, vai dedicar, também, uma especial atenção no trabalho directo com a juventude, independentemente da sua filiação partidária, credo religioso, cor ou raça. Marcos Nhunga fez questão sublinhar que conhece bem a província de Malanje, e tem presente as dificuldades que assolam as populações da região, concretamente nos domínios da educação, saúde, energias e águas, saneamento básico, agricultura, entre outras.

O governador cessante, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", que apelou aos cidadãos a unirem-se a Marcos Nhunga, realçou que a província de Malanje é privilegiada, do ponto de vista geoestratégico, condição que constitui a mesma o papel de placa giratória, com impacto nos mais variados domínios da vida socioeconómica. "Orgulho-me por deixar uma província com melhores infra-estruturas nos domínios da Educação, Saúde, Energia eléctrica e Água potável", frisou o governador cessante.

Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" destacou os esforços empreendidos na construção da Universidade Rainha Nginga Mbade, a retoma das obras das infra-estruturas integradas de Malanje, Casa da Juventude, o projecto da Casa Museu António Agostinho Neto, na rua 15 de Agosto, e do Memorial dos Reis do Ndongo.

tenha casa própria, deve ser uma das apostas da governação.

Jubila Ngola, outra cidadã, defendeu aumento salarial, capacidade de gestão e aproveitamento do potencial dos recursos da província de Malanje, e a melhoria do sistema de ensino e educação. Defendeu, igualmente, um melhor aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em particular das Quedas de Calandula, consagradas como uma das sete maravilhas de Angola.

Municípios desejam um bom resultado

Os jovens na província de Malanje esperam que o novo governador promova políticas direccionadas à criação de emprego, abertura de concursos públicos nos vários sectores do Estado, a reabilitação das vias

de acesso aos municípios e a implementação de programas de combate à pobreza extrema, iniciativas que concorrem para a melhoria da qualidade dos serviços sociais.

A professora Elizabeth Barreto, 33 anos, disse que deseja o cumprimento dos programas socioeconómicos. Para a interlocutora, a construção de mais centralidades, para permitir que a juventude tenha casa própria, deve ser uma das apostas da governação.

Jubila Ngola, outra cidadã, defendeu aumento salarial, capacidade de gestão e aproveitamento do potencial dos recursos da província de Malanje, e a melhoria do sistema de ensino e educação. Defendeu, igualmente, um melhor aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em particular das Quedas de Calandula, consagradas como uma das sete maravilhas de Angola.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Inscrições abertas para habitantes abrem dentro de 14 dias.

Jornal de Angola
19 De Outubro de 2022

Edgar Marcelino dos Santos Hilário, que é também o coordenador da comissão criada para o efeito, falava à imprensa, no final da II reunião extraordinária do Governo da Província do Bié, em que foi apreciado o memorando sobre as condições de acesso aos projectos habitacionais construídos com fundos públicos.

Para o efeito, estão disponíveis 376 habitações, entre apartamento, duplex e moradias, todas da tipologia T3, além de 66 lojas.

Poderão inscrever-se funcionários públicos, empresas públicas e privadas, antigos combatentes e veterano da pátria, portadores de deficiência, jovens e público em geral.

A função pública tem uma quota de 113 imóveis, os jovens 75, público em geral e empresas públicas e privadas com 56 cada, gestão emergenciais 38, antigos combatentes e veteranos da pátria e pessoas com deficiência com 19 cada.

A segunda fase da centralidade, além de residências, também contempla posto policial, jardim-de-infância, dois institutos médios politécnico, uma escola de formação de técnicos de saúde e uma outra do ensino de base.

As obras da segunda fase iniciaram em Maio de 2021 e terminaram este ano.

Na primeira fase da centralidade, cujas obras decorreram entre 2011 e 2017, foram construídas 2.784 habitações, todas já habitadas.

A comissão criada para o efeito pretende também abrir um concurso de acesso ao projecto "500 Casas", situado no bairro Caluco, 12 quilómetros a Sudoeste da cidade do Cuito.

O projecto foi construído com a finalidade de acomodar famílias que habitam em zonas de risco. As habitações são da tipologia T2 e T3.

6.2 Cidade celebra aniversário com uma perspectiva de orgulho e prosperidade

Jornal de Angola
21 De Outubro de 2022
Texto: Carlos Paulino

Menongue, a capital da província do Cuando Cubango, completa, hoje, 61 anos. Elevada à categoria de cidade a 21 de Outubro de 1961, conserva em si a mística de um lugar lendário, cuja existência contém curiosidades várias, que remontam desde o início da caminhada da luta de libertação nacional.

A cidade está movimentada, desde há alguns dias, com os habitantes a revelarem grande interesse em saber mais sobre o nome Menongue, mas também sobre o 21 de

Outubro. Embora haja um claro ambiente de festa, a determinação em fazer da capital do Cuando Cubango um lugar bom para se viver subiu de tom, com os populares a apostarem na melhoria do fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água potável e mais habitação.

É a pensar neste desafio que o lema escolhido para as festividades é "Menongue com o seu povo rumo ao desenvolvimento". O administrador municipal de Menongue, José Ernesto da Silva disse, ao Jornal de Angola, que, com o engajamento de todos, a cidade vai conhecer o desenvolvimento que tanto se almeja para o bem-estar social dos cerca de 400 mil habitantes.

"Esta cidade acolhe a maioria dos habitantes do Cuando Cubango", realçou, referindo que, por isso, "é preciso multiplicar as infraestruturas como escolas, unidades sanitárias, estradas, habitação, transportes, entre outros bens e serviços para conferir maior dignidade a todos os cidadãos".

Referiu que, desde 1961, a população cresceu de cerca de sete mil para mais de 400 mil habitantes, sendo que 63 por cento dos poucos mais de 700 cidadãos da província do Cuando Cubango residem em Menongue. Este facto, continuou, coloca à administração perante desafios enormes.

A principal prioridade das autoridades municipais recai para o melhoramento do saneamento básico, no sentido de se prevenir certas doenças oportunistas e, também, transformar Menongue numa das cidades mais limpas' "qualidade que já granjeou no passado que pretende reconquistar".

José Ernesto da Silva advogou que "isto só será possível se todos os munícipes se engajarem na limpeza regular da capital, porque a administração municipal não tem capacidade para realizar o trabalho sem o apoio da população. "Se não recolhermos o lixo que produzimos, corremos o risco de registar qualquer surto em Menongue, conforme está a acontecer, actualmente, com doenças como o sarampo e sarna, que estão a assolar esta região", enfatizou.

O administrador fez saber que a prevenção é o melhor remédio de se combater uma doença. A cidade de Menongue conta, de momento, com o concurso de quatro empresas de limpeza e recolha de lixo, cujas acções estão enquadradas na iniciativa de toma a capital do Cuando Cubango mais higiénica.

Acrescentou que as actividades de limpeza vão incluir a recolha de lixo porta a porta, pelo menos duas vezes por semana, no casco urbano e na periferia da cidade. José Ernesto da Silva apelou à colaboração de todos no sentido de os programas serem cumpridos com as metas estabelecidas.

Reabilitação das vias de acesso

O administrador de Menongue disse que as vias de acesso que ligam a cidade às comunas, aldeias e químbos vão merecer, também, uma atenção especial para que no curto espaço de tempo sejam terraplanadas, a fim de facilitar a circulação de pessoas e bens.

Fez saber que actualmente decorrem trabalhos de terraplanagem nos bairros Tomás, 23 de Março e 45 Casas. A intenção, disse, é atingir todas as localidades com problemas sérios de circulação rodoviária, para que o desenvolvimento chegue muito rápido, em todas as comunas, aldeias e municípios.

O administrador José Ernesto da Silva anunciou trabalhos de terraplanagem nas estradas que ligam bairros como o Pandera, amba Mícesse, Tchivonde, Soba Matias, Castilho, Wayombwa, Paz e Soma.

Nestas zonas, vão ser melhorados, igualmente, escolas, postos de saúde e canais de abastecimento de água potável.

Salientou que, apesar das dificuldades, Menongue, que completa, hoje, 61 anos, registou avanços

significativos em áreas como reabilitação de estradas, sobretudo a asfaltagem dos troços Menongue Cuito Cuanavale, Menóngue e Cuchi, Menongue/Caiundo e Menongue IFio.

Outro ganho foi a asfaltagem das vias secundárias e terciárias nas principais artérias da cidade e nos bairros Popular, Castilho, Saprinho, São José, Pandera, Saúde, Victória, Tomás, Juventude, Novo e Paz.

Educação e Saúde

Os sectores da Educação e da Saúde são os que mais avanços registaram nos últimos tempos, tendo em vista a forte aposta do Executivo em criar condições para que a população tenha maior acesso a estes dois importantes serviços.

Até 1961, o município de Menongue contava com pouco menos de 10 escolas, e das nos bairros Popular, Novo, Azul, no centro da cidade, Pandera, Tomás, na regedoria do Bica, na comuna do Caiundo e [amba Cueio. Actualmente, o número ascendeu para 89 estabelecimentos de ensino.

A classe de professores aumentou de cerca de 100 para 3.022, que permitiram, neste ano lectivo, a admissão de 70.905 alunos, tem diferentes subsistemas de ensino. Outra nota de realce, é o ganho de duas instituições do ensino superior, nomeada mente a Universidade Cuito Cuanavale e o Instituto Superior Pedagógica Privado Menongue. As duas unidades estão a formar jovens 50 nas especialidades de Enfemagem, Biologia, Maternatica, Engenharia Informática, Gestão Turística, Comunicação Social, Direito, Psicologia e Economia.

O administrador José Ernesto da Silva disse que graças à entrada em funcionamento destas instituições vários jovens estão engajados na sua formação, e não precisam de se deslocar para outras províncias, porque o município de Menongue tem condições para formá-los. "O nosso desejo é trabalhar para a construção de mais escolas, principalmente durante o quinquénio 2022/2027", afirmou. No domínio da Saúde, dos nove postos que a cidade herdou da fase colonial, hoje conta com 41 unidades sanitárias, asseguradas por nove médicos e 248 enfermeiros.

Os especialistas dão resposta às necessidades de assistência médica e medicamentosa nos munícipes.

Energia e água

O fornecimento de energia eléctrica, que constitui ainda preocupação, vai registar melhorias com a expansão da rede de distribuição de baixa tensão, no

quadro de um projecto que cobre, segundo o administrador' mais de 30 zonas urbanas e sub-urbanas da cidade de Menongue.

As obras em curso estão orçadas em mais de 1,6 mil milhões de Kwanzas, e decorrem no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). As mesmas contemplam seis mil ligações domiciliárias, instalação de contadores pré-pagos, colocação de Postos de Transformação (PT), reabilitação e na manutenção do sistema de iluminação pública.

Este projecto visa dar resposta a central térmica do Kwebe, que o município ganhou há dois anos, cuja capacidade é de 50 megawatts. Por causa do número reduzido de consumidores a mesma não é devidamente explorada, e os equipamentos podem ficar obsoletos muito cedo.

O governo do Cuando Cubango, em parceria com a Administração Municipal de Menongue, está a implementar este projecto em mais de 50 bairros, para alegria de vários moradores. O mesmo cenário se verifica no sector das Aguas, tendo em vista o curso das obras de requalificação da rede de distribuição de água potável da cidade de Menongue, enquadradas, também, no PIIM, cuja execução física é de 70 por cento.

Com um orçamento de mais de três mil milhões de kwanzas, as obras tiveram início em Abril deste ano e foram divididas em duas fases, sendo que a primeira inclui os bairros Popular e Castilho, com 1,9 mil milhões, enquanto a segunda fase abrange a zona urbana, orçado em 1,5 mil milhões de kwanzas.

Além de melhorar o abastecimento de água, o projecto de reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água potável vai permitir a inclusão de cerca de 10 mil novos beneficiários da zona urbana e dos bairros Popular e Castilho, com cerca de 800 ligações domiciliárias.

O administrador José Ernesto da Silva disse que os dois projectos constituem um alento aos munícipes, que, durante muitos anos, viveram momentos difíceis por falta de energia eléctrica e de água potável. Recordou que até ao alcance da paz, em 2002, o município contou apenas com um grupo gerador de mil KVA, que permitiu o fornecimento de energia apenas ao centro da cidade, mas, hoje mais de 50 bairros beneficiam deste serviço.

Acrescentou que o abastecimento da água, a antiga central também só permitia atender a subestação da cidade, agora são bombeados 11 mil litros cúbicos por dia a vários bairros. O administrador reconheceu que devido à demanda actual da população, urge a

necessidade de se construir uma nova subestação com capa- cidade para bombear pelo menos 50 mil metros cúbicos de água por dia.

Outros projectos

No âmbito do PIIM, a Administração de Menongue tem sob sua tutela a construção de três postos de saúde, nas localidades do Mdumbo, Abel e Soma, assim como a edificação de um centro de médico no Caiundo.

Estão também em curso as obras de construção de duas escolas, no bairro Forte Menongue e na comuna do arnba Cueio, e unidades policiais, nos bairros Kalupassa e Tucuve. No município, decorrem, igualmente, trabalhos de terraplanagem de 27 quilómetros de estrada, nos bairros 23 de Março e do Tucuve.

Em relação às acções de combate à pobreza, está em curso a reabilitação de uma escola no bairro Savipanda, furos de água e outros projectos.

José Ernesto da Silva anunciou a reabilitação de quatro campos de futebol 11, nos bairros Pandera, Tucuve Novo e Terra Nova. "Pretendemos, com este projecto, dar dignidade aos praticantes de futebol 11 no nosso município. Pois, o Executivo está preocupado com a resolução dos problemas da juventude em vários domínios da vida social", disse.

Agricultura

O fomento do sector da Agricultura tem como prioridades a produção, em grande escala, de cereais, tubérculos e hortícolas diversas, tendo em conta que Menongue tem férteis. Para fazer jus a este desígnio, a Administração Municipal está a implementar a distribuição de sementes e diversos instrumentos de trabalho aos camponeses espalhados em localidades do Missombo, Caiundo e arriba Cueio.

No presente ano agrícola, 45 mil famílias camponesas estão mobilizadas para cultivar uma área de 50 mil hectares, a fim de a produzirem 67 mil toneladas de culturas diversas, com realce para o milho, feijão-frade, massango, massambala, batata rena e doce, inhame, repolho, couve, tomate e cebola.

6.3 O desenvolvimento sustentável das Cidades

Jornal Expansão

21 De Outubro de 2022

Texto: João Pepelo

A 31 Outubro assinala-se o Dia Mundial das Cidades. Esta iniciativa tem origem na resolução 68/239, da Assembleia Geral da ONU. O seu objectivo é sensibilizar a comunidade internacional para a urbanização global e fomentar a cooperação entre estados para enfrentar os desafios da urbanização, bem como incentivar o desenvolvimento urbano sustentável.

Em Luanda, a efeméride nunca passou despercebida. Se alguma vez não se assinalou com grande efusão festiva, pelo menos serviu de propósito para mobilizar cidadãos interessados no debate focado no espaço urbano e periurbano, entendido como relevante na dinâmica política, económica e social do país. Geralmente, englobam na pauta temas relacionados à defesa e preservação do património da cidade de Luanda (quando não é extensivo a outros centros urbanos do país); desafios da mobilidade urbana; infraestruturas das vias de comunicação (construção e reabilitação das estradas); a acessibilidade ou falta dela dos principais serviços de educação e saúde.

O desenvolvimento urbano sustentável é um cliché que está na moda, na imprensa e na retórica dos discursos oficiais imputa vários desafios. O primeiro dos quais, e o mais importante, diga-se de passagem, compõe o tripé: educação, saúde e saneamento básico. O primeiro, traduzindo-se no fomento de políticas de acesso à educação básica para todos os cidadãos em idade escolar e, simultaneamente, no combate ao abandono escolar nos segmentos mais vulneráveis da população, sobretudo das zonas periféricas.

6.4 Novas moradias no Cuito entreguem até Dezembro

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2022

Texto: Delfina Victorino

As últimas 376 moradias da primeira fase da Centralidade Horizonte, no bairro Ndjele, na cidade do Cuito, província do Bié, serão entregues até Dezembro.

A garantia foi dada, ontem, pelo secretário de Estado para a Habitação, Adérito Mohamed, que está no

Cuito para tratar assuntos ligado à forma de distribuição dos imóveis da Centralidade Horizonte e do Projecto 500 Casas, localizados no bairro Azul II.

Adérito Mohamed assegurou que não haverá qualquer tipo de violação às regras constantes no Decreto Presidencial e que a distribuição das habitações será

feita por quotas a organismos públicos da Administração do Estado, empresas públicas e privadas, antigos combatentes e veteranos da pátria e demais interessados.

Acrescentou que a maior parte das casas será distribuída à função pública, empresas públicas, antigos combatentes e a pessoas com deficiência.

Relativamente aos fogos habitacionais do Projecto “500 Casas”, o secretário de Estado disse que, também, serão entregues até Dezembro, através de renda resolúvel ou venda directa. “O processo deve arrancar depois de estar concluída a entrega dos 376 apartamentos da Centralidade Horizonte”.

Manutenção periódica

A directora comercial da empresa construtora “KoraAngola”, Lídia Santos, disse, durante a visita do secretário de Estado para a Habitação à Centralidade Horizonte, que os futuros utentes devem fazer a manutenção periódica dos i móveis, visando a sua preservação.

Fez saber que o novo projecto é composto por 26 moradias de um piso, onze edifícios de quatro pisos, com 88 apartamentos, igual número de edifícios de três pisos, com 66 apartamentos, 13 edifícios com dois pisos e 52 apartamentos, bem como 24 edifícios com três pisos, com 144 apartamentos.

O segundo, garantindo que os serviços de assistência médica e medicamentosa com qualidade mínima desejável estejam em pleno funcionamento para acudir o mais humilde cidadão, sem discriminação. O terceiro, promovendo o normal funcionamento dos serviços de abastecimento de água potável, assistência e manutenção de esgotamento sanitário, limpeza urbana, manuseio de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Sem atender aos pressupostos supracitados, a ideia de “cidades inteligentes”, “harmonização dos espaços”, “arborização da orla costeira”, “metro de superfície” - e outros neologismos bonitos para enfeitar os títulos da imprensa - ficam distantes do alcance da mão. Neste puzzle de acções cabem iniciativas sobre o “combate ao aquecimento global”, “crise climática” e similares. Sem desmerecer qualquer dinâmica à volta

das referidas acções, tendo em conta que o desenvolvimento urbano é diverso e de dimensão multidisciplinar, desde que não se relegue para segundo plano o bem-estar dos cidadãos, proporcionando-lhes condições básicas para viver.

Ademais, para definir o quanto uma cidade é inteligente, existem alguns rankings. O mais famoso é o Citeis in Motion, um índice feito pelo IESE Business School, um instituto da Universidade de Navarra. Desde 2014, avalia 101 indicadores em nove sectores: capital humano, coesão social, economia, meio ambiente, mobilidade urbana (ou transporte, se preferirmos), planificação urbana, projecção internacional e tecnologia. Estudos similares, vinculados a outros centros de pesquisa de referência internacional têm o capital humano na base dos seus indicadores como o mais importante.

O desenvolvimento urbano sustentável das cidades insustentáveis deve ter o seu eixo-central assente em acções que visam o bem-estar dos habitantes das cidades. É assim que deve ser, "não tanto para resolver os males do mundo, mas principalmente para reduzir os mundos do mal", como escreve José Pacheco, citado por Irene Alexandra Neto.

6.5 Apartamentos da centralidade da Halavala começam a ser comercializados em Novembro

Jornal Economia & Finanças
28 De Outubro de 2022

Os primeiros moradores da centralidade "Halavala", situada no município do Bailundo, na província do Huambo, começam a habitar no próximo mês, segundo o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Adérito Mohamed.

Durante uma visita de trabalho, realizada na semana passada à infra-estrutura, e que serviu, igualmente, para preceder a entrega formal da centralidade e, conseqüentemente, dar início ao processo de comercialização das residências, o governante disse que, numa primeira fase, prevê-se beneficiar um público maioritariamente jovem.

A fase irá contemplar funcionários públicos, antigos combatentes e veteranos da pátria, empresas públicas e particulares, nas modalidades de arrendamento, renda resolúvel e compra a pronto pagamento, de acordos as quotas pré-definidas.

Adérito Mohamed salientou que "o único constrangimento estava relacionado com a água, mais já ficou ultrapassada com a entrada em

funcionamento da subestação, captação e tratamento de água do rio Culele."

Assim sendo, referiu o secretário de Estado, todas as condições estão criadas para dar início a comercialização e receber já os primeiros moradores na centralidade. Importa frisar que a comercialização obedece os sistemas de quotas, sendo 901 apartamentos para os funcionários da função públicos, 600 apartamentos para a juventude, 150 apartamentos para os antigos combatentes e 150 apartamentos para deficientes físicos.

A estas cifras são acrescidos 451 apartamentos para o público em geral e 300 residências para quota emergencial.

De recordar que, são inelegíveis para candidaturas a uma habitação na Centralidade Halavala, todos os cidadãos que já foram beneficiados em qualquer projecto habitacional financiado com fundos públicos.

A centralidade "Halavala" foi inaugurada no passado mês de Maio do corrente ano, pelo Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Possui, mais de 3 mil unidades habitacionais, infra-estruturas sociais, tais como escolas, creches, posto policial e centro médicos, quadras desportivas, jardins e áreas de lazeres.

Do escrutínio feito em relação às expectativas dos futuros candidatos, prevê-se que cerca de 68 por cento dos beneficiários venham a ser jovens.

Visita guiada

Na visita, o secretário de Estado da Habitação, Adelino Mohamed, esteve acompanhado do vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas do Huambo, Elmano Francisco, do administrador municipal do Bailundo e de responsáveis e operadores das políticas habitacionais a nível do país.

A delegação do MINOPUH trabalhou, igualmente, na província do Bié, onde constatou o avanço das condições administrativas para o início do processo de comercialização das habitações.

6.6 Banca só aprovou 47 processos de créditos no valor de 3,1 mil milhões Kz

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Jorge Batalha

No período de Junho até ao dia 21 de Outubro de 2022, os bancos comerciais que operam no País apenas aprovaram 47 processos relativos a créditos à habitação, à luz do Aviso 09/22 do Banco Nacional de Angola (BNA), revelou ao Novo Jornal, em primeira mão, o Banco Central.

A aprovação dos 47 processos representa, no entanto, menos de 50% dos III processos submetidos à banca comercial, calculou este jornal os dados fornecidos pelo regulador do sistema financeiro.

De acordo com as informações prestadas, por via dos 47 processos aprovados, foram já desembolsados 3, 1 mil milhões de kwanzas, o que corresponde somente a 5% do valor global previsto para o crédito ao sector imobiliário, estimado em 58 mil milhões Kz.

Com 47 processos aprovados em quatro meses, os bancos comerciais acabaram, deste modo, por validar em média duas solicitações diariamente, já que quatro meses possuem 88 dias úteis.

Explicado doutro modo, dos mais de 100 processos, os bancos comerciais chumbaram 15 pedidos de crédito à habitação, 44 estão no laboratório de análise e, até ao momento, 47 conseguiram obter o aval, avançou o Banco Central.

Conforme o BNA, os solicitantes dos créditos habitacionais apresentam um conjunto de incongruências no momento de remeter os documentos exigidos à luz do Aviso 09.

"Do número global, das operações registadas constam operações em análise, contratadas e recusadas, destacando-se que a existência de inúmeros constrangimentos de natureza jurídico-legal e insuficiência de elementos documentais completos contrariam a apresentação, junto dos bancos comerciais, de processos devidamente instruídos, em conformidade com os requisitos de elegibilidade estabelecidos nos artigos 6.º e 8.º do normativo", explica ao Novo Jornal o órgão regulador do sistema financeiro.

Apesar do alarido criado em torno das anomalias no momento de adesão ao crédito à habitação, o Banco Central afirma que não registou nenhuma ocorrência

e reafirma não ter punido nenhuma entidade bancária por violação deste normativo.

"De acordo com os nossos registos, o Banco Nacional de Angola não recepcionou qualquer reclamação de promotores imobiliários", argumenta, garantindo, de seguida, que não existem "elementos [actuais para a instauração de qualquer medida sancionatória contra os bancos comerciais".

Bancos pequenos deram mais crédito à habitação

De um grosso de 111 processos que os bancos comerciais receberam, o maior número de pedidos de crédito habitacional esteve ligado aos bancos sistémicos, tendo esses recepcionados 70 solicitações. Entretanto, do leque de pedidos, menos de um terço teve 'sim' dos pesos pesados da banca, ou seja, do total de 70 processos que bateram à porta dos grandes bancos, apenas 12 passaram no teste. De forma geral, os 12 processos permitiram que fosse desembolsado um valor global de 855,6 milhões Kz, sendo que, neste momento, nos bancos com maior peso no sistema financeiro, se encontram 44 petições de crédito em análise e 14 processos levaram 'cartão vermelho'.

Já os bancos não-sistémicos verificaram 41 processos, concedendo 'sim' a 35 solicitações de crédito, que permitiram a injeção de um montante global de cerca de 2, 2 milhões Kz. Os bancos mais modestos têm ainda sobre a mesa cinco solicitações de crédito e chumbaram um pedido.

Na busca de mais informações práticas sobre a operacionalidade do crédito à luz do Aviso n.º 09, a equipa do Novo Jornal deslocou-se a algumas agências bancárias, tendo verificado, em muitos bancos, um autêntico despreparo dos agentes sobre o assunto.

Na verdade, os funcionários do banco, à partida, dizem logo que é "difícil", sendo peremptório em afirmar "não é para qualquer bolso".

6.7 Entregues mais de 400 apartamentos à juventude na Vida Pacífica no Zango

Jornal De Angola

30 De Outubro de 2022

Texto: Roque Silva

De tipologia t4 e t3, as moradias fazem parte de um leque de mil e 120 preparadas para os jovens, no âmbito do compromisso assumido pelo Presidente da

República, João Lourenço, a serem entregues ao Conselho Nacional da Juventude.

Os apartamentos integram o lote de activos pelo Estado Angolano, foram entregues mediante um rigoroso processo de assinatura de acordos entre a construtora, o Instituto Nacional da Habitação, o Fundo de Fomento Habitacional e o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação anunciou, na ocasião, que o processo de cedência das moradias aos jovens vai continuar sem sobressaltos, devendo acontecer em Novembro (entrega de três edifícios com 336 habitações) e Dezembro (dois edifícios com 224 habitações), respectivamente.

Carlos Alberto Gregório dos Santos disse que o Executivo está engajado na redução do défice habitacional, porquanto as casas serão entregues aos jovens sem importar a filiação política ou religiosa.

Carlos Alberto Gregório dos Santos disse ser convicção do Executivo a contínua procura de soluções para "reduzir o défice do sonho pela casa própria".

Para tal, reafirmou que, além das centralidades e urbanizações em curso, o Estado conta ainda com a política de cedência de lotes infra-estruturados aos jovens no âmbito do programa da auto-construção dirigida, em zonas urbanizáveis.

"Hoje, solidifica-se um compromisso eleitoral do Presidente da República, em que os jovens têm o mesmo tratamento e podem dar sequência a sonhos e projectos", afirmou, acrescentando que basta ser angolano para ser elegível para ter uma residência.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação apelou aos contemplados o cumprimento das prestações mensais e de outras disposições implícitas no contrato.

A ministra dos Desportos, Palmira Barbosa, considerou o dia especial porquanto será o culminar de uma etapa na vida de alguns jovens.

6.8 Terra prometida: o bairro onde falta quase tudo

Jornal Luanda

31 De Outubro de 2022

Texto: Arcângela Rodrigues

Chegar à Terra Prometida é difícil. Não há transportes públicos nem táxis, vulgo candongueiros.

Da via expressa até ao bairro são 18 quilómetros. As ruas, tomadas pelas ravinas e enormes lombas, são uma lástima. A falta de chuva tem facilitado a circulação de viaturas e pessoas, porque quando chove, as ruas são invadidas por águas paradas e grandes amontoados de lixo.

À entrada da Terra Prometida, a reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda encontrou um grupo de mulheres, com crianças ao colo, a lavar a roupa em bacias e tábuas de madeira. Curiosas, deixaram os afazeres e aproximaram-se da viatura para saber o motivo

da nossa presença ali.

A primeira coisa que as assustou foi a máquina fotográfica que o fotógrafo transportava. Por isso, disseram em uníssono: "mano, não nos filma, estamos mal apresentadas". Foi necessário acalmá-las, dizendo que só seriam fotografadas com o seu consentimento.

Sobre o dia-a-dia na Terra Prometida, disseram que vivem mal, sem água potável, energia eléctrica, transportes públicos, hospitais, escolas e posto de Polícia.

Os moradores da Terra Prometida vivem às escuras. A energia eléctrica do sistema pré-pago só existe na Baixa do Maruvo. Os bairros "28 de Agosto", "África do Sul" e "Boa Esperança" bene-

ficiam de energia proveniente de PT's privados, cujo contrato é 135 mil kwanzas e a mensalidade.

E de seis mil e 500 a sete mil kwanzas. "Não é qualquer pessoa que aceita morar neste bairro. Aqui não tem nada, estamos sem energia eléctrica, ninguém circula a partir das 18h00, devido à escuridão", contaram as senhoras.

"Não temos mercado, o que obriga as pessoas a irem aos do Benfica ou das Salinas para comprar alguma coisa. Os jovens não têm emprego e locais para diversão. A diversão deles é a bebedeira, delinquência e brincar de papá e mamã", revelaram, acrescentando que muitas adolescentes e jovens tornaram-se mães muito cedo, sem terem condições para sustentar os filhos, que não estudam por falta de escola.

A escola pública mais próxima fica no sector 15, no bairro Tanque TI, a dois quilómetros. A alternativa para os pais e encarregados de educação tem sido as explicações.

"VIVER DE ACORDO COM A REALIDADE"

Maria Paixão, 32, assentou arraiais na Terra Prometida há três anos, após ter comprado um terreno ao preço de 250 mil kwanzas, por intermédio de um primo. Sem esposo, ela vive com os cinco filhos num quarto feito de chapas de zinco. "Se tivesse dinheiro, arranjava melhores condições para viver, mas por enquanto vivo de acordo com a realidade", reconheceu. Sem acesso à água canalizada, Maria Paixão tem usado água salobra para lavar a roupa, tomar banho e

fazer a limpeza de casa. Para beber, compra-a em casa de vizinhos que possuem tanques abastecidos por camiões-cisterna.

"O bidão de 20 litros custa 100 kwanzas e de 25 fica a 150 kwanzas", disse Maria Paixão, queixando-se também da falta de serviços de saúde no bairro. O único hospital de referência funciona na zona do Benfica. "Quando estamos doentes, temos de ir aos postos médicos dos bairros 'Barack Obama', 'Cassumuna' e 'Macuia'", lamentou.

Segundo Maria Paixão, muitas crianças estão fora do sistema de ensino por falta de escolas públicas e privadas. As explicações da iniciação à 6ª classe são alternativas à falta de estabelecimentos de ensino. Os pais e encarregados de educação pagam um valor que varia entre 500 e 800 kwanzas para os filhos aprenderem a ler e a escrever.

Maria Paixão montou uma bancada à porta de casa, onde vende abacate. Para comprar a fruta para revender, ela sai a pé da Terra Prometida até ao bairro Macuia, num percurso de quatro quilómetros, para apanhar o táxi que a leva ao mercado do Benfica. Por ser um percurso longo, nem sempre ela consegue vender no bairro onde mora, acabando por despachar no mercado do "Cuancuaram", na zona das Salinas.

Revelou que o presidente da Organização de Táxis de Carrinhas Adaptadas (OTCA) prometeu estender os seus serviços até ao futuro Mercado da Mamã Zungueira, no bairro Terra Prometida.

Actualmente, as carrinhas adaptadas para o serviço de táxi daquela organização circulam apenas nos bairros "África do Sul", "Barack Obama", "Boa Esperança" e "Macuia". Depois desses bairros, as pessoas fazem o trajecto a pé.

"A VIDA TEM SIDO DIFÍCIL NA TERRA PROMETIDA"

Sentada à porta de casa a vender o seu negócio, Nsimba Maria, 26 anos, aproveitou a presença da

reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda para expressar o seu sentimento. "A vida tem

Sido difícil na Terra Prometida, devido à falta de serviços públicos", disse.

Segundo ela, a situação é do domínio da Administração Municipal de Belas, cujo administrador esteve recentemente a fazer uma visita de campo ao bairro, tendo prometido solucionar o

Problema da energia eléctrica, da falta de escolas e anunciado a construção de uma esquadra da Polícia Nacional e a reparação da via que liga os Ramiros ao Kilamba e Sossego.

"Tudo isso não passou de promessas, porque até agora nada foi feito", lamentou a moradora. Nsimba Maria tem dois filhos e aguarda pela chegada do terceiro. Todos nasceram na casa de chapas de zinco.

As crianças deixaram de ir à escola devido à distância.

7. TERRA

7.1 Defendido loteamento de terrenos no Uíge

Jornal de Angola

2 De outubro de 2022

Texto: António Capitão

Membros da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA) no Uíge defendem a necessidade do Governo Provincial e administrações passarem a identificar reservas fundiárias onde devem criar infra-estruturas e lotear terrenos para colocar à disposição da população, para evitar construções de forma desordenada.

Morais Capemba, representante da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA) na província do Uíge, refere que, com esta medida, se pode encontrar, também, a solução para o fim da venda de terrenos por qualquer particular ou autoridades tradicionais e evitar que os cidadãos continuem a construir em zonas consideradas de risco.

Segundo o arquitecto Morais Capemba, a actual situação arquitectónica e urbanística da cidade do Uíge e de toda província é preocupante para a classe. "A urbe da sede da província cresceu bastante desde 1975, mas, lamentavelmente, de forma muito desordenada, o que retirou a beleza da antiga vila de Carmona. A actual situação da cidade do Uíge deixa preocupada a classe, embora reconheçamos ser um problema conjuntural do país. A institucionalização da Associação da Ordem dos Arquitectos de Angola na província visa reforçar os laços de cooperação e parceria com o Governo local e as Administrações Municipais, para se corrigir esse grave problema".

Sublinhou que a Associação Provincial da OAA pretende promover acções pedagógicas e de sensibilização aos cidadãos, para que tenham noção sobre a importância do cumprimento das técnicas e normas arquitectónica e urbanistas, tendo em conta o aumento exponencial de zonas de construção desordenada e em locais de riscos, no município do Uíge e em toda a província.

Euvaslander Caparata, outro arquitecto associado à OAA no Uíge, lamenta pelo facto de a maior parte da cidade ter crescido de forma desordenada, "matando por completo" a sua linda imagem arquitectónica, projectada no período colonial. Defendeu a necessidade da implementação do Plano Director Municipal (PDM), para conter o crescimento desordenado.

"É urgente parar com a construção desordenada na nossa província. As próximas construções, a serem feitas por instituições públicas e pela população, devem ser mediante um processo de loteamento de terrenos, que permita que as pessoas, ao erguerem as suas casas, contem com o apoio de um arquitecto, para organizar todo o processo", defendeu.

Criação do PDM

Morais Capemba disse ser necessário que sejam criados Planos Directores Municipais (PDM) e que a Associação de Arquitectos e Urbanista local está disponível para trabalhar com o Governo da província e as Administrações Municipais. Criados os PDM's, o arquitecto é de opinião que o Governo da província e as Administrações Municipais optem pelo processo de loteamento de terrenos para que os requerentes que pretendam erguer infra-estruturas tenham disponíveis espaços organizados com arruamentos, linhas de transporte de água, energia eléctrica, comunicação, parqueamentos, zonas verdes, recintos escolares e sanitários, passeios e outros serviços básicos.

"É necessário um conjugar de esforços entre o Governo Provincial, Administrações Municipais e a Associação da OAA, tendo em conta que a última instituição tem pessoal técnico-profissional, com formação creditada, para ajudar as instituições públicas e privadas na organização dos espaços onde pretendem implementar um projecto, principalmente habitacional", disse.

O arquitecto Manuel Cristiano é de opinião que, em todas as actividades ligadas à arquitectura, devem ser observadas as normas e princípios que regem o exercício desta actividade. Acredita que, por esta via, podem ser criadas as directrizes para se ter, num futuro breve, uma cidade do Uíge mais bonita, organizada e boa para se viver.

"Temos tudo para termos uma cidade bonita. Em toda a parte do mundo, as cidades se expandem seguindo um Plano Director Municipal, o que, felizmente, a cidade do Uíge possui, através do Despacho Presidencial nº88/21, publicado em Diário da República, e que deve ser de obediência geral"

"O PDM do Uíge orienta que toda a edificação a ser feita deve ser projectada por um arquitecto certificado e inscrito na Ordem dos Arquitectos de Angola. Não é permitido que qualquer cidadão elabore uma planta e contrate um pedreiro para executar a obra". O mesmo diploma legal, acrescentou, também já prevê as direcções onde deve se expandir a cidade e, se houver consciencialização de todos, dentro de poucos anos vamos ter uma

cidade bonita e ordenada, porque nele estão definidos todos os parâmetros arquitectónicos e urbanístico da cidade”.

7.2 Vila dos kuduristas nasce no Kilamba

Jornal de Angola

2 De Outubro de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

Vários músicos kuduristas receberam, este sábado, em Luanda, lotes para a auto-construção dirigida, no município de Belas, numa zona localizada a menos de dois quilómetros da Centralidade do Kilamba.

De acordo com o administrador do município de Belas, a iniciativa parte do compromisso do Estado em resolver o problema da habitação, por considerar que a falta de condições condignas é uma das características da pobreza.

Miguel de Almeida referiu que a Administração apenas está a cumprir com as recomendações do Presidente da República que visam combater a pobreza.

A nível do município de Belas, disse, estão a ser cedidos lotes de 15 metros por 20, para a auto-construção dirigida. "Neste momento, mais de duas mil famílias já foram contempladas, incluindo a inserção de kuduristas no projecto".

O administrador de Belas explicou que com a distribuição dos lotes, as pessoas têm a oportunidade, por via do seu trabalho ou da relação com bancos, erguer a sua residência e viver condignamente.

Além dos kuduristas, referiu, o projecto contempla, também, famílias em situação de vulnerabilidade, bem como outros fazedores de arte e efectivos da Polícia Nacional.

Garantiu que os lotes estão a ser distribuídos em zonas onde existem condições básicas, como água e energia.

Para o crescimento do projecto, realçou que tudo vai depender das condições financeiras da Administração de Belas e de outras estruturas, para garantir serviços e equipamentos sociais básicos.

Em relação ao acesso à Vila dos Kuduristas, apontou que está a ser feito um trabalho na malha rodoviária do Distrito e posteriormente propor ao Governo da Província a colocação de asfalto. "Estamos a trabalhar para que a população não construa de forma desordenada, por isso, a Administração está a

organizar lotes para o efeito. Os espaços estão a ser entregues com direito de superfície, para que as pessoas construam à vontade, de acordo com o padrão específico, com uma tipologia inicial de T3".

Crescimento populacional

O administrador de Belas disse que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o município tem cerca de 600 mil habitantes, mas anunciou que o fluxo migratório tem crescido nos últimos tempos e pode chegar a quase um milhão de pessoas.

Miguel de Almeida apontou que a principal dificuldade que o município de Belas enfrenta é a escassez de água, com excepção ao Distrito do Kilamba.

Realçou que a falta de água é um problema que não depende apenas da Administração, porque tem poucos recursos, é preciso maior intervenção do Ministério da Energia e Águas.

Revelou que a distribuição de energia teve um grande progresso, porque foi estendida a rede de média tensão em quase 80 por cento do município. Agora, precisa-se fazer investimentos em postes de transformação e distribuição, apesar de já existirem bairros a consumir energia de qualidade.

No que concerne à Educação, o administrador garantiu que o município aproveitou bem os projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIMI), acrescentando que, até 2021, cerca de dez mil crianças estavam fora do sistema de ensino, mas, com a construção de mais 14 escolas, esse número diminuiu significativamente.

"Penso que o Estado não deve ser o único responsável destes encargos. Estamos a procurar mecanismos para incentivar o sector privado a investir em infra-estruturas sociais", alertou.

O sector da Saúde, disse, ainda apresenta dificuldades. O município não tem hospital de referência. O próprio Distrito do Kilamba tem apenas um centro adaptado, disse acreditar que, com a construção do Hospital dos Queimados, o quadro possa mudar.

Por via do PIMI, destacou, foram construídos três centros de saúde, sendo um deles doado pelo Fundação Lwini, localizados nas zonas do Morro dos Veados, Vila Verde, Barra do Kwanza, onde está a ser erguido mais um.

Em relação à segurança pública, considera estável. "Há criminalidade no município de Belas, mas o

Comando Municipal da Polícia tem sabido dar conta do recado, apesar de serem necessários mais investimentos, para que tenhamos infra-estruturas modernas".

O administrador garantiu que o município tem todas as condições de crescer de forma organizada, podendo ser auto-sustentado. Apelou aos moradores a estarem mais unidos, para que Belas seja um melhor espaço para se viver.

Kuduristas aplaudem

Kuduristas demonstraram, este sábado, satisfação pela iniciativa do Executivo, em distribuir lotes para a auto-construção dirigida.

Puto Lilas disse que a iniciativa é de louvar, porque vai ajudar a resolver um dos maiores problemas da classe.

O cantor acha que o projecto vai mudar a vida de muitas pessoas e apelou os colegas a acreditarem nele (projecto).

A viver em casa de renda, o músico disse que lhe foi tirado um "peso da cabeça".

Passing Toloba agradeceu a iniciativa da Administração e apelou aos empresários a abraçarem, também, iniciativas do género.

Em gesto de agradecimento, o kudurista fez uma oração para abençoar a vida dos membros do Executivo, que tudo têm feito para melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Actualmente, Passing Toloba reside numa casa de renda, no município do Cazenga, onde paga 25 mil kwanzas por mês.

Dama Choque disse estar sem palavras para agradecer a iniciativa. A jovem vive na renda, no município de Viana, com o esposo, dois filhos e quatro irmãos.

A Dama Diva agradeceu à Administração e enalteceu o gesto, porque considera que a falta de casa é uma das grandes preocupações da classe.

Realçou que é bom saber que os dirigentes se preocupam com a classe, que muito tem feito em prol da cultura angolana.

7.3 Loteamento e construção

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2022

As construções anárquicas, uma herança ancestral, colonial, envolvendo as comunidades autóctones, por força das medidas segregacionistas sob a famigerada lei do Indigenato, e do conflito militar que o país viveu, deixaram, há vinte anos, de passar a fazer sentido em qualquer parte de Angola.

Desde as zonas urbanas, periurbanas e até às rurais, pouco depois do fim do conflito armado, devia se repensar e proibir liminarmente a construção desordenada, ao ponto de se transformarem em prolongamento do actual estado de coisas dos bairros periféricos das grandes cidades. É possível essa realidade a partir do momento em que as entidades responsáveis pelo ordenamento do território, planeamento urbanístico, as ordens profissionais, como a dos arquitectos, dos engenheiros, e os outros parceiros do Estado passem a andar mais rápido do que as necessidades das populações.

Com planificação, responsabilidade, autoridade do poder do Estado, responsabilização civil e criminal para os infractores, é possível revertermos um quadro que se quer tornar insustentável de Cabinda ao Cunene, ao redor das grandes cidades: as construções anárquicas.

É possível antecipar-se às necessidades de construção das populações com projectos que envolvam a identificação de espaços fundiários, acompanhadas de loteamento e disponibilização às famílias, dentro das regras legais e procedimentais a adoptar, para se evitar a desordem em nome da urgência e necessidade da casa própria.

É salutar ouvir que os membros da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), no Uíge, por exemplo, instaram o Governo Provincial e as administrações a identificarem reservas fundiárias para as infra-estruturas e loteamento de terrenos para colocar à disposição da população.

É assim tão difícil localizar espaços, devidamente loteados em que as famílias acedam para auto-construção dirigida para o surgimento de bairros, residências, ruas e equipamentos sociais que garantam alguma qualidade de vida, em detrimento do "cada um constrói onde quiser e puder"?

O mau aproveitamento dos espaços, quando cada família entende construir sem um mínimo de ordenamento do território, resvala para uma desordem cujos custos superam a simples necessidade de erguer a "casa própria, prejudica a qualidade de vida, dificulta o provimento de serviços. E, na verdade, não ajuda no melhor aproveitamento do espaço na medida em que ali onde seria previsto um determinado número de habitações e equipamentos sociais acaba subaproveitado e "engolido" por casebres, casas de construção definitiva mal erguidas, becos. Essa realidade atenta também contra todas as recomendações internacionais para o melhor aproveitamento dos espaços para a construção de casas.

Esperemos que a experiência do Uíge, em que os arquitectos recomendam ao Governo Provincial e as administrações a "andarem de pressa" na criação de lotes de terras para a construção ordenada seja uma realidade em toda a Angola para que se reverta a tendência de crescimento desordenado como paradigma de construção de habitações e zonas residenciais de Cabinda ao Cunene

7.4 Governador garante cumprimento do programa de realojamento

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2022

Texto: Nilza Massango

O governador da província de Luanda garantiu que há um programa de realojamento das famílias desalojadas da Ilha, há mais de dez anos.

Em declarações à imprensa, depois de uma visita aos escritórios centrais da Igreja Metodista Unida, Manuel Homem assegurou que há 15 dias, algumas dessas famílias já foram realojadas, faltando cerca de 800 que estão cadastradas.

"Nós temos conhecimentos dessa situação, de famílias que foram desalojadas da Ilha, há mais de 10 anos, e que parte delas estão no Zango. O que estamos a fazer agora é criar condições para que o programa não pare. Visitamos, recentemente, o município de Viana, onde com a administração, vamos continuar a trabalhar para que o programa prossiga", garantiu.

Manuel Homem acrescentou que o Governo não tem capacidade de responder de imediato a quantidade habitação que se precisa, mas, paulatinamente, dentro do programa que está a ser materializado, "vão ser

realojadas as famílias da Ilha de Luanda e outras que constam do plano de realojamento" da província.

Relativamente à visita, o governador destacou o papel da Igreja na sensibilização e moralização da sociedade, tendo reafirmado a necessidade de estreitar as relações com as instituições religiosas reconhecidas.

"Temos dito que não iremos fazer tudo. Mas, para fazermos o melhor precisamos que existam ao nosso lado parceiros como a Igreja. Queremos que a Igreja seja um parceiro do Governo da Província de Luanda na materialização das nossas acções e objectivos", afirmou.

Numa visita guiada às instalações, com a presença do bispo Gaspar João Domingos, Manuel Homem inteirou-se do funcionamento da Rádio Metodista Kairós, da Escola da Missão de Luanda e da Universidade Metodista.

Sobre a Igreja Metodista Unida, o governador lembrou que a mesma está implantada há muitos anos na província, com grande penetração na sociedade, daí a necessidade de uma colaboração muito profícua com o Governo.

O bispo da igreja Metodista Unida, Gaspar João Domingos, disse que visita serviu, também, para tomar contacto com os planos de governação da província de Luanda, sublinhando a necessidade da comunidade tomar conhecimento do que se pretende realizar.

"O governador veio demonstrar que há necessidade de mais humanização na cidade de Luanda e, por conta disso, entende que a igreja deve ajudar no resgate dos valores morais e olhar para o aspecto da Educação", referiu.

7.5 "Se perguntar ao Governo a quantidade terras concedidas desde 2004 ninguém sabe responder.

Jornal Expansão

14 De Outubro 2022

Texto: Miguel Gomes

A Lei de Terras foi aprovada em 2004 e tem quase 20 anos de vigência. Considera que a legislação precisa de ser actualizada, até porque as leis são dinâmicas e devem-se adequar ao contexto?

A questão fundiária é muito sensível, é um tema político mas que toca a vida das pessoas em várias

dimensões. Eu sempre digo: nós não precisamos de andar atrás da lei, é a lei que deve estar atrás do homem. As leis existem para defender os nossos interesses, quando isso deixar de acontecer devem ser alteradas. A legislação fundiária está em revisão, fruto de recomendações da sociedade civil, para se conformar à Constituição de 2010. Temos uma Lei de Terras aprovada em 2004, cujo processo de revisão não foi terminado até hoje. Então não sabemos, por exemplo, se esta legislação está em conformidade ou não em relação à Constituição. Devo-lhe confessar que essa legislação, sobretudo a Lei de Terras (porque o pacote envolve outras leis), não serve os interesses actuais.

Porquê?

Primeiro, é uma lei que não garante segurança. Não protege quem pretenda um dia investir no sector, por exemplo, da agricultura ou da pecuária. Era para ser uma lei de bases para, a partir daquele ponto, desenvolver nova legislação. Mas não foi isso que ocorreu. Fomos impondo alguma pressão junto do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, mas infelizmente a revisão da lei foi levada para labirintos que se desconhecem. E era urgente a conformação com a constituição. Como até hoje estamos assim, isto levanta alguns questionamentos.

De que tipo?

Que interesses estão por detrás deste esquecimento, então uma lei de 2004 não é revista até agora, falamos de um tema importante. Isto deve ter alguma explicação. Continuamos com os mesmos conflitos, cada vez mais expressivos, continuamos com o cadastro disperso, continuamos com a mesma "Lei de Terras. Porquê? É aqui onde começam as especulações. No actual cenário, os vastos interesses da geopolítica dos recursos naturais podem estar por detrás da captura destas coisas, podem influenciar as decisões e isto vai se arrastando. É uma pergunta que dirigimos ao Governo.

É possível indicar um exemplo concreto destes interesses nacionais ou internacionais a se manifestarem em Angola?

As terras, no actual contexto internacional e mesmo no continente africano, são uma mina, uma pólvora que vai gerar muitos conflitos. Já estão a gerar, aliás. O fenómeno da 'grilagem' de terras funciona como uma máfia, que trabalha com instituições e pessoas bem posicionadas, geralmente ligadas à legislação (advogados, juizes), pessoas próximas do Executivo ou provenientes de algumas organizações financeiras. Digo isto só para caracterizar os grupos que actuam no fenómeno da 'grilagem' de terras.

São movimentos que têm interesses na apropriação de recursos naturais?

Exactamente, mas as grandes preocupações que temos em Angola, e se calhar é uma das provas do que estamos a dizer, estão no aproveitamento das terras e na entrega de concessões. Quando se entrega uma concessão, o beneficiário deve Provar a capacidade de aproveitamento útil dessas terras. No nosso caso, até hoje o Estado não fez nenhum levantamento para verificar qual o aproveitamento útil das terras concedidas. E mesmo assim continua a conceder mais terras. A Rede Terra defende a reversão de concessões quando os níveis de aproveitamento estão abaixo do previsto? Quando não se faz o aproveitamento útil efectivo das terras durante três anos consecutivos, ou seis anos interpolados, as terras deviam ser revertidas a favor do Estado. Quem perde com esta inacção? Todos nós. O próprio Estado.

Mas este formato de concessões enormes é uma realidade em Angola. É fácil identificar casos concretos.

Em 2015, penso eu, houve aquela iniciativa do agronegócio, quando o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) financiou várias concessões que justificaram a saída de financiamentos. Imagine a área que essas empresas todas ocuparam, aquilo são territórios europeus. São milhões e milhões de hectares. Se verificar o aproveitamento útil e há um estudo sobre isso é triste, esses projectos colapsaram. E as pessoas serviram-se dos empréstimos para outros fins. O que preocupa a Rede Terra é o facto de muitas dessas concessões terem sido entregues sem a participação das comunidades, o que sobrepõe direitos, mais uma vez. A captura internacional de terras africanas serve-se exactamente da fragilidade das instituições que lidam com estes assuntos.

Os conflitos de terras em Angola estão a aumentar ou a diminuir de intensidade?

Aumentaram significativamente, agora temos mais problemas, mais conflitos de terras do que tínhamos no pós-guerra. Os conflitos mais expressivos não são apenas por questões de ocupações de terras. Também estamos no quadro de conflitos que decorrem da saturação dos ecossistemas por causa das alterações climáticas.

É um tema profundo, devido às suas interconexões com outras sabedorias, e que ao mesmo tempo envolve fortes interesses nacionais e internacionais. Qual deve ser a abordagem para mudar o cenário que descreveu?

Nós temos um problema de base: temos instrumentos normativos, leis e isso tudo. Na minha opinião, as leis servem para disciplinar as formas de uso, ocupação de terras e evitar conflitos, regular mais ou menos as relações entre as pessoas. Mas estas leis não têm aquilo que é o básico, ou seja, o pilar. Nós estamos a trabalhar num País que não tem instrumentos destinados para as questões fundiárias, não temos uma política nacional de terras em Angola. Então para que objectivos políticos concorrem as normas criadas? Essa é a grande questão. No fundo, as normas estão a trabalhar para o vazio.

Não sabemos para onde vamos ao nível da gestão fundiária?

Sim, pergunte ao Governo que objectivos se pretende atingir com a gestão fundiária e que metas foram traçadas. Ninguém lhe vai responder, porque não existe esta informação. Estamos a remar para um destino praticamente incerto. Esta é a questão base. Primeiro, o País tem de definir em matéria de governação fundiária quais são os objectivos estratégicos. E depois a legislação deve trabalhar para se encaixar naqueles conceitos. O segundo ponto crucial também deriva do contexto mas está relacionado com o cadastro fundiário em vigor, que está desatualizado e disperso, o que é grave. A dispersão do cadastro fundiário significa dizer que há acessos indevidos ao sistema. E que o processo de forjar documentos é um dos problemas mais graves no País. Este momento, se perguntar ao Governo quantas terras já concedeu desde 2004 e a que área total isso corresponde, ninguém sabe responder.

Outra questão que afecta a concessão de terras é a falsificação de documentos ou a prestação errada de informações.

E o chamado fenómeno da 'grilagem': quando alguém produz documentos falsos como se fossem mais antigos e não são. E nós próprios estamos a dar as costas a este fenómeno da 'grilagem', uma realidade que cria outra questão que afecta a concessão de terras é a falsificação e sobreposição de direitos e, automaticamente, novos conflitos de terras. Resolver esta questão era uma recomendação da sociedade civil com carácter de urgência. Mas até hoje, desde Dezembro de 2014, muitas das recomendações não chegaram a ser implementadas. Temos ainda organismos e instituições públicas que actuam na gestão de terras mas que não dominam o tema. Mesmo a este nível há uma iliteracia expressiva em matéria fundiária.

Está a referir-se às administrações municipais e governos provinciais?

Estamos a falar dos próprios gabinetes jurídicos dos governos provinciais, muitos também não dominam perfeitamente a legislação fundiária. Por exemplo, há tempos ouvi um técnico do Ministério da Agricultura dizer que para quem pretende uma concessão para investir na agricultura, o primeiro passo é falar com um soba. Isto é muito grave, porque a legislação não prevê estes procedimentos. O soba só é consultado pelo órgão concedente, que vai questioná-lo se aquela terra está realmente disponível. Mas estamos a trabalhar num contexto onde nem planos territoriais existem, grosso modo.

Não está bem definido o que pode ser feito, onde e em que regime?

Este é o terceiro ponto a corrigir, depois da vertente política e da actualização do cadastro fundiário. Nos termos da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOFU), os processos de ocupação, posse e uso das terras são orientados por planos territoriais. Portanto, são os planos que têm de dizer que esta terra está apta para construção, aquela para agricultura de sequeiro ou de regadio e por aí adiante. São os planos que indicam isto. Ao soba vamos perguntar se a terra que se pretende conceder a A ou B está a conflitar com o seu território. O soba diz sim ou não.

Também existem muitas dúvidas sobre a legitimidade de alguns sobas.

Estamos a falar de um quadro em que existe alguma autoridade tradicional sem território e sem população. São autoridades indicadas de forma administrativa e política. Com as suas acções, muitas dessas pessoas estão a criar conflitos de terras, segundo depoimentos legítimos. E preciso rever esse processo em relação às autoridades tradicionais.

7.6 Administrador de Mbanza Congo detido por venda ilegal de terrenos

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2022

Texto: Fernando Neto

Os crimes de que Manuel Gomes é acusado deram-se quando este exercia o cargo de administrador-adjunto para o Sector Político, Económico e Social de Mbanza Kongo.

O director provincial adjunto do Serviço de Investigação Criminal (SIC), no Zaire, superintendente-chefe Serafim Coelho João, que confirmou, ontem, a detenção do administrador,

explicou que os factos ocorreram, em 2016, quando, nas vestes de administrador adjunto de Mbanza Kongo, procedeu a assinatura de várias licenças e credenciais de terrenos, sem que lhe fossem delegadas competências para o fazer.

O director-adjunto do SIC acrescentou, ainda, que foi arrolado no processo o cidadão Mateus Alberto Malungo, então director municipal do Urbanismo de Mbanza Kongo, por não ter tido o cuidado de acompanhar e cumprir as normas legais de autorizações de cedência de terreno.

Para o caso do administrador Manuel Gomes, o Ministério Público aplicou a medida de coação de prisão preventiva, enquanto a Mateus Malungo o pagamento de uma caução de 500 mil kwanzas.

Serafim Coelho João explicou que os referidos processos sobrevieram à tona, por meio de denúncias anónimas, tendo sido cumpridas todas as formalidades que permitem apurar os factos.

O director-adjunto informou, ainda, que o SIC realizou, há dias, uma micro operação, consubstanciada em 16 buscas dirigidas nos bairros 11 de Novembro, 4 de Fevereiro, Álvaro Buta e outras zonas consideradas conflituosas, que resultaram na detenção de 15 elementos, acusados da prática de homicídio e roubo

qualificado, venda e posse de estupefacientes e ofensas graves.

7.7 Governo entrega terrenos para construção dirigida

Jornal De Angola

28 De Outubro de 2022

Texto: André Brandão

Mais de 60 famílias residentes na sede municipal do Lucala, na província do Cuanza-Norte, receberam, quarta-feira, lotes de terreno para a construção dirigida de moradias, no âmbito dos projectos de expansão da circunscrição.

A zona loteada está localizada no bairro Terra Nova, a três quilómetros da sede municipal.

O projecto prevê beneficiar cerca de 200 agregados familiares, com parcelas de 20 metros de comprimento e 15 de largura.

A administradora municipal de Lucala, Maria Mafuta, explicou que a zona preparada é de aproximadamente dez hectares, estando prevista a instalação de sistemas de abastecimento de água, de fornecimento de

energia, abertura de lojas e similares, além escolas e postos de saúde.

O director do Gabinete Municipal de Infra-estruturas, António Facha, adiantou que os contemplados devem cumprir com os requisitos exigidos, principalmente no que diz respeito à criação de uma planta residencial, assim como tratar o respectivo croquis de localização.

O técnico assegurou que o processo vai continuar, uma vez que o número de munícipes que remeteram as suas solicitações à Administração Municipal é superior aos contemplados.

Ana Fernando, uma das contempladas, afirmou que a recepção do espaço é oportunidade única para a construção da casa própria, um dos seus principais anseios, enquanto mãe e esposa.

Júlio Julião, outro beneficiário do projecto, também não escondeu a sua satisfação, tendo louvado a iniciativa da Administração Municipal, que, em sua opinião, vai diminuir a necessidade de aquisição de terrenos, para a construção de residências. "Dessa forma, conseguimos dar um passo na vida", rematou.

7.8 Terreno Kilamba Kiaxi «prolonga» briga que opõe Deskontão a camponeses

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Onélio Santiago

Duas semanas depois de ter garantido possuir "cabeça, tronco e membros para analisar a questão e não criar outros conflitos", a Administração do Município do Kilamba Kiaxi continua sem juntar, em mesa de conversação, o Deskontão e a cidadã angolana Irene Daoud, que brigam por um terreno de quase sete mil metros quadrados, comprado ao Estado por aquele supermercado.

Apesar de, em entrevista ao Novo Jornal, publicada a 14 de Outubro, o administrador Fernando Cardoso ter prometido que promoveria uma reunião entre o seu elenco e as partes em conflito, ainda não houve encontro que simbolize a materialização daquela promessa.

Aliás, segundo Rui Vieira, jurista que representa o Deskontão nesta contenda, o que tem havido é "apenas uma longa série de bailes", em que, alegadamente, os representantes do supermercado são chamados para reuniões que acabam por nunca acontecer, umas vezes por suposta ausência dos

próprios mediadores da administração, outras vezes, "por insuficiência de informações" que permitam às partes reunirem elementos capazes de facilitar uma acareação equilibrada.

Ao Novo Jornal, Rui Vieira considera não haver grandes razões para "todo este baile", visto que bastaria, alegadamente, que a Administração do Kilamba Kiaxi analisasse a documentação que cada uma das partes em conflito possui. "A partir daí, eles anunciavam a sua decisão, e pronto", resume o jurista, que tem como trunfo o Decreto Presidencial n. 07/04, de 3 de Fevereiro, em que o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ordena o confisco de 430.908 hectares e os atribui ao Instituto Nacional da Habitação (INH), para início do que hoje é conhecido por projecto Nova Vida.

De acordo com Rui Vieira, foi na sequência de aquela zona toda ter passado ao INH que o Deskontão adquiriu, em compra ao Estado, o lote agora em disputa, pelo que Irene Daoud, que se apresenta como herdeira do terreno por via da sua avó, deve deixar o supermercado de fora das suas queixas.

No entanto, conforme já avançou o NJ há duas semanas, Irene Daoud, com apoio do soba grande do Kilamba Kiaxi, jura ser ela "a verdadeira dona do terreno", o qual teria herdado da avó, uma camponesa que cultivava o local desde a década de 1970 e que, alegadamente, nunca havia recebido qualquer indemnização do Estado aquando dos processos de confisco que resultaram no loteamento daquela zona de Luanda.

Segundo Irene Daoud, o terreno em disputa sempre foi "uma zona pertencente a camponeses que foram apeados sem a prometida indemnização".

Sobre toda esta contenda, conforme também já havia noticiado o NJ, o administrador do Kilamba-Kiaxi, entidade para a qual o conflito 'subiu', após fracasso da acareação tentada a nível do distrito do Nova Vida, tem evitado comentários concretos. "Estaria a precipitar-me se desse um parecer. Como administrador, tenho de esperar pela decisão que sairá da reunião entre a Área Jurídica, Técnica e as partes em conflito", disse Fernando Cardoso.

Em linhas gerais, como, aliás, já contou NJ, a briga começou quando, há cerca de três semanas, mesmo com uma 'providência cautelar' sobre a sua mesa, ou seja, com uma notificação de iminência de conflito, a administração do Nova Vida permitiu, ao sábado à tarde, obras de elementos afectos a Irene Daoud num terreno de quase sete mil metros quadrados, reclamado pelo Deskontão.

7.9 Governador garante cumprimento do programa de realojamento

Jornal de Angola

5 De Outubro de 2022

Texto. Nilza Massango

O governador da província de Luanda garantiu que há um programa de realojamento das famílias desalojadas da Ilha, há mais de dez anos.

Em declarações à imprensa, depois de uma visita aos escritórios centrais da Igreja Metodista Unida, Manuel Homem assegurou que há 15 dias, algumas dessas famílias já foram realojadas, faltando cerca de 800 que estão cadastradas.

"Nós temos conhecimentos dessa situação, de famílias que foram desalojadas da Ilha, há mais de 10 anos, e que parte delas estão no Zango. O que estamos a fazer agora é criar condições para que o programa não pare. Visitamos, recentemente, o município de Viana, onde com a administração, vamos continuar a trabalhar para que o programa prossiga", garantiu.

Manuel Homem acrescentou que o Governo não tem capacidade de responder de imediato a quantidade de habitação que se precisa, mas, paulatinamente, dentro do programa que está a ser materializado, "vão ser realojadas as famílias da Ilha de Luanda e outras que constam do plano de realojamento" da província.

Relativamente à visita, o governador destacou o papel da Igreja na sensibilização e moralização da sociedade, tendo reafirmado a necessidade de estreitar as relações com as instituições religiosas reconhecidas.

"Temos dito que não iremos fazer tudo. Mas, para fazermos o melhor precisamos que existam ao nosso lado parceiros como a Igreja. Queremos que a Igreja seja um parceiro do Governo da Província de Luanda na materialização das nossas acções e objectivos", afirmou.

Numa visita guiada às instalações, com a presença do bispo Gaspar João Domingos, Manuel Homem inteirou-se do funcionamento da Rádio Metodista Kairós, da Escola da Missão de Luanda e da Universidade Metodista.

Sobre a Igreja Metodista Unida, o governador lembrou que a mesma está implantada há muitos anos na província, com grande penetração na sociedade, daí a necessidade de uma colaboração muito profícua com o Governo.

O bispo da igreja Metodista Unida, Gaspar João Domingos, disse que visita serviu, também, para tomar contacto com os planos de governação da província de Luanda, sublinhando a necessidade da comunidade tomar conhecimento do que se pretende realizar.

"O governador veio demonstrar que há necessidade de mais humanização na cidade de Luanda e, por conta disso, entende que a igreja deve ajudar no resgate dos valores morais e olhar para o aspecto da Educação", referiu.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Um projecto Integrado

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2022

O sistema de abastecimento' de água integrado do Bita está avaliado em USD 1.7 mil milhões, num financiamento do Banco Mundial. E será executado em três anos. Prevê beneficiar mais de três milhões de habitantes. Com 170 mil novas ligações domiciliárias nos distritos de Quenguenda, Zona Verde, Cabolombo, Ramiros. Morro dos Veados e reforçar as zonas do Benfica, Camama. No Município de Belas.

O sistema é composto por uma estação de captação a partir do rio Kwanza. Que fica a seis quilómetros do local onde foi lançada a primeira pedra. Terá também a estação de tratamento. Adução e distribuição.

Numa primeira fase. Terá uma capacidade de produção de 259.200 metros cúbicos. Por dia. Ou seja. 259 Mil milhões de litros de água. Terá também 100 milhões de litros de água de armazenamento em centros de distribuição 65 quilómetros de condutas adutoras e três mil e 700 quilómetros de rede de distribuição.

Situação actual e previsões

DADOS da EPAL indicam que a província de Luanda tem uma produção de aproximadamente 667 mil metros cúbicos de água por dia. Cerca de 40 por cento desta produção tem sido desperdiçada, o que tem causado vários constrangimentos na distribuição do precioso líquido aos cerca de nove milhões de habitantes de Luanda.

Prevê-se que até 2030, Luanda tenha uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes. Actualmente, com uma população de cerca de nove milhões, devia ter uma produção de um milhão de metros cúbicos, mas tem apenas 667 mil metros cúbicos, com um défice de aproximadamente 354 mil metros cúbicos.

Augura-se que até 2026 ano previsto para a entrada em funcionamento do sistema do Bita. Luanda terá uma produção de 900 metros cúbicos dia, do que ainda será insuficiente para cobrir a demanda. Mas, com o projecto Quilonga a funcionar acredita-se que de 2025 a 2030, a produção vai aumentar ao ponto de cobrir a demanda e prever o futuro, isto é, suprir as necessidades das províncias.

O Presidente do Conselho de Administração da EPAL, Manuel da Cruz disse que foi criado um novo projecto denominado "Proáqua" que vai permitir recuperar a capacidade da EPAL com a substituição e reposição de novos equipamentos de eletromecânica, bem como a substituição de rede de distribuição, principalmente no casco urbano, cujo tempo de implementação decorre há anos, e que se encontra praticamente num estado obsoleto, originando várias rupturas e com isto também grandes perdas ou desperdício de água produzida.

Fases do projecto

O projecto terá uma capacidade de três metros cúbicos por segundo com quatro novas áreas de influência, que são os Centros de Distribuição do Bita Cabolombo e Ramiros. O reforço será feito na área de influência dos Centros de Distribuição do Camama e Benfica II. Por sua vez, o Centro de Distribuição do Benfica II com as infra-estruturas já construídas dois reservatórios de 20 mil metros cúbicos e uma conduta que já está concluída de 800 milímetros poderá fazer reforço ao centro de distribuição do Talatona e do Futungo.

Numa segunda fase quando se avançar para seis metros aduzir por segundo o sistema poderá aduzir água e reforçar a zona da Maianga Rocha Pinto e a zona da Sapú e também criar uma flexibilidade entre o sistema três e o sistema quatro.

A zona de influência do sistema Bita vai incidir em três municípios o principal que é o Belas uma zona cinzenta que neste momento não tem cobertura do abastecimento de água vai reforçar o Talatona através do Centro de Distribuição do Camama e Benfica vai reforçar Viana na zona Vila Flor.

Em termos de distribuição vai ganhar mais 5 mil quilómetros de rede nova reabilitar cerca de mil quilómetros de rede na zona do Camama e Benfica. Construir 45 fontanários e cerca de 1005 ligações domiciliárias na área de influência do Bita e com isto vai se garantir 8 abastecimentos para cerca de 3 milhões e 800 habitantes.

8.2 Abastecimento de água no Bita financiado em USD 1,07 mil milhões

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2022

O Projecto de Abastecimento de Água do Bita, no município de Belas, em Luanda, recebeu um financiamento de 1,07 mil milhões de dólares, como

resultado de um acordo entre o Ministério das Finanças, o Banco Mundial e um sindicato bancário internacional.

Segundo um comunicado do Ministério das Finanças, o acordo de financiamento, concluído na última quarta-feira, 28 de Setembro, foi aprovado à luz de um Decreto Presidencial de Junho de 2021.

O processo envolve "um acordo de financiamento com garantia do Banco Mundial, via Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e do acordo de Financiamento com cobertura da Agência de Crédito à Exportação Francesa 'BPI France Assurance Export', constituída pelo sindicato bancário liderado pelo Standard Chartered Bank", esclarece a nota.

O documento explica que, após um longo período de trabalhos técnicos e legais, entre as equipas dos ministérios das Finanças, da Energia e Águas, EPAL e consultoria jurídica, "foram cumpridas todas as etapas de negociação e condições precedentes, que culminaram com a efectivação do acordo de financiamento".

Os fundos provenientes do BIRD foram destinados, pelo Banco Mundial, para as despesas de reassentamento e vão reflectir-se directamente na vida das populações envolvidas na implementação do projecto. "Este valor visa, igualmente, garantir a aquisição de terras, de acordo com os padrões de salvaguarda do Banco Mundial", diz o comunicado.

O Sistema BITA de tratamento e adução terá uma capacidade nominal de 250 mil metros cúbicos de água/dia e compreenderá a Estação de Tratamento, redes adutoras e redes de distribuição.

A captação da água será feita do rio Kwanza, com a construção de uma conduta de 1.600 milímetros, com seis quilómetros de extensão. Uma vez concluído, a previsão é para atendimento a um universo de 2,5 milhões de habitantes. A execução terá uma duração de 36 meses e as obras deverão ter início proximamente.

8.3 João Baptista Borges visita estação de tratamento

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2022

A Estação de Tratamento de Água (ETA) de Calumbo, cuja produção está limitada devido à avaria de três bombas, volta a funcionar, normalmente, nos próximos meses, garantiram, quarta, técnicos da EPAL e da ENDE, no final de uma visita que o

ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, efectuou ao local.

O ministro, que se fez acompanhar do secretário de Estado das Águas, Manuel Quintino, e de membros dos conselhos de administração da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) e da Nacional de Distribuição de Eletricidade (ENDE), aferiu o estado de execução das obras de recuperação da capacidade instalada da ETA de Calumbo, refere uma nota do Ministério da Energia e Águas.

A ETA de Calumbo tem capacidade de produção de 51.840 metros cúbicos de água por dia, mas limitada em consequência da avaria de três bombas, das quais duas de água

Tratada e uma de água bruta. O estrago reduziu o número de horas por dia do abastecimento de água aos clientes da EPAL no distrito do Zango e na comuna de Calumbo.

"Identificados os factores de constrangimentos para a reposição dos equipamentos inoperantes, e garantido pela ENDE o reforço da capacidade energética à ETA, foi assegurado ao titular do sector que, nos próximos meses, a infraestrutura voltará a funcionar normalmente", lê-se na nota.

A jornada de campo do ministro João Baptista Borges inscreveu também visita às obras do Centro de Distribuição de Água do Zango 5, que terá capacidade de reserva de 10 mil metros cúbicos. Uma vez concluído, vai permitir o aumento da oferta de água àquela zona.

8.4 Manuel Homem ausculta munícipes do Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola

6 De Outubro

Texto. Nilza Massango

O governador da província de Luanda, Manuel Homem, prometeu, ontem, melhorias no saneamento básico e mais água ao município do Kilamba Kiaxi.

Depois de auscultar os munícipes do Kilamba Kiaxi, no anfiteatro do Instituto Superior Politécnico Tocoista, reconheceu que o município tem dificuldades, como insegurança pública, particularmente nos bairros Rasta, Matríx e Pia Marta, problema de saneamento básico, que pioram em tempo de chuva, falta de água, no Distrito da Sapu, desassoreamento de valas de drenagem, insuficiência de escolas e centros de saúde, bem como asfaltagem das vias secundárias e terciárias para desafogar o

trânsito automóvel, mas o mais importante é encontrar soluções.

Manuel Homem deu a conhecer que o Kilamba Kiaxi está abrangido num programa de aumento da rede de água potável, que está à espera de recursos financeiros para a sua implementação, o que ultrapassa a Administração Municipal.

"Antes de vir, estive reunido com o ministério da Energia e Águas, porque há desafios que devemos vencer e muitos deles ultrapassam a capacidade do administrador municipal", referiu, acrescentando que o problema de falta de água e saneamento básico tem de ser resolvido de forma integrada.

Durante o encontro de auscultação, Adão Pedro, membro da Comissão de Moradores, disse que os projectos, como o de combate à pobreza, não têm se reflectido na via dos munícipes, assim como do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que não devia ser implementado sem uma consulta prévia à comunidade, porque é ela que conhece as reais necessidades.

Sobre as reclamações dos munícipes sobre a fraca actuação da Administração Municipal, o governador realçou a importância de se ter uma governação mais participativa, primando pelo diálogo, desafiando as Administrações Municipais a disponibilizarem informações ou começarem a prestar contas à população.

"Nós escutamos as vossas preocupações e vamos trabalhar para analisar cada uma delas. Há aquelas que a curto prazo terão respostas do GPL e outras que vão exigir contacto com outras instituições do Estado".

Segundo dados da Administração Municipal, o Kilamba Kiaxi conta com 32 escolas públicas, 24 comparticipadas e 367 privadas. Neste ano lectivo, foram matriculados 198.274 alunos. O município precisa de 198 docentes e 10.000 carteiras, para inserir 30.520 crianças que se encontram fora do sistema de ensino.

Nos últimos tempos, foram construídas cinco salas de aula anexas à escola 8020 (Arnad Jansen), que, este ano, poderá acolher mais 118 alunos, além dos 267 matriculados no ano anterior.

O município tem três centros de saúde em execução no âmbito do PIIM, dos quais dois no Distrito do Golfe e um no Distrito Urbano do Nova Vida.

O administrador municipal, Fernando Cardoso, reconheceu que o abastecimento de água no Kilamba Kiaxi não é dos melhores, em função da carência que

se verifica na produção e distribuição, afectando, principalmente, no Golfe, a zona do Banga We, Rastas, Quintalão do Petro, Nzage, Malanjino, Mandongo, Ilhas dos Imbondeiros, Subzona 10 e Balumuca, e, no Palanca, o Capolo I e II, Sapu, nos sectores 14, 16, Vitória é Certa, sector 11 A, B e C. No Nova Vida, a falta de água é mais frequente nos prédios da Vila Estoril e parte do bairro 28 de Agosto.

8.5 MINEA e GPL reforçam os laços de cooperação

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2022

Texto: Nilza Massanga

O Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, manteve, ontem, um encontro com o governador da província de Luanda, Manuel Homem, para reforçar as relações de cooperação e afinar os mecanismos para o incremento de canais de relacionamento com a população, segundo um comunicado de imprensa, enviado à nossa redacção.

O encontro, ocorrido na sede do Ministério da Energia e Águas, serviu, também, para traçar estratégias para melhorar os níveis de relacionamento entre os técnicos do Governo Provincial de Luanda (GPL), Empresa de Distribuição de Electricidade (ENDE) e Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), tendo em conta o crescimento vertiginoso da província.

Durante o encontro, o presidente do Conselho de Administração (PCA) da EPAL falou sobre os constrangimentos que se verificam no abastecimento de água à população, com destaque para a ocupação desordenada de algumas áreas do território, défice na produção e insuficiências na rede de distribuição, que, devido ao tempo, está quase obsoleta (principalmente no casco urbano), bem como sobre ligações clandestinas (garimpo de água) e vandalização da rede. Para inversão do quadro, o PCA da EPAL apontou as acções estruturantes levadas a cabo pelo Executivo.

O PCA da ENDE fez uma apresentação dos ganhos, da disponibilidade dos serviços e realçou a questão da vandalização dos projectos de expansão da rede de energia, que dificulta o aumento da taxa de electrificação.

Os governantes foram unânimes em reconhecer a necessidade de se melhorar os serviços de água na capital, devendo-se reforçar a comunicação entre a EPAL e o poder local (administrações), tendo-se

recomendado o estudo soluções, para minimizar o nível de reclamações, bem como estratégias para o combate ao garimpo de água.

O ministro solicitou ao governador provincial de Luanda assento para representantes da EPAL e ENDE, no Conselho da Província, para que as inquietações da população cheguem rapidamente às respectivas empresas.

O anfitrião disse que, enquanto se aguarda pela construção do BITA, que resolverá o problema da zona sul da cidade, estão a ser criadas medidas intercalares, para melhorar o abastecimento de água. Foram dadas orientações para que se melhore o abastecimento de água e energia ao Mussulo.

8.6 Ministro da Energia e Águas constata obras em execução

Jornal De Angola

11 De outubro de 2022

Texto: Paulo Mulaça

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, realiza, a partir de hoje e até depois de amanhã, uma visita de trabalho à província do Bié, para constatar a execução de alguns projectos ligados ao sector.

Num comunicado de imprensa, o Ministério informou que a visita inclui uma passagem pelo Cuito, para ver o sistema de água da sede municipal, cuja captação é feita no rio Cuquema e tem uma capacidade de 7.776 mil litros por dia, que permite atender, actualmente, 168 mil habitantes.

O documento destaca que na visita, o ministro, acompanhado por uma equipa de técnicos, vai, igualmente, visitar o projecto das 5.000 ligações domiciliárias de água e o projecto de expansão da rede de média e baixa tensão, todos no Cuito.

Na localidade de Catabola, adianta a nota, vai ser radiografada a central de fornecimento de energia eléctrica, enquanto em Camacupa o alvo da delegação é a empreitada de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Cunje 1, um projecto que pretende reabilitar e modernizar a central hidroeléctrica do Cunje, para permitir atender mais de 4.500 habitantes.

O último local da visita é o Andulo, onde a delegação vai testemunhar a consignação da empreitada de construção da rede de média e baixa tensão dos municípios do Andulo e Nharêa.

8.7 Seis mil habitantes de Cabinda estão sem abastecimento de água

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2022

Texto: Bernardo Capita

Avaria do grupo gerador que fornece energia à Estação de Tratamento de Água (ETA) do Ngoyo, com capacidade para produzir 100 metros cúbicos por hora, faz com que seis mil habitantes das localidades a Sul da cidade de Cabinda estejam sem água, há três meses.

Com a paralisação da ETA do Ngoyo, habitantes das localidades do Ngoyo, Fortaleza, Santa Catarina, Mbaka (Povo Grande) e arredores do bairro Luvassa, a Sul da cidade de Cabinda, estão a recorrer a cacimbas ou a camiões-cisterna, estando um bidão de 25 litros a ser vendido a 50 kwanzas.

Além da avaria do grupo gerador, com capacidade de 50 KW, as infra-estruturas de serviço da ETA carecem de reabilitação, incluindo o tecto, que está totalmente deteriorado, o que tem causado infiltrações de água.

A governadora da província de Cabinda, Mara Quiosa, que visitou, ontem, a ETA do Ngoyo, garantiu, nos próximos dias, a aquisição de um novo grupo gerador, para que o abastecimento de água seja feito sem sobressaltos.

Mara Quiosa orientou a substituição do telhado da ETA do Ngoyo, para impedir a infiltração de água ao interior do edifício e inundação das áreas de serviço, tornando as paredes totalmente húmidas, o que poderá provocar outros danos, sobretudo à saúde dos trabalhadores.

A governadora Mara Quiosa visitou, também, a Central Térmica da Santa Catarina, de dez megawatts, para se inteirar da sua paralisação, na sequência de um curto-circuito, que causou uma ligeira explosão, danificando duas "células" da referida central geradora de energia eléctrica, que se situa a Sul da cidade de Cabinda.

Do director da ENDE/Cabinda, José Bravo da Rosa, Mara Quiosa recebeu garantias de que a empresa já adquiriu as peças danificadas e que provavelmente, até a próxima semana, chegarão à Cabinda, para serem montados e a Central Térmica de Santa Catarina voltar a funcionar.

Segundo a governadora e recorrendo-se às informações recebidas da direcção da ENDE/Cabinda, a paralisação da Central Térmica de Santa Catarina em nada afectou o abastecimento de energia eléctrica à cidade de Cabinda e arredores, porque, disse, o fornecimento está a ser assegurado por outras centrais térmicas existentes na província, destacando-se a Central Térmica de Malembu, que dispõe de uma capacidade de produção de 160 megawatts.

O director da ENDE /Cabinda disse que a empresa não tem o registo de avarias relevantes e que tudo quanto possa ocorrer é superado pelos técnicos da empresa. Informou que a empresa tem estado a garantir distribuição de energia eléctrica à população na ordem de 95 por cento, havendo um défice de apenas cinco por cento, que não depende da ENDE, mas sim da empresa produtora, a Prodel.

"A nossa rede de distribuição está estável, sem avaria de média tensão", finalizou

8.8 Água parada na rua Cristóvão dos Santos é fonte de doenças

Jornal Luanda

17 De Outubro de 2022

Texto: Miguel Ângelo

O cenário na rua Cristóvão dos Santos, no bairro do São Paulo, distrito urbano do Sambizanga, é desolador. É que os moradores dessa rua, antiga zona nobre da w-be capital, partilham a vida social, há anos, com um pequeno "rio" de água nauseabunda. Consequências: a estrada, que dá acesso à rua Cónego Manuel das Neves, está intransitável. As famílias, apesar das várias tentativas para se resolver o problema junto da administração local, estão sujeitas a comer e dormir sob um cheiro nauseabundo. Como um mal nunca vem só, o paludismo tomou-se em companheiro inseparável das crianças, que chegam a ficar, por mês, três vezes afectadas pela patologia. Os condutores, com receio dos danos nas viaturas, não arriscam em passar no "exíguo" troço coberto de água. Mas indiferente ao cheiro e degradação da rua estão as vendedoras de comida. O 'cardápio', pão com chouriço, isca, ovo ou patinhas, é servido mesmo junto da água verde carregada de dejectos. Os munícipes, ouvidos pelo Jornal Metropolitano de Luanda, clamam por uma intervenção das autoridades no sentido de viabilizarem a reparação desta rua e outras adjacentes.

8.9 Limpeza de Luanda reforçada com equipamentos técnicos

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2022

Texto: Edna Mussalo

A limpeza da cidade de Luanda vai conhecer dias melhores, com a entrega esta terça-feira, pelo governador Manuel Homem, de vários equipamentos técnicos à Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal).

Numa visita efectuada às instalações da Elisal, o governador anunciou a entrega de 49 caminhões, para ajudar na recolha, limpeza das vias e lavagens de contentores colocados pelos diversos municípios de Luanda. Além dos carros, o Governo Provincial de Luanda (GPL) entregou quatro mil contentores de lixo à empresa.

"O GPL tem um acordo para equipar a Elisal, com mais infra-estruturas e meios para responder às necessidades de saneamento que Luanda exige", disse, além de garantir que, até ao final do ano, mais 50 caminhões vão estar disponíveis para reforçarem a frota da empresa. "Estamos a criar as condições, para a Elisal ter capacidade de responder às necessidades de saneamento da capital".

Entre os projectos em carteira, avançou, constam, ainda, a criação de um programa com horários para a recolha do lixo em Luanda. "A iniciativa vai ser amplamente divulgada e iremos iniciar com horários pilotos, em determinadas circunscrições da província", sublinhou.

Para o melhoramento do saneamento, destacou, o GPL tem disponível mais de 200 motos, para ajudar na sucção, transporte de água e também basculantes, destinadas as áreas de difícil acesso, onde os caminhões não conseguem recolher os resíduos.

Satisfeito com a Elisal, como empresa que tem conseguido se reerguer e modernizar, de forma a responder aos desafios de uma cidade como Luanda, com uma população exigente na capacidade e recolha dos resíduos, Manuel Homem disse estar satisfeito com a actual formação de quadros da empresa.

Alerta aos vendedores

A venda ambulante em passeios e nas ruas de Luanda também mereceu a atenção do governador, para quem é importante estabelecer acções emergentes, de forma aos vendedores exercerem a actividade sem desordenar a imagem da cidade. Para dar solução ao assunto, o governante disse que vai reunir com o

Conselho Provincial do Ordenamento do Trânsito e traçar novas políticas. Aos populares, em particular os vendedores, o governador pediu para que não usem as pedonais como locais de venda ou de forma indevida, tendo em conta a intervenção feita em muitas delas.

Criação de cooperativas

A reactivação das cooperativas e a criação de novas, em colaboração com as administrações municipais, é um dos pontos essenciais, para o governador, na gestão da recolha do lixo. "As motos vão ser atribuídas neste sentido e as administrações, com tempo, vão poder fazer o retorno do investimento feito".

Manuel Homem considera, também, fundamental que os habitantes de Luanda ajudem a contribuir mais na manutenção e preservação das infra-estruturas criadas pelo Governo e não vandalizem os bens públicos. "A vandalização de alguns bens públicos é visível. Até os pneus de suporte dos contentores são retirados. Essa atitude é prejudicial na melhoria do saneamento da cidade", destacou.

Comprometimento

O presidente do Conselho da Administração da Elisal, Gonçalves Imperial, disse que a empresa hoje está cada vez mais comprometida com a limpeza de Luanda e mais robusta. Actualmente, destacou, a empresa necessita de 180 camiões compactadores, para garantir uma limpeza efectiva da cidade. "Temos, hoje, no total, 110 camiões, que têm recolhido, diariamente, 2.500 toneladas de lixo".

Em relação à criação de cooperativas para ajudar na recolha do lixo, Gonçalves Imperial disse ser uma experiência positiva, que vai permitir a recolha nas zonas de difícil acesso, assim como ajudar a criar novos negócios e consequentemente postos de traba

8.10 Lucala requalifica valas de drenagem

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2022

Texto: André Brandão

A administração do Lucala, no Cuanza-Norte, iniciou um plano de emergência para limpar as valas de drenagem das águas pluviais e residuais, assim como nivelar os diques de protecção contra as águas da chuva, informou, este sábado, a responsável municipal.

Maria Mafuta adiantou que o projecto é parte do programa de melhoramento do saneamento básico da cidade, cujos trabalhos estão a ser feitos no intuito de permitir o rápido escoamento das águas e evitar inundações e futuros danos materiais nesta época de chuva.

As acções desenvolvidas, disse a administradora municipal do Lucala, vão melhorar os níveis de saneamento básico e incluem, também, o desassoreamento, além da requalificação das valas de drenagem.

Os trabalhos, sublinhou Maria Mafuta, estão a ser feitos de forma célere, para evitar incidentes e mortes, em particular na época de chuva. Aos munícipes, a administradora pediu uma postura cívica e procurarem evitar pôr lixo nas valas de drenagem locais.

8.11 Água parada na rua Cristóvão dos Santos é fonte de doenças

Jornal Luanda

17 De Outubro de 2022

Texto: Miguel Ângelo

O cenário na rua Cristóvão dos Santos, no bairro do São Paulo, distrito urbano do Sambizanga, é desolador. É que os moradores dessa rua, antiga zona nobre da w-be capital, partilham a vida social, há anos, com um pequeno "rio" de água nauseabunda. Consequências: a estrada, que dá acesso à rua Cónego Manuel das Neves, está intransitável. As famílias, apesar das várias tentativas para se resolver o problema junto da administração local, estão sujeitas a comer e dormir sob um cheiro nauseabundo. Como um mal nunca vem só, o paludismo tomou-se em companheiro inseparável das crianças, que chegam a ficar, por mês, três vezes afectadas pela patologia. Os condutores, com receio dos danos nas viaturas, não arriscam em passar no "exíguo" troço coberto de água. Mas indiferente ao cheiro e degradação da rua estão as vendedoras de comida. O 'cardápio', pão com chouriço, isca, ovo ou patinhas, é servido mesmo junto da água verde carregada de dejectos. Os munícipes, ouvidos pelo Jornal Metropolitano de Luanda, clamam por uma intervenção das autoridades no sentido de viabilizarem a reparação desta rua e outras adjacentes.

8.12 ÁGUAS

Jornal Economia e Finanças
21 De Outubro de 2022

No sector das águas, foram realizados investimentos que permitiram aumentar a taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas rurais de 66 por cento em 2017 para 70,4 por cento no I trimestre de 2022, enquanto a taxa de cobertura de água nas áreas urbanas aumentou de 60 por no I trimestre de 2022.

O canal do Cafu na província do Cunene, com uma extensão de 165 quilómetros, que vai atender mais de duzentas e cinquenta mil pessoas e cerca de trezentas mil cabeças de gado.

8.13 BM e Agência Francesa financiam sector das águas e alterações climáticas

Jornal Expansão
21 De Outubro de 2022
Texto: Miguel Gomes

O Governo aprovou, com a publicação no Diário da República nº 236/22 De 5 de Outubro. Os acordos de financiamento com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma instituição que faz parte do Grupo Banco Mundial, e com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para a implementação do projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica em Angola (RECLIMA).

A iniciativa prevê apoiar, ao longo dos próximos seis anos, as empresas provinciais de água e saneamento em sete províncias e reforçar as medidas de prevenção às alterações climáticas, cujos impactos são conhecidos no País, especialmente na região sul.

O total, o financiamento atinge os 450 milhões USD, sendo 300 milhões atribuídos pelo BIRD e os restantes 150 milhões pela AFD. O RECLIMA vai ser implementado nas províncias do Zaire, Cuanza Sul, Benguela, Namibe, Cunene, Huíla e Cuando Cubango e a sua implementação está sob responsabilidade do Ministério da Energia e Águas, com a supervisão da delegação do Banco Mundial em Angola.

A abordagem prevê o reforço da capacidade das empresas provinciais de água e saneamento. A criação destas entidades regionais, durante a última década, foi sempre apoiada política e institucionalmente pelo Banco Mundial através do Projecto de

Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA 1 e PDISA 2).

Desta vez, os objectivos gerais do RECLIMA, segundo a apresentação do projecto divulgada pelo Banco Mundial, incluem o aumento do número de pessoas em zonas urbanas e periurbanas com acesso a serviços de água melhorados ou o desenvolvimento local, através de processos participativos, de Planos Municipais de Água, que incluem a identificação de riscos climáticos e medidas de contingência.

O projecto inclui ainda, entre outras actividades, o reforço da capacidade de gestão local e a divulgação de novas ferramentas de gestão de projectos.

Barragem de Sendi será reconstruída Entre a população que vive nas áreas alvo "espera-se que cerca de 955.000 pessoas venham a beneficiar" do RECLIMA, sublinha o Banco Mundial.

"Os principais beneficiários do projecto serão as pessoas afectadas por secas recorrentes nas províncias visadas", assegura a instituição multilateral. Também está prevista a melhoria dos serviços de abastecimento de água em zonas urbanas e periurbanas com a construção de novas ligações que poderão beneficiar 550.000 pessoas.

Outro dos objectivos centrais do RECLIMA passa pela melhoria do acesso a fontes fiáveis de água potável, através da manutenção e reparação de pontos de água rurais para 78.000 pessoas e através de pontos de água novos ou reabilitados para 310.000 pessoas.

Entre as principais actividades incluídas no RECLIMA está a reconstrução da barragem de Sendi, na província da Huíla, município do Quipungo, que colapsou em 2019.

O Banco Mundial justifica a pertinência do projecto, que é tá interligado com o programa do Governo de combate à seca na região sul e a outras iniciativas no sector, com a necessidade do País apostar em "investimentos significativos" para atingir um dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: "fornecer água limpa e saneamento para todos".

Apesar de Angola ser um país rico em recursos e em rápida urbanização (cerca de 32 milhões de habitantes), a pobreza ainda é elevada e o País ocupa uma posição baixa no Índice de Capital Humano.

Também a Covid-19 tornou evidente a importância de garantir o acesso ao abastecimento de água e saneamento gerido com segurança, que são particularmente importantes dada a cobertura

limitada em Angola. A este nível, as zonas rurais do sul do País têm sido particularmente excluídas.

8.14 Catumbela tem programa para reduzir défice de água em 50%

Jornal De Angola

24 De Outubro de 2022

Texto: Júlio Gaiano

As autoridades administrativas do município da Catumbela, em Benguela, têm na forja um projecto que deverá garantir a redução do actual défice com o fornecimento de água em cerca de 50 por cento.

Soube o Jornal de Angola, que a distribuição de água potável nas zonas periurbanas e suburbanas do município da Catumbela, na província de Benguela, é um dos desafios a vencer pelas autoridades locais.

O sistema de bombagem, tratamento e distribuição de água corrente (potável) melhorou significativamente, assegurando o abastecimento aos habitantes da Catumbela e do Lobito.

No entanto, a Estação de Tratamento de Água (ETA), situada no bairro do Luongo, ainda regista níveis elevados de turvação da água captada do rio Catumbela, comprometendo os padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no que toca ao processo de distribuição e consumo do precioso líquido.

Enoque Kussendela, assessor para Área Social da Administração Municipal, disse que a funcionalidade da Estação de Bombagem de Água Bruta (EBAB), constitui uma das unidades críticas na operacionalidade de todo o sistema que abastece toda a faixa litoral.

"As bombas de elevada capacidade funcionam, de forma ininterrupta, há 13 anos, pelo que reclamam pela sua substituição de forma a evitar-se que ocorram reduções nas quantidades de águas que chegam a ETA-Luongo, para o devido tratamento e, em seguida, para a cadeia de distribuição com segurança aos consumidores", precisou

Verbas para furos no Tchiule

Um projecto emergencial de construção de cinco furos no Tchiule, com a capacidade de aumentar a disponibilidade de mais mil e oitocentos metros cúbicos por hora (1.800 m³/h), por sinal, com baixos custos devido à reduzida utilização de produtos químicos, vai custar aos cofres do Estado angolano,

um total de 71 milhões de dólares americanos. O facto foi apurado pelo Jornal de Angola da assessoria para Área Social

O projecto, cujo objectivo passa por acudir às necessidades dos aglomerados populacionais, nas localidades mais afastadas dos centros urbanos, como nos Cabrais, vai melhorar o abastecimento de água na zona alta da Catumbela e do Lobito. A ideia do projecto passa por alargar o espaço de cobertura e garantir o fornecimento regular de água potável, numa extensão de 50 para cerca de 90 por cento, nas demais zonas situadas ao longo da faixa litoral da província de Benguela. E assim sendo, julga-se que a utilização dos sistemas de bombagem deixará de ser necessária, visto que parte desses meios funciona com os geradores, não estando por isso ligados aos serviços gerais da rede eléctrica.

A par deste projecto, está em curso o Plano de Emergência de reposição da capacidade instalada do sistema de 5.400 m³/h que se perdeu ao longo dos anos por desgaste das bombas. Garantem que a situação tem obrigado a intervenções redobradas das equipas técnicas.

8.15 Lubango reforça equipamentos para recolha de lixo porta-a-porta

Jornal de Angola

24 De Outubro de 2022

Texto: Arão Martins

A limpeza e recolha de lixo porta-a-porta em bairros da cidade do Lubango, província da Huíla, estão, desde a semana finda, reforçadas, com a entrega de mais viaturas e equipamentos à Administração Municipal.

Dos meios entregues pelo governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, constam dois camiões basculantes e duas carrinhas Isuzu de três toneladas e meia, vassouras, contentores e carrinhos de mão, acoplados a baldes para a recolha de lixo.

O administrador municipal do Lubango, Lisender André, reconheceu que, apesar do reforço, os equipamentos ainda são insuficientes, tendo em conta a dimensão e o crescimento dos bairros, bem como o surgimento de novas zonas urbanísticas.

Lisender André referiu que os meios vão reforçar a capacidade e melhorar os serviços de limpeza pública na cidade do Lubango. "Os meios permitirão fazer mais do que tem sido feito no processo de limpeza e recolha de lixo porta-a-porta, contribuir na melhoria

da qualidade de vida da população e da imagem da cidade do Lubango”.

Lubango indicou, tem 72 motorizadas de recolha de lixo porta-a-porta.

As autoridades locais, sublinhou, continuam a estudar os melhores mecanismos de recolha de resíduos sólidos no casco urbano e zonas periféricas.

Reconheceu que a recolha de lixo no casco urbano está consolidada, ao contrário da zona periférica, que precisa de intervenção mais apropriada, onde as reclamações da população são constantes, devido aos acessos que não permitem a entrada de motorizadas de três rodas.

Lisender André lamentou o facto de a população não colaborar para que o processo de recolha de lixo seja feito sem sobressaltos. "Vamos trabalhar na sensibilização da população, para maior participação”.

O governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, disse que a marca da cidade do Lubango é o saneamento básico, o que requer investimentos avultados e a colaboração da população.

Acrescentou que, com o Lubango limpo, gasta-se menos recursos financeiros nos serviços de saúde. Defendeu a manutenção dos meios em oficinas especializadas, para a sua durabilidade. "Recebemos pouco dinheiro para manter a cidade do Lubango, que está em crescimento, em termos de densidade demográfica”.

O governador da Huíla disse que o Lubango tem aproximadamente um milhão e 500 mil habitantes.

8.16 Luanda vai dispor de mais meios para limpar as valas de drenagem

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2022

Texto: Alberto Quiluta

A Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGSL) vai dispor de mais meios técnicos, com destaque para máquinas e contentores, com vista a potenciar cada vez mais a instituição, anunciou, este sábado, o novo governador provincial.

Manuel Homem referiu que, com a execução dessas acções, a UTGSL vai dispor de maior capacidade para realizar trabalhos nas principais valas de drenagem e minorar os constrangimentos que se verificam na época chuvosa.

O governador de Luanda falava durante uma visita de campo, que efectuou às principais valas de drenagem da província, designadamente a Senado da Câmara, Cambamba, Rio Seco e Samba, bem como à Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) do Nova Vida.

Manuel Homem esclareceu que essas valas de drenagem precisam de ser concluídas, tendo em conta que existem projectos de construção das referidas macro infra-estruturas, não terminadas, há alguns anos, cujo impacto no processo de gestão dos resíduos da cidade é negativo diante de enxurradas.

O governante constatou, igualmente, que o processo de contribuição da sociedade é ainda negativo, tendo em conta que se assiste ao depósito de lixo nas grandes valas de drenagem, o que impede que as águas terminem o seu curso normal.

A par disso, assiste-se a existência de praças para vendas junto às valas, que, contribuem na transformação das valas como depósitos de lixo.

Por isso, defendeu a criação de um programa de sensibilização da sociedade para compreender a importância de uma vala de drenagem para a cidade.

"É fundamental instituir a autoridade do Estado, para que cada um de nós possa fazer a sua cidadania na contribuição de uma Luanda limpa e integrada, onde todos possamos desenvolver as nossas actividades”, disse o governador provincial.

Pouca capacidade de resposta

Durante a visita à UTGSL, Manuel Homem soube que a instituição funciona apenas a dez por cento da sua capacidade, situação que considerou não ajudar no acompanhamento contínuo das tarefas.

O governador acrescentou que se pode constatar a ausência de um programa de manutenção das infra-estruturas, muitas das quais construídas há anos.

"Temos de criar urgentemente um programa para garantir a manutenção contínua e não só, para se estar prevenido quando chegam as chuvas ou na recolha do lixo”, orientou o responsável.

Manuel Homem defendeu, ainda, um trabalho de esforço combinado de diferentes identidades que operam em Luanda, para a criação de melhores condições aos cidadãos.

Questionado sobre a existência de um programa para a época das chuvas, o novo inquilino do "Palácio da Mutamba” respondeu positivamente, visto que o

mesmo está a ser aplicado, há 15 dias, com a limpeza das grandes valas de drenagem.

Sistema de recolha de lixo

A directora da UTGSL, Zenilda Mandinga, realçou a importância da implantação de infra-estruturas de saneamento básico e melhorar os mecanismos de recolha de resíduos sólidos.

A responsável considerou que os maiores desafios da instituição estão relacionados com o sistema de recolha do lixo, construções nas linhas de água, deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem e a busca de solução desses problemas por via da comunicação e sensibilização.

Zenilda Mandinga fez saber que Luanda tem nove ETAR, mas só duas (no Sequele e Zango 8000) estão em funcionamento, enquanto as restantes precisam de ser reabilitadas, para o início das operações.

Essas operações devem ser conseguidas o mais breve possível, disse a directora, ao esclarecer que as ETAR têm a função de tratar as águas residuais, que passam por vários processos de tratamento, com o objectivo de separar ou diminuir a quantidade da matéria poluente.

Presentemente, disse a responsável da UTGSL, a província de Luanda conta com 350 linhas de águas pluviais, das quais 50 estão localizadas nas zonas urbanas e 17 beneficiam de intervenção.

8.17 Camiões-cisterna asseguram abastecimento de água potável

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2022

Texto: Victor Mayala

Os cerca de cinco mil habitantes da comuna da Musserra, no município do Nzeto (Zaire), que enfrentam, há um ano, escassez de água potável, em consequência seca, começaram, sábado, a ser abastecidos camiões-cisterna, refere uma nota do Gabinete provincial da Comunicação Social.

Segundo o documento, esta é apenas uma medida emergencial e temporária, tomada pelo Governo Provincial, no sentido de minimizar a carência de água, enquanto se aguarda pela abertura de dois furos artesianos e pela recuperação total do projecto de dessalinização da água do mar, existente na região, há anos, mas vandalizado por desconhecidos.

Foi uma orientação, sublinha a nota, do governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, depois de uma jornada de campo à região, no âmbito das visitas de constatação e auscultação que vem efectuando, desde a sua chegada à província, no mês passado.

A operação está a ser executada pela Administração Municipal do Nzeto, em parceria com algumas empresas que actuam na região, entre as quais a Girassol e a Coreongol. À margem da visita do governador, os moradores informaram à imprensa que um poço, construído no período colonial, assegurava o abastecimento de água, mas a ausência de chuvas provocou a redução do produto na fonte.

O consumo da água do referido poço é apontado como um dos motivos do surgimento de várias doenças. Por isso, as autoridades locais defenderam a necessidade da construção de uma estação de captação no rio Loge, localizado a 25 quilómetros da sede comunal da Musserra, para se pôr fim ao problema de escassez de água na região.

8.18 Rede de distribuição de água está a ser ampliada

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2022

Texto: Armando Sapala

O projecto está a ser financiado pelo Banco Mundial, segundo o encarregado de obras, Nicolas Ferrero, afecto à empresa Elecnor.

O responsável acrescentou que já foram concluídos os trabalhos nos bairros Aeroporto e Camaquenzo, onde foram feitas 5.700 ligações domiciliárias, para igual número de famílias.

Em declarações à imprensa, à margem da visita de campo que a governadora da Lunda-Norte, Deolinda Vilarinho, efectuou, segunda-feira, ao sector das Águas, Nicolas Ferrero disse que, no final do corrente mês, 3.066 famílias da zona habitacional do Caraquenho - 1, também, contam com a água canalizada.

Deu a conhecer que, em Novembro, serão beneficiadas 6.675 famílias do bairro Caxinde.

Segundo Nicolas Ferrero, no início do próximo ano vão ser abrangidos cinco mil agregados familiares no bairro Satxindongo.

O projecto está avaliado em 1.982.288.482,79 kwanzas e fica concluído com a instalação da rede de distribuição de água no centro urbano da cidade do Dundo.

Abastecimento regular

O presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte (EPASLN), André Camilo, garantiu que os dois sistemas de captação de água do Dundo, nomeadamente do Luchimo e Mussungue, funcionam com regularidade, apesar de necessitarem de reforço e reabilitação das electrobombas.

A captação do Luachimo tem capacidade para produzir 560 metros cúbicos por hora, ao passo que a do Mussungue são 316 metros cúbicos/hora, suficientes para abastecer a população da cidade do Dundo, segundo o dirigente.

Acrescentou que os sistemas de captação são assegurados por dois laboratórios, para análise da qualidade da água.

O PCA da EPASLN disse que a grande preocupação reside no volume da dívida, avaliada em 500 milhões de kwanzas, contraída por clientes e instituições públicas.

A EPASLN controla dezassete mil clientes, metade dos quais na cidade do Dundo.

André Camilo lembrou que os atrasos substanciais que se registam no pagamento do consumo da água fazem com que a EPASLN tenha dificuldades em pagar salários, bem como na manutenção e aquisição de equipamentos.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, Domingos Dala, anunciou que está em curso a aquisição de electrobombas para a captação do Luachimo, que funciona a 75 por cento, para melhorar o sistema de abastecimento de água à cidade do Dundo.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Onda de crimes volta a assombrar Nova Esperança

Jornal Luanda

17 De Outubro de 2022

Texto: Fátima Quífica

António Kamonamoku, 32 anos, serralheiro de profissão, perdeu a vida ao reagir a um assalto. Segundo os vizinhos, tudo aconteceu às 22h00, quando Rogério, como era conhecido a vítima, estava sentado defronte à porta do quintal da casa que acabara de arrendar para viver com a esposa e os três filhos.

"Do nada, surgiram cinco meliantes que começaram a revistá-lo, retirando-lhe os telefones e valores monetários", começou por contar Inácio Baptista (nome fictício), que assistiu tudo a partir da janela da cantina onde trabalha.

Insatisfeito, acrescentou Inácio Baptista, Rogério reagiu ao assalto e foi esfaqueado na região do abdómen. "Ele caiu ao chão, sangrando de forma excessiva, com fôlego ofegante, indicando os últimos minutos de vida", acrescentou.

Devido à escuridão, a testemunha não viu o rosto dos marginais, que se retiraram do local depois de consumarem o acto bárbaro. "Quando os bandidos se foram embora, não sai de imediato, com medo de que poderiam ainda estar escondidos para atacar a primeira pessoa que se aproximasse, pois, as ruas estavam desertas".

Grávida de oito meses, a esposa da vítima, Idalina Lázaro, conta que saiu para ver o marido se estava próximo, com o propósito de pedir-lhe ajuda para tirar o colchão onde dormem os filhos, do quintal para o interior da Casa.

. "Ao abrir a porta do quintal, deparei-me com o mesmo estendido no chão, mas já desacordado e ensanguentado. Preocupada, gritei por socorro para despertar os vizinhos", explicou a esposa. Depois disso, alguns vizinhos vieram em seu auxílio com uma viatura, mas veio a falecer a caminho do hospital. Inconsolável, Idalina Lázaro não quis acreditar que tinha acabado de perder o marido, deixando para trás tudo que tinham planeado. "Custa acreditar que Rogério partiu para nunca mais voltar", lamentava, destacando as qualidades do falecido

companheiro. "Rogério era um homem batalhador, trabalhava como serralheiro e sempre cumpriu com os prazos de execução dos seus compromissos, não tem dívidas com cliente nem com quem quer que seja, era amigo dos seus amigos".

Segundo a viúva, o malogrado foi um homem dedicado à família, que sempre soube responder com zelo às necessidades que surgiam no lar. "Sempre viu os filhos como um privilégio. É difícil neste momento olhar para os filhos e não puder contemplar a presença dele", disse.

Outra moradora que se surpreendeu com tamanha barbaridade dos meliantes foi Paula Anita. "Quando pensei que estava tudo calmo no bairro, surge esta barbaridade, de tirar a vida a um jovem que trabalha duro para dar dignidade à família", lamentou.

No bairro Nova Esperança há muito que não havia reclamações sobre a segurança pública, quando no passado registavam cinco a oito crimes de assaltos às residências e na via pública.

Nos últimos quatro meses, Paula tem dado "graças a Deus" pela tranquilidade que o bairro tem registado, sem rixas de gangues e relatos de roubos e agressões físicas. "De repente, surge-nos este infortúnio. O que será daqui para frente?", questionou a moradora.

Três dias após a morte de Rogério, agentes da Polícia Nacional destacados na esquadra do Wenji Maka, realizaram diligências que culminaram na detenção de dois supostos autores do assassinio de António kamonakomu.

9.2 Mulher rural recebe incentivos

Jornal de Angola

3 De Outubro de 2022

O chefe do Gabinete Provincial da Juventude, Cultura e Juventude e Desportos, Domingos Manuel João, encorajou as mulheres que se dedicam à agricultura nas zonas rurais a continuar a produzir os alimentos do campo que disse serem as mais recomendáveis para a saúde humana.

O responsável que representou, o governador do Uíge, José Carvalho da Rocha, disse que as mulheres rurais oferecem ao mercado, todos os dias, alimentos, tendo exaltado a importância desta franja para a sociedade angolana.

Segundo garantiu, o governo provincial tem envidado muito esforço no sentido da valorização da mulher rural, muito dedicada à produção de alimentos, prestando os apoios em meios e sementes para o

fortalecimento das actividades agrícolas e para a estabilidade das suas famílias.

Domingos Manuel João exortou, entretanto, os camponeses a organizarem-se em cooperativas de forma a atender mais interessados. “Quando os camponeses estiverem mais agrupados e estruturas mais pessoas beneficiam dos apoios”.

Por sua vez, António Hinda, quando respondia às inquietações de apoio material das camponesas informou que as autoridades provinciais do Uíge estão a encorajar os camponeses a organizarem-se em associações e cooperativas agrícolas, um mecanismo que entendem poder facilitar a concepção de apoios técnicos assim como os fornecimentos de materiais e sementes, necessários à produtividade em grande escala.

As constantes ofertas e apoios técnicos prestados aos camponeses provaram que têm produzido efeitos insuficientes quanto aos resultados que deveriam ser esperados.

“A experiência da produtividade dos camponeses agrupados verificados em muitas localidades têm produzido bons resultados, contrariamente aos que resultam dos incentivos dados aos camponeses isolados”, disse.

Foi também incentivado a necessidade da legalização das associações ou das cooperativas para que estejam habilitadas a créditos disponíveis nos bancos.

“Desde que tenham documentos, os agricultores podem concorrer para os créditos bancários”, garantiu o técnico agrário.

Para ele, uma cooperativa organizada e legalizada facilmente obterá financiamento das instituições credoras como os bancos, reforçando daí o seu apelo para que as agremiações e os camponeses individuais legalizem as suas fazendas.

9.3 Empoderamento da mulher rural entre as metas da Acção Social

Jornal de Angola

4 De Outubro de 2022

Texto: Victor Pedro

Participantes ao encontro provincial estão a discutir aspectos sobre o papel da mulher rural

O empoderamento da mulher no meio rural é uma das principais apostas do Gabinete da Acção Social no Cuanza-sul para os próximos anos, informou,

ontem, a chefe do Departamento da Família e Igualdade do Género da província.

Isilda Flávia Culofua disse, na abertura da Jornada Nacional da Mulher no Meio Rural, acto realizado, ontem, na cidade do Sumbe, Cuanza-sul, que pretendem, ao longo do encontro, despertar os governantes e a sociedade sobre o papel que a mulher joga no meio rural, assim como a importância da implementação, pelo Executivo, de políticas públicas capazes de ajudar mais na resolução dos problemas nas comunidades.

O Governo do CuanzaSul, reiterou, vai continuar a trabalhar com os parceiros para tornar alguns projectos ligados às comunidades materializados, em especial os que ajudarem a promover o empoderamento da mulher no meio rural.

A Jornada Nacional da Mulher Rural, que decorre até o dia 31 deste mês, representa, para Isilda Flávia Culofua, uma oportunidade para demonstrar e alavancar o papel da mulher no meio rural, através da apresentação de projectos sobre o impacto das acções das mulheres nas famílias.

Sob o lema “Pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável, em poderemos a mulher no meio rural”, a jornada, defendeu, traduz a aposta do Executivo nos projectos capazes de colocar a mulher no centro das atenções. O ponto alto da jornada, anunciou, acontece no próximo dia 15 deste mês, data em que é celebrado o Dia Internacional da Mulher Rural.

Entre as apostas do Executivo, contou, há a destacar a continuidade na implementação de alguns programas e projectos sociais para mitigação da pobreza no meio rural, com realce ao “Kwenda”, os de desenvolvimento da agricultura familiar e a comercialização de produtos (SAMAP), assim como os de desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC). “É preciso também destacar outros projectos ligados à saúde assistida à mulher, ou o de aceleração escolar no meio rural, que são uma mais-valia na melhoria das condições de vida das famílias no meio rural”, disse.

Outro aspecto de realce, referiu, é a contínua promoção e valorização dos diferentes papéis da mulher no meio rural, “sobretudo do processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável nas comunidades”.

A jornada, defendeu, vai servir, ainda, para identificar os constrangimentos existentes no processo de empoderamento das mulheres. “É uma forma de descobrir as vias capazes de ajudar a superar estes problemas”, adiantou, apontando como outros

desafios do Executivo a promoção de acções para desenvolver o capital humano, através do associativismo e o cooperativismo.

Aos parceiros, Isilda Flávia Culofua alertou sobre a importância, urgente, de se começar a divulgar, cada vez mais, os programas e projectos em curso, nas distintas localidades da província.

Apoio institucional

A chefe do Departamento da Família e Igualdade do Género disse que o Gabinete da Acção Social tem em carteira um programa que contempla acções concretas. “É um projecto que inclui mais parceiros, ao nível das administrações municipais, com acções viradas para o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, cujo foco está no apoio com meios de trabalho e sementes às cooperativas agrícolas, bem como na capacitação e apoio com equipamentos para as parteiras tradicionais, assim como a formação profissional nas áreas de culinária, decoração, corte e costura e cabeleireiro”, frisou.

A assistência às pessoas com deficiência sem meios para locomoção, o contínuo trabalho na Lei contra Violência Doméstica, para reduzir as formas de violência baseada no género, bem como todos os actos contra a criança, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, são outras acções levadas a cabo pelo Gabinete da Acção Social, Família e Igualdade do Género no Cuanza-sul.

9.4 Governo reitera compromisso com a inclusão social da mulher rural

Jornal de Angola
15 Outubro 2022

Texto: Casimiro José

A directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género, Elsa Lialunga, garantiu, ontem, na vila do Ebo, sede do município com o mesmo nome, na província do Cuanza-sul, que o Governo vai continuar a implementar projectos de inclusão social, visando criar premissas para o empoderamento da mulher no meio rural.

A garantia foi dada durante o acto, antecipado, alusivo ao Dia Internacional da Mulher Rural, que se assinala hoje, tendo sublinhado que a mulher no meio rural constitui uma franja que, desde os primórdios, sempre sacrificou-se para a conquista do seu lugar, nos domínios social e económico.

Elsa Lialunga, que presidiu o acto, em representação do governador da província do Cuanza-sul, Job Capapinha, acrescentou que a jornada internacional da mulher no meio rural assinala-se com o objectivo de enaltecer os feitos da mulher rural, que tem sido incansável, quer no sustento da família, como na sua afirmação social e económica, cujos resultados da sua acção são inquestionáveis.

Segundo Elsa Lialunga, a mulher no meio rural continua a sentir os efeitos dos traços culturais de cada região, submetendo-se a vicissitudes de vária ordem. “A mulher no meio rural continua a enfrentar um conjunto de fenómenos de índole cultural, desde os maus tratos nas comunidades, à falta de serviços sociais básicos, violência doméstica e fuga à paternidade”.

Para inverter o quadro, a directora da Acção Social, Família e Igualdade do Género considerou urgente a adopção de políticas públicas, que concorram na mudança de mentalidades, através de palestras sobre o papel da mulher no sustento e educação da família e educação jurídica nas comunidades, com o apoio de parceiros sociais, igrejas e sociedade civil.

Identificados os problemas

Elsa Lialunga referiu que, durante os encontros de audição, foram identificados os principais problemas que afectam as mulheres no meio rural, como a falta de oportunidades em diferentes domínios, necessidade da modernização dos trabalhos que exercem para a sua rentabilização, promoção da literacia financeira e académica, entre outros.

A directora do Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade do Género defendeu a necessidade de as mulheres no meio rural estarem organizadas em cooperativas agropecuárias, para mais facilmente terem acesso a créditos, para a rentabilização das suas actividades. “A mulher no meio rural continua, ainda, a utilizar técnicas arcaicas, por isso, tudo o que faz serve, apenas, para a sobrevivência, sendo necessário criarem-se mecanismos que possam promover o desenvolvimento no meio rural”, disse, acrescentando que “tem de se modernizar a agricultura, para que a mulher no meio rural possa aumentar a produção e ter mais rendimentos”.

Lembrou que o lema para essa efeméride, segundo o qual “Pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável, em poderemos a mulher no meio rural”, constitui um desafio para o presente para o futuro, salientando que “para o desenvolvimento social e económico do país tem de haver conjugação entre a cidade e o campo”.

Elsa Lialunga apelou as mulheres a se dedicarem, cada vez mais, nas actividades geradoras de rendimento e na salas de aulas alfabetização, que lhes permita encarar melhor os fenómenos de defesa do ambiente, promoção da cidadania e empoderamento.

Apoio institucional

A directora da Acção Social, Família e igualdade do Género anunciou que o sector que dirige tem prestado apoio às camadas vulneráveis, com destaque às mulheres no meio rural, através de transferências monetárias, kits de trabalho a parteiras tradicionais, incentivo ao empreendedorismo, realização de feiras agrícolas para a promoção de trocas comerciais, bem como promoção de campanhas de alfabetização.

Elsa Lialunga reconheceu que os apoios prestados ainda são insuficientes, face aos problemas que a mulher no meio rural enfrenta, tendo reiterado a continuidade das acções, em cooperação com os parceiros sociais, para serem minimizados os problemas nas comunidades.

O acto, antecipado, alusivo ao Dia Internacional da Mulher Rural foi marcado pela entrega de certificados de mérito aos que se destacaram em diversas acções a favor da mulher rural, com destaque a parteiras tradicionais, pela sua dedicação na garantia de partos seguros nas comunidades.

9.5 Mulheres incentivadas a formar cooperativas

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2022

De acordo com a Angop, o incentivo foi feito pela secretária provincial em exercício da OMA no Cunene, Gaudência Nambinga, no acto que marcou o 15 de Outubro, Dia da Mulher Rural.

Gaudência Nambinga disse que o Governo criou vários programas que facilitem o fomento da produção agrícola, impulsionou a cadeia alimentar para o combate à fome, à pobreza e melhorou a condição de vida dos angolanos.

"Estes programas abrangem toda a franja da sociedade, incluindo a mulher rural, mas só é possível se estiverem filiadas à associação, de forma a terem acesso aos financiamentos dos bancos e outros incentivos", afirmou.

Gaudência Nambinga apelou às mulheres, a nível das suas localidades, para aproveitarem a água das chimpacas, a fim de produzirem hortícolas, no caso

concreto do tomate, couve, cebola e tubérculos, para a melhoria da qualidade da dieta alimentar.

Gaudência Nambinga lembrou que a mulher é a guardiã dos valores culturais dos povos e principal transmissora dos conhecimentos tradicionais para o resgate da sua identidade.

9.6 Mais de 30 mil mulheres são integradas em cooperativas

Jornal De Angola
28 De Outubro de 2022
Texto: Ezequiel Ndala

Ao todo 32.800 mulheres estão inseridas em 64 cooperativas agropecuárias, na província do Cuando Cubango, no quadro do Programa de Desenvolvimento Inclusivo, Sustentável e de Empoderamento da Mulher no Meio Rural, visando a diversificação da economia, combate à fome e redução da pobreza nas comunidades.

Eugénio Bundi, que falava durante o fórum provincial dedicado à mulher rural, disse que existem dois elementos fundamentais para o sucesso das mulheres na sociedade, nomeadamente a formação académica e profissional e o empreendedorismo, que lhes permitem enfrentar o mercado de emprego e contribuir para o desenvolvimento do país.

"Se quisermos valorizar o lema escolhido para a jornada da mulher rural, segundo o qual "Pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável, imponderemos a mulher no meio rural", é necessário que haja uma forte aposta na sua formação", disse o prelector.

Acrescentou que a formação académica, técnica e profissional, bem como o empreendedorismo complementam-se na realização plena da mulher e são directamente proporcionais ao seu carácter de liderança, em prol do seu bem-estar e autonomia económica e financeira.

Realçou que a luta pela emancipação da mulher é contínua, pois, apesar de muitos avanços, ainda precisa-se trabalhar no sentido de serem capacitadas sobre a necessidade da busca de mecanismos profícuos, eficazes e eficientes, que as levem a atingir os mais variados sectores da vida profissional.

Disse que o Governo angolano está fortemente atento às necessidades das mulheres do meio rural, daí a implementação do programa de desenvolvimento local e combate à pobreza

e cumprimento das recomendações saídas do Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural.

Segundo Eugénio Bundi, a jornada nacional da mulher rural, sob o lema: pelo desenvolvimento inclusivo e sustentável, imponderemos a mulher no meio rural”, visa analisar os constrangimentos e oportunidades para o empoderamento das mulheres no meio rural, no quadro do processo de diversificação da economia, assim como promover o desenvolvimento do capital humano, associativismo e cooperativismo.

“Consta, igualmente, dos objectivos deste fórum incentivar a implementação de projectos que contribuam para a melhoria das condições e integração da mulher do meio rural no processo de desenvolvimento em curso no país, bem como fomentar o debate, intercâmbio de experiências, para garantir segurança alimentar e acesso e controlo das terras e outros recursos naturais”, sublinhou.

Defendeu atenção especial em acções formativas das mulheres no meio rural, assim como homenagear os seus feitos e contributos à diversificação da economia.

O director do Gabinete Provincial da Saúde, Mirco Macay, em representação do governador José Martins, disse que a agenda 2030 aborda os objectivos de desenvolvimento sustentáveis, igualdade de género e empoderamento das mulheres, defendendo maior participação delas na vida social, económica e produtividade agrícola.

“Infelizmente, as mulheres ainda não têm o reconhecimento merecido, sofrem preconceitos e desigualdade de género. Existe uma longa jornada para o equilíbrio de direitos e oportunidades entre homens e mulheres”, disse o director provincial da Saúde, acrescentando que Angola deve continuar a trabalhar para que as mulheres rurais desfrutem plenamente dos seus direitos.

10. AMBIENTE

10.1 Ministra quer políticas ambientais realistas

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2022

Texto: Manuela Gomes

Ana Paula de Carvalho disse, durante o I Encontro de Auscultação com as associações ambientais, que a implementação de políticas ambientais mais activas vai ajudar a prevenir ou reduzir os impactos negativos do sector, assim como a evitar os custos futuros de recuperação ou mitigação de alguns projectos.

O ministério adiantou, está a trabalhar num conjunto de políticas, programas e projectos para melhoria do sector. "Para tal temos de estar mais focados nos grandes desafios ambientais do país, como a desflorestação, a situação dos resíduos, do saneamento, a desertificação, alterações climáticas e o estado da biodiversidade", explicou.

As associações ambientais, reconheceu, têm sido importantes parceiras do Estado, com um papel decisivo no desenvolvimento sustentável e na garantia da crescente sensibilização dos angolanos, em relação às questões ambientais.

"Temos todos a responsabilidade de ajudar na materialização da política ambiental e, com o apoio das associações, deve haver mais articulação nas acções para aumentar a eficácia do sector", disse, além de adiantar que o Estado angolano reconhece a educação como um processo fundamental, capaz de preparar o indivíduo para as exigências da vida.

"Hoje, através do programa do Governo, existe um processo de recuperação económica que deve ser seguido por padrões ambientais, no sentido de não comprometermos o cumprimento das Metas do Desenvolvimento Sustentável e termos a possibilidade com as gerações vindouras, ao mesmo tempo implementarmos de maneira positiva as grandes convenções internacionais, combate a desertificação e as grandes metas nacionais", esclareceu.

O encontro entre o Ministério do Ambiente e as associações visou, entre outros propósitos, auscultar as organizações ambientais, de forma a delinear um conjunto de acções que vão consolidar o programa de governação do sector.

10.2 Ravinas ameaçam dezenas de moradias

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2022

Texto: Marcelo Manuel

Mais de 60 casas de cinco bairros da vila de Camabatela, no município de Ambaca, província do Cuanza-norte, podem ser "engolidas" por 16 ravinas, disse, terça-feira, o porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, que alerta para o possível agravamento da situação, atendendo as fortes chuvas que se abatem sobre a região.

Segundo Hélder Milagre, os bairros Azul, Menda e Garcia Neto são os mais críticos, onde existem ravinas com mais de oito metros de profundidade.

Acrescentou que, segundo relatos de moradores dos referidos bairros, as ravinas já provocaram a queda de várias pessoas, uma das quais chegou a fracturar um dos membros superiores.

O Jornal de Angola apurou que as ravinas em Camabatela começaram a surgir há cerca de dez anos e que a intervenção da Administração Municipal foi insuficiente para travá-las.

O administrador municipal adjunto de Ambaca para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Nilton Santos, disse que foi plantado bambu para travar a progressão das ravinas, mas sem sucesso. Fez saber que está em carteira um projecto para a criação de taludes, para travar a progressão das ravinas. Em sua opinião, o problema carece de uma intervenção especializada, que pode ser projectada pelo Governo Provincial ou Central.

Especialista apresenta soluções para o problema

O mestre em Gestão, Produção e Meio Ambiente, Paulo Mateus, definiu as ravinas como acidentes geográficos resultantes da erosão dos solos, devido à acção evasiva de córregos de água e enxurradas. Explicou que a formação de erosões mais graves acontece em áreas de declive, quando a água das chuvas, com o tempo, vai abrindo cavidades maiores ao longo do terreno. Frisou que em Angola as principais causas do fenómeno geológico podem ser a chuva, a acção do homem na exploração insustentável de recursos naturais, desmatamento de importantes áreas florestais e escavação para o fabrico de adobes, para a construção de moradias.

Em sua opinião, as soluções de curto, médio e longo prazo passam, essencialmente, pelo uso de tecnologias ambientais, acções pedagógicas para a sustentabilidade sócio-ambiental e adequação dos princípios regulamentares dos planos directores urbanísticos. “Isso quer dizer, desenvolver programas de sensibilização, para que as comunidades sejam capazes de compreender devidamente algumas causas do surgimento de ravinas e as suas consequências”.

Destacou a necessidade das entidades públicas e empresas privadas de construção civil obedecerem e seguirem rigorosamente os regulamentos dos planos directores urbanísticos municipais. Apontou a inexistência ou insuficiência, no sistema de escoamento, de colectores e galerias controladas, que têm a função de encaminhar a água, por valas, para o mar, rios ou bacias de retenção.

“As ravinas não começam com grandes dimensões e quando combatidas no princípio melhor”, sublinhou.

Aponta técnicas de protecção superficial, como barreiras vegetais, pedras, cobertura do solo à base de resíduos vegetais, plantação de bambu e outras árvores de baixo custo, como possíveis soluções a curto prazo.

Paulo Mateus afirmou que, apesar de as ravinas serem um fenómeno natural, a acção directa do homem sobre a natureza, também, contribui para o seu surgimento. Advogou a necessidade do Estado apostar em acções de educação ambiental, especificamente em materiais sobre construções em zonas de risco, conservação da flora e fauna e importância das valas de drenagem naturais no escoamento correcto das águas pluviais.

Ressaltou que a escola deve desempenhar o seu papel, actuando na formação moral dos alunos, promovendo a transformação de paradigmas e mudanças sociais, visando a preparação de um homem crítico, com consciência ecológica, ambiental, social e cultural equilibrada.

Paulo Mateus afirmou que, apesar de as ravinas serem um fenómeno natural, a acção directa do homem sobre a natureza, também, contribui para o seu surgimento

10.3 Exportações de madeira serrada caíram 58% para 33,4 mil metros cúbicos

Jornal Expansão
8 De Outubro de 2022

As exportações de madeira serrada em Angola caíram 58% para 33,4 mil metros cúbicos (m³) nos últimos dois anos, indicam os dados do Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP).

A quebra é justificada com a introdução de novas regras na exportação e produção da madeira em Angola, em 2018.

A exploração de madeira em toro também registou um tomo de 65% para os 43,4 mil m³, entre 2019/2020, enquanto a produção de madeira serrada caiu 58%, para 32,8 mil m³.

No entanto, os operadores do sector sentem-se agastados e dizem mesmo que a produção de madeira, deste ano, poderá atingir os níveis mais baixos dos últimos seis anos. Em causa está a falta de licenças que autorizam os madeireiros a participar na campanha florestal 2021 que, legalmente, iniciou em Maio e que termina em Outubro.

Para os empresários da Associação Nacional dos Industriais da Madeira de Angola (Anima), para esta época, apenas a província do Uíge foi contemplada, ou seja, o Ministério licenciou os operadores daquela circunscrição e outro número reduzido no Cuando Cubango.

Fontes do Expansão indicam que, nos últimos dois anos, o Uíge tem-se destacado na quantidade de madeira em toro, tendo em conta as quotas atribuídas pelo MINAGiUp, anualmente.

"Existe uma clara falta de sintonia entre os gabinetes provinciais da agricultura e o órgão de tutela que habilita a exploração da madeira no País. Desde que os governos provinciais deixaram de ter a responsabilidade de emitir licenças, embora o processo seja visado a nível local, o MINAGRIP tornou o processo mais burocrático, apesar de alegar sempre a reorganização da actividade de produção de madeira, lenha e carvão", explica a fonte da Anima.

Lamenta, no entanto que se em 2020 o alarme foi a pandemia da Covid-19, para este ano não há razões da não emissão de licenças para habilitar os operadores a exercerem a actividade de exploração de madeira.

A crise no sector madeireiro está a baixar as receitas das empresas e, nesta altura, dos 90 operadores autorizados em todo o País, muitos não podem pagar os salários devido à queda do negócio, por isso, pedem mais abertura para que a actividade empresarial não pare.

Reorganização do sector

Se para os empresários a situação é crítica, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), órgão fiscalizador do sector, explica que há quatro anos, que o MINAGRIP está a reorganizar a exploração florestal e chamou a si a responsabilidade de atribuição das licenças aos operadores, para evitar a exploração selvagem da madeira angolana.

Num primeiro plano, uma das medidas, revelou a fonte, foi a triagem dos operadores. Hoje existem menos de 50% de operadores, dos 300 que existiam em 2017, ano em que começaram a aparecer os números da exploração e exportação de madeira.

Explica, no entanto, que como resultado desta medida, as receitas com a exportação e venda no mercado interno têm vindo a aumentar. A fonte nega haver dualidade de critérios, por isso, lembrou que a atribuição de licenças é uma questão de organização dos operadores interessados em explorar madeira.

M.C.

10.4 O ambiente da Nação

Novo Jornal

14 De Outubro 2022

A transversalidade das questões ambientais deve estar cada vez mais vincada e plasmada nas acções que são desenvolvidas para alinhar Angola com os princípios e objectivos de desenvolvimento sustentável. Para que isto seja possível, será necessário que a Nação considere os seguintes objectivos:

Transformar o mar de políticas e estratégias aprovadas nos últimos anos em acções práticas que permitam reduzir os impactes nocivos sobre o ambiente e sobre a qualidade de vidas das pessoas, melhorar o desempenho do País no combate à pobreza e promover o seu crescimento do índice do desenvolvimento humano; Investir na melhoria contínua do sector de ensino, destacando,

igualmente, os processos de educação ambiental, cuja ênfase se deverá reflectir não apenas na expansão do acesso e na melhoria dos resultados da aprendizagem.

Mas também no tipo de educação necessária para aprender a transformar-se e a transformar a sociedade; Assegurar a participação activa das pessoas na tomada de decisões fundamentadas, importante elemento numa sociedade democrática, face aos efeitos das actividades humanas sobre o ambiente, definindo medidas diferentes para os contextos urbanos e rurais; Maior responsabilização das atitudes e acções que ponham em perigo o ambiente natural e construído, punindo exemplarmente quem está em contravenção com a lei e que coloca em perigo a biodiversidade e os recursos naturais; Estabelecer instituições e estruturas organizadas capazes de dar resposta aos desafios ambientais, particularmente aqueles relacionados com a afectação da biodiversidade, produção de resíduos, queimadas e efeitos das alterações climáticas; Fomentar a criação de áreas de conservação ambiental terrestres e marinhas, de forma a aumentar a rede de áreas de conservação e a proteger biomas, espécies e paisagens actualmente sem um adequado grau de protecção; • Investir de forma sustentável em projectos de economia azul, sem descuidar a necessidade de criação de um plano nacional de ordenamento do espaço marinho.

Os desafios que a Nação enfrenta, para assegurar um caminho alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, só podem ser ultrapassados com um investimento numa agenda nacional que seja alicerçada no tripé da sustentabilidade onde se almeje um desenvolvimento socialmente justo, economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Essa agenda deve ser desenvolvida com indicadores nacionais, balizados pelos indicadores internacionais, reconhecendo o contexto nacional.

Por outro lado, esta agenda depende não apenas das medidas de preservação dos ecossistemas e do uso sustentável dos recursos naturais, mas também, principalmente, do investimento no capital humano, quer em termos de educação, capacitação e formação profissional como da melhoria das condições de trabalho assim como pela partilha de conhecimento, pelo acesso à informação. Tomada de decisão informada, auscultação das partes interessa e surgimento da cidadania ambiental.

A Nação necessita de uma visão transformativa que esteja assente nos princípios de boa governação ambiental! Onde a hierarquização dos seus programas prevê evitar, minimizar e mitigar os impactos negativos que as acções de desenvolvimento possam

ter sobre a qualidade de vida de todos os Angolanos e sobre ambiente natural e construído assim como sobre os serviços dos ritos ecossistemas existentes em Angola.

10.5 País constrói sistema nacional de controlo de alterações climáticas

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2022

Texto: Adolfo Mundombe

Eugénio da Silva fez saber que a República Federal da Alemanha é o maior financiador do SASSCAL, que conta, também, com o apoio de países africanos, cujas verbas são aplicadas em processos administrativos.

Assegurou que Angola, no âmbito das contribuições financeiras, tem os seus compromissos honrados, com o pagamento de quotas, até ao primeiro trimestre de 2025, num montante de dois milhões e quatrocentos mil euros.

Referiu, por outro lado, que, com o SASSCAL, o país teve benefícios, a começar pelo desenvolvimento do capital humano e fortalecimento das infra-estruturas de base, para apoio à investigação científica.

O SASSCAL disse, financiou 13 projectos num valor de global de dois milhões setecentos e vinte e três mil e noventa e um euros e um centavo (2.723.091,01), na primeira fase, à Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Agostinho Neto, Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, Centro Nacional de Investigação Científica, Instituto Superior Politécnico da Tundavala, Instituto Superior de Educação da Huíla e Instituto de Meteorologia e Geofísica de Angola.

Quanto ao capital humano, 298 técnicos angolanos foram capacitados, sendo o maior número na área da Educação, avaliação, monitorização e gestão da biodiversidade.

Foram-se, também, licenciados 25 angolanos em diversas áreas do conhecimento, com destaque para a Agricultura, ao passo que 19 cidadãos foram inseridos em cursos de mestrado e três em cursos de doutoramento, bem como capacitados 20 camponeses.

Em relação às infra-estruturas de base para o apoio à investigação científica e desenvolvimento, destaca-se a instalação de 18 estações meteorológicas automáticas, na rede nacional, cuja responsabilidade primária de gestão é do Instituto de Meteorologia e

Geofísica de Angola (INAMET), e recuperadas 21 estações meteorológica, nas províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

Na segunda fase do SASSCAL dar-se continuidade à execução de projectos relacionados à elaboração do Atlas sobre Hidrogénio Verde (H2ATLAS), questões ligadas à descarbonização, no âmbito da produção energética, reservatórios e barragens da África Austral (DRASA), uma base aberta de partilha de dados, bem como monitorização e avaliação de zonas húmidas transfronteiriças das bacias hidrográficas da África Austral (WeMAST).

O secretário de Estado garantiu que Angola está a trabalhar para a ratificação do "Tratado SASSCAL 2.0", visando a segurança alimentar e facilidade de acesso à água, infra-estruturas de apoio científico e investigação de plantas medicinais, em parceria com instituições da Alemanha e da África do Sul, com financiamento de seiscentos e setenta e oito mil e cento e trinta euros e cinquenta e quatro centavos (678.130.54).

Eugénio da Silva lembrou que, quando, em 2009, Angola aderiu à iniciativa do Centro Regional de Serviço Científico e Mudanças Climáticas, tinha como linhas orientadoras, para a definição da Política Nacional de Ciências, Tecnologia e Inovação, instrumentos de gestão, onde se incluía o estabelecimento de redes e centros de excelência, em vários domínios da sistematização do conhecimento, estratégia e crescimento do país.

Deu a conhecer que a ideia era, com base nos resultados obtidos no passado, revitalizar a investigação científica, em diferentes domínios, com destaque para a agricultura, segurança alimentar e nutricional.

"Para Angola, a adesão ao SASSCAL era uma aspiração de capital importância, pelo facto de as linhas orientadoras para a definição da política nacional de Ciências, Tecnologia e Inovação considerarem que as alterações climáticas constituem problemas cujas soluções devem ser encontradas com recurso à cooperação nacional, regional e internacional", salientou.

Acrescentou que o SASSCAL 1.0 já se tinha tornado numa das maiores redes de investigação científica e desenvolvimento na Região Austral de África, envolvendo 80 instituições, propiciando apoio para a formação de cerca de 200 jovens cientistas e uma rede com 156 estações meteorológicas automáticas e 54 observatórios de biodiversidade, bem como um centro de serviços abertos de partilha de dados, que

se encontra na Secretaria Regional, em Windhoek, na República da Namíbia.

Eugénio da Silva disse que, volvidos dez anos, o projecto tornou-se numa das maiores iniciativas na Região Austral de África, direccionada para apoiar o fortalecimento do ambiente, de investigação científica e desenvolvimento, com uma linha de actuação no domínio das águas, do clima, das florestas, da agricultura e da biodiversidade, voltadas para a componente de desenvolvimento do capital humano.

"E o capital para o desenvolvimento continua, apoiamos 300 estudantes, numa primeira fase, que já estão empregados e criaram, também, emprego. O novo programa de gestão de água, sob responsabilidade do Governo da Namíbia, permitiu a admissão de 15 estudantes, dos quais três angolanos", disse o secretário de Estado para o Ensino Superior, Ciências, Tecnologia e Inovação.

Participaram no encontro, que durou dois dias, sete titulares de departamentos ministeriais, cujas acções estão relacionadas com o ambiente, alterações climáticas, dirigentes de instituições de investigação científica e desenvolvimento, representantes de Organizações Não Governamentais e representantes de países membros, como Namíbia, Zâmbia, Botswana, bem como o embaixador da Alemanha em Angola.

10.6 Defendida exploração sustentável de recursos naturais nas comunidades

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2022

Texto: Carlos Paulino

O evento, que conta com a participação de representantes das províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Lunda-Sul e Cuando Cubango, tem como o objectivo principal analisar a gestão e os benefícios da exploração dos recursos naturais, na Região Sul de Angola.

Durante três dias, os participantes vão abordar temas ligados à visão do Estado sobre a exploração e gestão dos recursos naturais, impacto da exploração de recursos naturais, protecção legal dos direitos e deveres das comunidades em zonas de indústrias extractivas, as comunidades locais e o acesso aos recursos naturais, assim como as vantagens e desvantagens da exploração dos recursos naturais.

O presidente da plataforma Tchota-Angola, reverendo Daniel Ntony-a-Nzinga, disse que a sua

organização está preocupada com a situação da exploração dos recursos naturais no país, porque a população que vive nas referidas comunidades não está a sentir os benefícios.

Segundo o reverendo Daniel Ntony-a-Nzinga, os recursos naturais quando não estão a servir ou a beneficiar a população que vive nos locais de exploração constituem um grande perigo. Acrescentou que as pessoas que vivem nas áreas de exploração dos recursos naturais devem ser os primeiros beneficiários.

Lamentou o facto de muitos cidadãos que residem nas áreas de exploração de recursos naturais não terem conhecimento do que está a acontecer, nem o direito de tomar alguma decisão ou beneficiar das receitas arrecadadas.

"É necessário que todos participem com ideias e beneficiem dos recursos explorados", defendeu. Sublinhou que quem está no Cuando Cubango deve ser o primeiro beneficiário da madeira explorada na província e não os que residem em outras regiões.

Referiu que não se admite que um país com tantos recursos florestais o mobiliário usado na maioria das instituições e residências seja oriundo de outros países, com madeira saída de Angola, adquirida a preço módico, enquanto que a mobília é vendida a um valor exorbitante.

Uso racional da madeira

Daniel Ntony-a-Nzinga disse ser imperioso que o país desenvolva técnicas e tecnologias para a melhor exploração e uso dos recursos naturais, com realce para a madeira que se exporta em quantidades elevadas para a Europa e Ásia.

"Infelizmente, regista-se, até hoje, grande escassez de técnicos para transformar que a exploração dos recursos naturais deve ser para o bem de todos e não apenas para o benefício de alguns.

Daniel Ntony-a-Nzinga disse ainda que a população deve participar activamente na advocacia a favor das práticas de boa gestão e distribuição justa dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos naturais.

Para o director do Gabinete Provincial do Desenvolvimento Económico Integrado, Afonso Ndala, os recursos naturais explorados devem criar riqueza para a redução do índice de desemprego e mitigação da fome e pobreza.

Realçou que os empresários devem prestar maior atenção às comunidades onde exploram recursos

naturais, sobretudo no que toca à responsabilidade social, porque o Governo, sozinho, não consegue resolver todos os problemas que afligem a população.

Segundo Afonso Ndala, deve-se apostar na exploração sustentável dos recursos naturais, tendo em conta os fenómenos que o mundo está a viver, com destaque formar em mobília a madeira explorada em várias províncias do país”, lamentou, acrescentando que é por este facto que a plataforma Tchota-Angola está preocupado e vai debater este assunto nos municípios e comunas.

Fez saber que a Tchota-Angola representa todas as organizações nacionais que trabalham, esforçam-se e querem contribuir no melhor uso dos recursos naturais do país.

O evertendo Daniel Ntony-a-Nzinga salientou e ao aquecimento global, estiagem, inundações, terremotos, entre outros que ameaçam a extinção dos seres vivos.

10.7 Falta de agentes fiscais dificulta trabalho do Instituto de Desenvolvimento Florestal

Jornal de Angola
24 De Outubro de 2022
Texto: Carlos Bastos

A falta de agentes fiscais, na província do Cuanza Sul, tem dificultado o trabalho do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), permitindo que a exploração ilegal de madeira ganhe cada vez mais espaço.

O alerta foi feito no sábado, pelo chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal, no Cuanza Sul, Cipriano Avelino Molongonga, ao fazer o balanço das actividades realizadas, no primeiro semestre deste ano.

Cipriano Molongonga sublinhou que a principal infracção detectada neste período pelos agentes do IDF, foi o derrube desenfreado de 22.399 metros cúbicos de madeira em touro e serrado, da espécie grevilha, nos municípios da Quibala, Sumbe e Seles, que foram encontradas nos mercados informais e estaleiros.

O responsável do IDF fez saber que o departamento provincial funciona apenas com 25 agentes de fiscalização, considerado um número insuficiente, tendo em conta a extensão da província. "Precisamos de dez fiscais por cada município do Cuanza Sul, para

que nos próximos tempos possamos assegurar a fiscalização de todo o território”, alertou.

O chefe de departamento do IDF disse que considerando os 12 municípios que a província tem, nomeadamente, Amboim, Cassongue, Conda, Ebo, Libolo, Mussende, Porto Amboim, Quibala, Quilenda, Seles, Waku Kungo e Sumbe, serão necessários mais 95 fiscais, para atender a demanda.

Cipriano Molongonga realçou que apesar de estar em vigor o Decreto Presidencial, que orienta a cessação da exploração de madeira das espécies em via de extinção, nota-se a apetência dos cidadãos em explorar madeira, mesmo aquelas, cujas árvores são protegidas, mas quando os incumpridores são flagrados, os produtos e os respectivos equipamentos são apreendidos e confiscados, a favor do Estado.

O dirigente do IDF destacou a necessidade de se fazer um trabalho de mapeamento dos locais mais críticos com a infracção da caça furtiva e desflorestação de árvores, bem como a realização de encontros com as autoridades tradicionais, líderes comunitários, para a divulgação da legislação, com objectivo de explicar a importância da preservação da fauna selvagem e da flora.

Cipriano Molongonga aconselhou a população a abster-se da caça indiscriminada de animais e abate de árvores, fora dos padrões recomendados. Para o efeito, apelou os caçadores a se dirigirem ao departamento provincial dos serviços do Instituto de Desenvolvimento Florestal, a fim de solicitarem documentos que lhes habilitem a caçar animais.

Outros desafios apontados pelo chefe de departamento, são a formação contínua e a capacitação permanente dos fiscais, bem como reforçar a capacidade de produção das plantas.

O dirigente sublinhou que o IDF é o órgão do Ministério da Agricultura e Floresta, consubstanciado na protecção da flora e fauna selvagem, e nas acções de povoamento e repovoamento florestal, no fomento da apicultura, para garantir a segurança alimentar e nutricional das populações.

Infracções registadas

Os serviços provinciais do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Cuanza-Sul registou, no primeiro semestre deste ano, cinco infracções por transgressão ao regulamento florestal, o que permitiu arrecadar para os cofres do Estado, 761.200 kwanzas.

Em relação ao ano anterior, Cipriano Molongonga referiu que houve diminuição de casos, pelo facto de em 2021, os serviços terem registado infracções de

derrube de árvores, numa extensão de 47.498 metros cúbicos, afectando a espécie de grevilha robusta, e de 35.356 toneladas de produtos não lenhoso, como a múcua, cujas multas foram de 1.827.302 kwanzas.

O dirigente Cipriano Molongonga lembrou que o regulamento florestal, à luz do Decreto Presidencial 171/18, de 23 Julho, prevê as penas e sanções administrativas, ao cidadão implicado e actuado a proceder o transporte de produto florestal.

O responsável do IDF assegurou que a instituição vela também pela protecção da fauna, sendo a província do Cuanza Sul rica e diversificada, constitui motivo de orgulho, além de existir espécies que não existem noutras paragens, como é o caso de aves da floresta da Cumbira, no município da Conda, que devem ser preservadas e protegidas.

Caça furtiva é razoável

Cipriano Molongonga caracterizou, a situação da caça furtiva, como razoável, fruto da intervenção acutilante que tem sido desenvolvida, mas realçou que a fiscalização deve ser constante.

"Estamos a notar a redução da caça furtiva na província do Cuanza Sul, embora sejam registados alguns focos com esta prática ao longo das estradas, com exposição de animais mortos", denunciou.

Cipriano Molongonga destacou que o IDF tem realizado campanhas de sensibilização e educação ambiental, no âmbito do conflito entre o homem e o animal. Referiu que o combate à caça furtiva e abate de árvores, deve envolver não só o IDF, mas também outros organismos, para que a fauna e a flora coabitem com o homem.

"Precisamos de mais intervenção, para adoptar estratégias em colaboração com as demais instituições, para exercermos uma fiscalização mais activa e efectiva, e contrapor aqueles cidadãos que são movidos pela ganância de obter o lucro fácil", frisou.

Lembrou que a caça de subsistência deve obedecer às normas e é autorizada, desde que não configure para fins comerciais, evitando caçar animais que não atingiram à maturidade, bem como fêmeas em estado de gestação.

Quanto aos animais mais afectados pela caça furtiva, Cipriano Molongonga apontou as rapa, pacaças, lebres, macacos, ratos, esquilos, monteiros, seixas, veados e javalis.

Garantiu que a instituição vai continuar a sensibilizar e proceder a educação das comunidades, sobre a Lei

de Protecção da Fauna e Flora, que vigora há mais de 20 anos.

Outro fenómeno preocupante, apontado por Cipriano Molongonga, tem a ver com a desflorestação de muitas regiões da província para a produção do carvão, pondo em risco, não só o ambiente, mas também a sobrevivência dos animais.

10.8 -China subiu 40%

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: João Marcos

Da cidade de Benguela à sede do município da Ganda, separadas por 200 quilómetros, a viagem impõe uma paragem, logo à saída da capital da província, na fábrica de contraplacados Niva Nzamba Comercial, alimentada pela madeira proveniente de um perímetro florestal com muita história, tomado por interesses que ignoram a Lei de Bases de Florestas e sauna Selvagem, indicam levantamentos feitos pelo NJ.

Por algum motivo, aliás, o administrador da Ganda, Francisco Prata, assume que a sobrevivência dos recursos está em causa, quando o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) fala em escassez de fiscais face à onda de invasão popular.

À zona industrial do Uche, arredores de Benguela, onde se encontra a fábrica, chega diariamente, em grandes quantidades, o folheto, produto que representa a última etapa até estar consumado o contraplacado.

Ao Novo Jornal, uma funcionária administrativa explica que só a direcção central, instalada na povoação do Alto-Catumbela, adstrita à comuna da Babaera, tem competências para apresentar os números que conformam a produção.

Assim, o motivo de reportagem acabou mesmo por ser o grito de socorro do jovem Pedro e de outros operários que reivindicam melhores remunerações pelo trabalho que executam.

"Aqui, neste quintal onde estamos, há muito trabalho, é bastante carregado, mas recebemos apenas 14 mil kwanzas", sustenta Pedro, exibindo, contudo, um semblante a denotar a alegria própria de quem "não tem mais o que fazer".

Isto mesmo confirmou Manuel Tchindondo, já na casa dos 55 anos, ao assinalar, em jeito de aviso para o que viríamos a reforçar na Ganda, que a falta de

emprego "nos leva a suportar" o método dos chineses, gerentes de uma fábrica com participação de angolanos na estrutura accionista, tal como apontam as pesquisas do NJ.

Quase duas horas após a retoma da marcha, o cheiro a eucaliptos fazia as honras da casa. O NJ recebia as boas-vindas de uma região com história, ligada à evolução do centenário Caminhos-de-Ferro de Benguela (CFB) e da Companhia de Celulose e Papel de Angola, fora de cena há mais de 30 anos.

Eucaliptos calcinados pelo tempo, muitos derrubados, à espera da transportação para as unidades de transformação ali instaladas, são imagens de marca. O roncar de geradores, referência de uma povoação sem energia da rede pública, e tractores em movimento complementa a fotografia.

Duas empresas licenciadas pelas autoridades, a Niva Nzamba Comercial, detentora do empreendimento no Uche, Benguela, e a conhecida Citic Constrution, não autorizaram a entrada deste semanário, nem tão-pouco manifestaram disponibilidade para prestar declarações, mesmo com tradutores presentes.

À porta, ao lado dos seguranças, estão cidadãos que adquirem sobras de madeira para vedar lavras e quintais. Um deles, Pedro João, natural da comuna da Babaera, diz que a localidade é "abençoada pela madeira" praticamente em toda a extensão, mas sublinha que as empresas exploradoras não deixam nada.

"É triste ver isso, as vias em mau estado, precisamente porque os camiões que transportam a madeira fazem buracos", indica o munícipe, antes de ter sugerido que "estas empresas deveriam ajudar o Governo, para além dos impostos".

No trilho do que é ilegal

Possuir uma licença de exploração, como é o caso de grandes empresas instaladas nos polígonos, não significa proceder ao abate do eucalipto de forma sustentável, explicou um quadro do IDF, ao resumir o essencial da legislação afim, que define épocas e regula quantidades.

Ao colocar o "combate à exploração ilegal" entre as tarefas do seu pelouro no quinquénio 2022/27, o administrador municipal da Ganda deixou, no fundo, a seguinte questão: Que tipo de ilegalidade está em causa?

Francisco Prata defendeu diálogo com as estruturas do Ministério da Agricultura, lembrando que a maior parte das empresas tem a direcção central na capital do País.

À procura de respostas, num exercício com a contribuição da comunidade, o NJ observou que o repovoamento é quase nulo para a proporção em termos de abate.

Domingos Sabino e Tony, dois jovens motoqueiros que funcionaram como guias na incursão pelas matas, disseram, unânimes, que "notamos mais cortes do que plantações, sentimos que os eucaliptos vão diminuindo".

Perante a realidade, o engenheiro ambiental Isaac Sassoma, professor do Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela, alerta que a principal consequência será o desaparecimento da fauna e da flora.

"Com a ausência da flora, muitas espécies não terão habitat.

Outra consequência é o empobrecimento e a erosão do solo, por estar sem cobertura, bastante exposto", indica o especialista.

Sassoma avisa ainda que o cenário constatado pelo NJ, ao qual se acrescem depoimentos de quem vive o quotidiano, pode dar lugar à diminuição do oxigénio e o aumento da poluição.

Na passagem por alguns pontos de um vasto perímetro, com camiões carregados de troncos para as maquinarias bem à vista, foi notória a ausência do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Antes, ainda na cidade de Benguela, já o director provincial, Eugénio Francisco, apresentava como entrave a escassez de quadros, sobretudo fiscais, quando abordado a propósito das declarações do administrador municipal da Ganda.

"Só para se ter uma ideia, temos apenas um fiscal naquele município, os polígonos são vastos", indicou o responsável, assumindo que a "invasão popular" ganha contornos alarmantes.

O director do IDA esclarece que os cidadãos não se importam de aguardar alguns dias para o carregamento de um camião, que tem como destino preferencial o vizinho Huambo, e reconhece que possa haver cobertura de agentes da ordem.

"O país precisa de fechar o inventário sobre os recursos florestais, iniciado há alguns anos, para conhecer o potencial em números", sustenta, para mais adiante realçar que "será um bom passo para o arrumar da casa".

10.9 Volume de negócios Angola-China subiu 40%

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Antunes Zongo

O volume da troca comercial entre Luanda e Pequim, em 2021, segundo o embaixador chinês, situou-se em 32 mil milhões de dólares, representando um crescimento de 40%, face ao período homólogo. Neste ano de 2022, pelo menos até Agosto, o comércio entre as duas capitais já roçava os 20 mil milhões de dólares, ainda de acordo com o diplomata.

"A China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola, o maior importador do petróleo angolano e também a China continua a ser um dos principais países investidores em Angola", reforçou GongTao.

Dados disponíveis indicam que as relações entre Angola e a China datam desde o período pré-independência de Angola. E, actualmente, são baseadas em uma relação comercial emergente, por exemplo, desde 2011 que Luanda está entre os maiores parceiros comerciais de Pequim no continente africano.

Relatório sobre o desempenho das trocas comerciais chinesas divulgado neste ano indica que Angola foi o terceiro parceiro comercial chinês em África em 2021, estando atrás da África do Sul e da Nigéria.

O comércio entre Luanda e Pequim representou 9% do total da troca comercial do gigante asiático com o continente berço, sendo que a troca chinesa com a África do Sul situou-se em 21% do total e a parceria com a Nigéria fixou-se em 10% do total da troca comercial com o continente.

10.10 Leste do país vai contar com três parques solares

Jornal de Angola

31 De Outubro de 2022

Texto: Armando Sapalo

Cada uma das três províncias da Região Leste vai ser contemplada com uma central fotovoltaica, no âmbito dos investimentos do Executivo em "energias limpas", que visam reduzir os gastos de sectores da economia que ainda desenvolvem as suas actividades com recurso a sistemas térmicos assegurados por geradores, que funcionam à diesel (gasóleo).

Em declarações à imprensa, à margem da visita da governadora provincial da Lunda-Norte, Deolinda Vilarinho, às obras que estão a ser executados no Lucapa, o colaborador da empresa MCA, Raúl Carvalho, disse que o projecto, além de Lucapa (Lunda-Norte), vai abranger as cidades de Saurimo (Lunda-Sul) e Luena (Moxico).

Raúl Carvalho explicou que o projecto prevê sete megawatts para o Lucapa, 27 para Saurimo e igual capacidade de produção de energia fotovoltaica para o Luena, num total de 61 em toda a região. "O Leste vai ficar bem servido, por se tratar de uma energia limpa, que vai ajudar na estabilização da rede e evitar gastos com a aquisição e transporte do Diesel.

O projecto dará, também, a possibilidade de Angola vender energia", sublinhou Raúl Carvalho.

Esclareceu que, no quadro do estudo de desenvolvimento do projecto, feito pelo Gabinete de Engenharia da MCA, com a Empresa Pública de Produção de Electricidade (PRODEL) e a Sun África, as três centrais foram concebidas com diferentes capacidades de produção, em função do volume de consumo de cada uma das circunscrições.

Acrescentou que, apesar da diferença nas dimensões, está estabelecido que, a partir de cada um dos parques solares, sejam criadas centrais híbridas, através da interligação com os sistemas térmicos.

Lunda-Norte

A central solar do Lucapa, na Lunda-Norte, com sete megawatts de energia, está concluída em mais de 45 por cento, segundo Raúl Carvalho.

Acrescentou que, em termos de montagem mecânica, com a instalação dos painéis solares e estruturas de apoio que compreendem a engenharia civil, o parque do Lucapa está a noventa por cento.

Deu a conhecer que, até agora, já foram colocados 10.600 dos 12.090 painéis solares previstos para o município do Lucapa, faltando a parte das ligações eléctricas, testes dos equipamentos, construção da sala de comando e edifícios de apoio.

"O projecto criou 45 postos de trabalho, prevendo-se contratar, em breve, 150 a 250 jovens, no pico da obra, dando-se prioridade à mão-de-obra local", disse Raúl Carvalho, sublinhando que Angola está a dar os primeiros passos na implantação de energias renováveis.

Segundo Raúl Carvalho, no quadro da parceria entre a MCA e o Executivo, através do Ministério da Energia e Águas, 15 angolanos estão a ser formados

pela empresa para futuramente ajudarem nas iniciativas de estudo e implantação de parques solares.

Interligações

As autoridades da Lunda-Norte auguram, com a entrada em funcionamento da central fotovoltaica do Lucapa, que, numa primeira fase, sejam interligados dois sistemas, que vão permitir que a sede municipal tenha capacidade de produção de mais megawatts de energia híbrida (térmica e solar), informou o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas.

Domingos Dala acrescentou que, além das centrais solar e térmica, o sistema do Lucapa vai, futuramente, estar interligado à energia da Barragem Hidroeléctrica do Luachimo, no Dundo.

Informou que, com um prazo contratual inicial de 29 meses, a execução física das obras de instalação da central fotovoltaica do Lucapa está a superar as expectativas, uma vez que mais de 45 por cento estão concluídos.

As obras de reabilitação do aproveitamento hidroeléctrico e aumento de potência do Luachimo, de 8.4 para 34 megawatts, estão em fase final, disse Domingos Dala, acrescentando que, até à sua conclusão global, juntando-se à energia produzida no Chitato, município do Cambulo e arredores poderão ser beneficiados.

Acrescentou que a construção da Central Solar do Lucapa, situada a nove quilómetros da sede municipal, foi lançada em Julho do corrente ano, pelo secretário de Estado para a Energia, António Belsa Costa. Até à conclusão das obras, as previsões apontam para a instalação de 12.090 painéis, o que vai permitir a poupança de cerca de cinco mil litros de combustível por ano, que eram gastos para manter funcionais as fontes térmicas. ~

O projecto visa impulsionar o crescimento e desenvolvimento económico, tendo em conta que as perspectivas apontam para a criação de mais de 3.500 negócios. A central vai ser instalada numa área de três hectares e está avaliada em 19.706.428 euros, 80 por cento dos quais financiados pela Suécia e 20% pela África do Sul.

Projecto de energias limpas para milhares de famílias

Angola está a ser pioneira no domínio de instalação de energias renováveis, com sete projectos nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Benguela, Bié e Huambo.

A previsão das autoridades é que a energia solar beneficie cerca de 1,2 milhões de famílias em todo o país, com vista à promoção do acesso a uma electricidade limpa e barata.

Recentemente, o director do projecto de reabilitação e aumento de potência do aproveitamento hidroeléctrico do Luachimo, Joaquim Garcia, explicou que duas das quatro turbinas do empreendimento devem iniciar a actividade entre finais de Novembro e princípio de Dezembro deste ano, para, numa primeira fase, fornecer energia eléctrica à cidade do Dundo, sede capital da província da Lunda-Norte

Após a entrada em funcionamento das quatro turbinas previstas, a barragem do Luachimo passará a gerar 34 megawatts. Quando estiver completamente concluída, serão beneficiadas cerca de 10.600 famílias dos municípios do Chitato, Cambulo e Lucapa.

Joaquim Garcia disse que decorrem os ensaios em carga, incluindo trabalhos para a finalização dos testes nas duas primeiras turbinas da barragem, cuja execução física geral das obras já ronda os 90 por cento.

O director do projecto esclareceu que foram construídas duas subestações, dotadas de linhas de transporte de 60 KVA cada, que partem do aproveitamento hidroeléctrico do Luachimo à central térmica do Cacanda, no bairro Samunhinga.

As restantes duas turbinas chegam ao país nos próximos dias, provenientes da Alemanha, informou o engenheiro Joaquim Garcia, que ressaltou a vontade e esforço financeiro do Executivo, para assegurar a conclusão do empreendimento.

Informou que o projecto de reabilitação e aumento de potência da Barragem do Luachimo é uma das obras estruturantes em curso que o Executivo pretende ver concluída, no quadro do crescimento da economia da Lunda-Norte e de toda a Região Leste.

Acrescentou que a construtora chinesa "Gezhouba Group Company Limited" (CGGC), especializada em projectos de construção de barragens, tudo faz para cumprir os prazos do contrato do projecto, avaliado em mais de 212 milhões de dólares construída em 1957, sob orientação da então Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), a barragem do Luachimo está a ser transformada numa infra-estrutura moderna, adequada aos padrões intern

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Angola quer diversificação das relações com a China

Jornal de Angola

1 De Outubro de 2022

O Presidente da República, João Lourenço, faz votos de que os Governos e povos de Angola e da China continuem a explorar as melhores vias para diversificar e estreitar os laços tradicionais de amizade, alicerçados na solidariedade internacional e comunhão de valores.

Numa mensagem de felicitações ao homólogo chinês, Xi Jinping, pelos 73 anos da República Popular da China, assinalados hoje, 1 de Outubro, o Chefe de Estado manifesta convicção de que "as relações contêm todo o potencial para insuflar uma nova dinâmica de cooperação, capaz de granjear resultados concretos e benefícios mútuos na realização dos projectos comuns".

João Lourenço felicita, em nome do Executivo angolano e no seu próprio, o Presidente, o povo e o Governo chinês, pelo aniversário da República Popular da China.

"Gostaria de partilhar convosco este momento de celebração, para enaltecer o progresso ininterrupto realizado pela República Popular da China desde a segunda metade do século XX, projectando o vosso país no concerto das nações, não só como referência mundial de estabilidade, progresso e desenvolvimento, mas também como mais um pilar sobre o qual se fortifica a construção da paz e a segurança mundial", escreveu.

O Presidente endereçou "votos de bem-estar pessoal, de boa saúde e de prosperidade" os povo da República Popular da China.

II.2 Angola considerada modelo de estabilidade em África

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2022

A ministra conselheira da Embaixada de Angola na China, Joana Feijó, disse, sexta-feira, em Pequim, que "Angola é um modelo de estabilidade política em África e no mundo".

Falando em representação do embaixador João Salvador Neto, Joana Feijó sustentou a sua afirmação "na força do passado do Dr. António Agostinho Neto, falecido em 1979, e do presente do Presidente João Lourenço".

A ministra conselheira discursava no âmbito da jornada alusiva às festividades do Centenário de António Agostinho Neto, na cidade chinesa de Beijing, na presença de diplomatas estrangeiros, comunidade angolana residente em Beijing, convidados de vários estratos da sociedade chinesa e de outras nacionalidades.

A diplomata discorreu sobre o percurso histórico de Neto, nas vertentes de poeta, médico profundamente humano e político de alto nível, com visão estratégica no momento enquanto esteve no activo. Essas qualidades, segundo Joana Feijó, reflectem-se nos dias que correm, sendo motivos de inspiração para a nova geração, sobretudo da política angolana e internacional.

Com mais de cem convidados, o acto teve um cardápio cultural recheado, cujo destaque recaiu para a exposição com o tema "psicoarteologia e crise na visão do herói", seguindo-se a música, a cargo do jovem estudante angolano Adilson de Oliveira, e a dança Kizomba, que levou a concurso seis pares, quatro dos quais residentes em Guangzhou, que se exibiram virtualmente, e dois presentes em Beijing.

No final do evento, foram atribuídos prémios, certificados de participação e lembranças.

II.3 China aumenta produção em 6 por cento para travar escassez

Jornal Economia e Finanças

22 De Outubro de 2021

A China vai aumentar a produção de carvão em quase 6 por cento, para lidar com a escassez de energia, já depois de o país ter atingido recentemente o recorde diário de produção.

Em um comunicado, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) afirmou na segunda-feira que autorizou a abertura de 153 minas desde o mês passado para aumentar sua capacidade de produção em 220 milhões de toneladas por ano.

Na comparação com a produção total da China no ano passado (3,84 biliões de toneladas) representa um aumento de 5,7 por cento.

Apenas no trimestre actual, a produção das minas deve aumentar em 50 milhões de toneladas, segundo

a comissão. A NDRC destacou que a produção diária de carvão alcançou recentemente o recorde de 11,5 milhões de toneladas.

O carvão, uma fonte de energia particularmente poluente, proporciona quase 60 por cento da produção de electricidade da China.

Nas últimas semanas, a China sofreu cortes de energia que interromperam a produção industrial em várias regiões. Entre as razões mencionadas para os cortes estão a recuperação económica global que multiplica a actividade manufactureira, os limites de produção de carvão impostos em nome das metas climáticas e a existência de um preço regulado para a electricidade.

O governo anunciou recentemente uma desregulamentação parcial da energia eléctrica vendida à indústria.

DISPUTA MUNDIAL

O preço do carvão, que abastece usinas na China e em outras partes do mundo, também segue em alta, com um aumento inédito de 250 por ano, na disputa mundial por matéria-prima para produzir energia.

A crise já bateu à porta: no final de Setembro, 22 das 34 unidades administrativas da China sofreram interrupções no fornecimento de energia. Diante desse cenário, o mercado financeiro já prevê um crescimento menor do país este ano, o que reduz as expectativas de aumento do PIB de 8,5 por cento para 8, de acordo com os últimos dados.

11.4 China aberta a produtos não petrolíferos angolanos

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2021
Texto: André Sibi

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, disse, domingo (24), que o mercado chinês está aberto aos produtos angolanos. Gong Tao, que falava ao Jornal de Angola, disse que o objectivo é promover a exportação para o mercado chinês de produtos angolanos não petrolíferos.

Para melhor aproveitar esta parceria de negócios, disse, o Governo chinês convidou as autoridades angolanas a participarem na 2ª Exposição Económica e Comercial China-África e na 4ª Exposição Internacional de Importação da China.

De acordo com o embaixador Gong Tao, a China espera que Angola aproveite as plataformas existentes

para expandir a exportação de produtos competitivos angolanos para o mercado asiático, nomeadamente produtos agrícolas, artesanato, minerais, pesqueiros e bebidas. O embaixador assegurou que a reforma e abertura adoptadas pelo Governo chinês não só mudaram profundamente a China, mas também influenciaram profundamente o mundo.

"Os últimos 40 anos de reforma e abertura da China proporcionaram ao mundo uma experiência rica. Com base no seu próprio desenvolvimento e progresso, a China apresentou iniciativas como a promoção da construção de uma comunidade de destino comum para a humanidade e a construção conjunta da iniciativa Cinturão e Rota, partilhando os frutos do desenvolvimento e as oportunidades com o mundo" disse o diplomata.

Questionado sobre a parceria entre o seu país e os países africanos, Gong Tao assegurou que África é um bom parceiro da China.

O diplomata afirmou que a China sempre prestou uma elevada importância à partilha da sua experiência, tendo fornecido, nos últimos cinco anos, um grande número de oportunidades de formação e treinamento a quadros de países africanos, entre os quais de Angola.

Indicou que os talentos formados na China são espalhados em todos os sectores que contribuem para a melhoria do bem-estar do povo africano. Sublinhou que a China está disposta a partilhar a sua experiência de desenvolvimento com os países de todo o mundo, respeitando sempre o direito dos povos escolherem o seu próprio caminho de desenvolvimento.

Princípio da não ingerência

"A China não impõe a sua vontade aos outros e nunca irá exportar o seu sistema social ou modelo de desenvolvimento", assegurou Gong Tao.

Quanto aos passos seguidos para o país mudar o curso da economia, o diplomata disse que na década de 1970, a economia mundial se desenvolveu rapidamente e a ciência e a tecnologia progrediam constantemente.

Neste período, a China acabava de sair da "Revolução Cultural", com a economia à beira do colapso e a construção da nação aguardava uma redinamização.

Em 1978, por iniciativa de Deng Xiaoping, na Terceira Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista da China foi aprovada a decisão histórica de implementar reformas e abrir o país ao exterior. Em apenas 40 anos, as reformas ajudaram a

China a alcançar o seu próprio desenvolvimento e crescimento, através da cooperação ganha-ganha (win-win) com outros países. Sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC), que este ano assinala 100 anos, a China construiu uma sociedade moderadamente próspera e resolveu historicamente o problema da pobreza absoluta, disse Gong Tao.

A abertura contínua ao exterior tornou a China a segunda maior economia do mundo, com a maior produção industrial, o maior país de comércio de mercadorias e o maior em reservas de divisas, com um contributo superior a 30 por cento para o crescimento da economia mundial.

De acordo com o livro branco intitulado "Sociedade Moderadamente Próspera na China", publicado recentemente pelo Governo chinês, nos últimos 40 anos 770 milhões de pessoas das regiões rurais da China saíram da pobreza, de acordo com os actuais padrões mundiais.

11.5 Países reforça cooperação política com a china

Jornal de Angola

26 De Outubro de 2022

O secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Lopes, analisou, quinta-feira (20), com o embaixador da República Popular da China em Angola, Gong Tao, aspectos voltados ao fortalecimento da cooperação nos domínios político-diplomático, económico-empresarial e saúde.

Na audiência, o embaixador da China manifestou o desejo do seu país em receber a contraproposta do Estado angolano referente ao Protocolo sobre o Envio da Equipa Médica Chinesa a Angola, no âmbito do APRI.

A China apresentou uma proposta ao Estado angolano que visa a aplicação de uma tarifa que varia de zero a 98% às mercadorias de origem angolana a serem exportadas para aquela potência asiática.

A doação de um laboratório de testes de produtos narcóticos foi, igualmente, tema de conversa durante o encontro. No que se refere à cooperação no capítulo da Segurança, Gong Tao solicitou a realização de uma reunião conjunta da coordenação tripartida, na sede do Ministério do Interior, em Luanda, com vista ao tratamento pormenorizado desta matéria.

Domingos Custódio Vieira Lopes ouviu, também, do alto diplomata chinês o desejo de ver realizada a

terceira Comissão da 77ª Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A ocasião serviu, ainda, para o secretário de Estado prestar uma breve informação sobre a realização da X Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico, agendada para Dezembro deste ano, na capital angolana.

Angola e a China mantêm excelentes relações diplomáticas há 40 anos e uma parceria estratégica que se pretende continuar a solidificar em todos os domínios.

11.6 Angola e China podem impulsionar progresso com a exploração de novas áreas

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2022

Texto: Edna Dala

Gong Tao avaliou as potencialidades dos laços que unem os dois povos e Estados durante um encontro com jornalistas angolanos e estrangeiros, promovido pela diplomacia chinesa para lançar as comemorações dos 40 anos da cooperação Angola-China, a assinalar-se em Janeiro do próximo ano.

Acrescentou, a propósito, que os dois países entraram numa era de desenvolvimento e modernização. Para ilustrar o quadro, realçou o potencial das trocas comerciais entre Angola e a China, que, de Janeiro a Agosto, foram avaliadas em 20 mil milhões de dólares, com um aumento de quase 30 por cento, no período homólogo.

O embaixador chinês, Gong Tao, que se fez acompanhar do secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas, fez saber que as autoridades chinesas seguiram com especial atenção o discurso de tomada de posse do Presidente da República, João Lourenço, em que apontou as principais linhas para desenvolvimento do país e a China viu oportunidades com vantagens mútuas, que correspondem à estratégia de desenvolvimento do Gover chinês.

Ao referir-se à exploração energética, a partir de uma leitura global, o embaixador chinês afirmou que "Angola pode assumir um papel de maior protagonismo neste segmento, tendo em conta o facto de ser o segundo maior produtor de petróleo em África".

"Angola, além do petróleo, apresenta uma diversificação das suas fontes de energia e a China está interessada em aumentar a cooperação em vários domínios", frisou o diplomata.

Parceria comercial

O embaixador Gong Tao recordou que a China foi, ao longo dos últimos 15 anos, o primeiro parceiro comercial de Angola. Destacou, dentro da carteira de projectos, que a China está a avaliar, com o Governo angolano, a promoção de novos investimentos, sendo que um dos pacotes que deve merecer especial atenção dos dois Governos é o da isenção de impostos de zero a 98 por cento nas mercadorias de Angola e de toda a África exportadas para a China.

Segundo o embaixador chinês, o crescimento do volume das trocas comerciais entre as partes resulta do aumento de empresas chinesas a actuar nos mais variados sectores em Angola, bem como a aposta do gigante asiático nas relações económicas.

De acordo com Gong Tao, nos últimos 20 anos, Angola recebeu financiamento chinês destinado para várias obras em aeroportos, caminhos-de-ferro, centralidades, hospitais, escolas e barragens, contribuindo no crescimento do país.

Defensor da paz e o desafio da modernização

O embaixador Gong Tao elogiou, no capítulo da paz e segurança, o papel de mediador de Angola no conflito entre a RDC e o Rwanda, cujas acções demonstram o resultado positivo que terá grande impacto na estabilidade da Região dos Grandes Lagos.

Em relação à matéria de Defesa e Segurança, Gong Tao fez uma incursão histórica sobre o percurso da China, desde a luta pela Independência, a guerra civil e as diversas invasões de que o país foi alvo, referindo às grandes mudanças registadas no sistema operacional.

"A China vai continuar a perseguir a sua maior meta, que é alcançar a modernização com esforços próprios e ajuda de outros parceiros", afirmou o embaixador chinês. Citou, a propósito, as linhas gerais saídas do 21º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês.

O grande objectivo com a modernização chinesa, apontou, é garantir uma vida mais feliz ao povo.

A modernização chinesa, frisou Gong Tao, é de 1,4 mil milhões de pessoas, diferente da "modernização" de outros países. Até agora, o mundo não conheceu

nenhum país com essa dimensão que conseguiu fazer a modernização a nível material, cultural e ética.

"Não podemos aceitar uma modernização com um desenvolvimento socioeconómico e com uma diferença entre as várias camadas sociais. Será uma modernização do caminho chinês para as relações com o resto do mundo, sempre na defesa da paz e desenvolvimento comum", sublinhou.

O embaixador da China em Angola fez saber, também, que o seu país está pronto para contribuir e defender a paz mundial e compartilhar as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento com o resto do mundo.

Para o contexto de grandes mudanças e desafios sem precedentes que o mundo vive, reforçou, a China vai continuar a seguir o seu caminho adaptado às próprias realidades.

Gong Tao garantiu que a China vai continuar a apoiar o desenvolvimento de outros países. Parceira estratégica em momentos cruciais Por sua vez, o secretário de Estado da Comunicação Social, Nuno Caldas, reconheceu que a China tem sido um parceiro estratégico para Angola.

"Nos momentos cruciais e nas fases mais difíceis, sempre contamos com o apoio da China", sublinhou.

Durante o encontro com os jornalistas, Nuno Caldas afirmou que o Governo vai manter a parceria estratégica com a China.

No domínio da Comunicação Social, o secretário de Estado disse que a parceria activa tem permitido ao país formar quadros nas grandes universidades chinesas.

Nacionalização da Sociedade Mineira de Catoca não afecta relações

Confrontado com a nacionalização de participações chinesas na Sociedade Mineira de Catoca Lda, por Decreto Presidencial tornado público na última quarta-feira e se a medida afecta as relações entre os dois países, o embaixador disse que não tinha autorização para se pronunciar sobre o assunto, tendo sublinhado a seguir a parceria entre as duas nações nos mais variados domínios.

Ainda sobre o mesmo assunto, o secretário de Estado da Comunicação Social, Nuno Caldas, disse que a medida não afecta as relações, sobretudo neste momento em que tem se verificado alargamento no domínio da cooperação.

Trata-se de um processo isolado que está a ser conduzido pelo Governo. "Que tenhamos confiança nesta boa relação com a China, um país com vocação para a paz, progresso e desenvolvimento", finalizou.

A medida de apropriação pública das participações sociais na Sociedade Mineira de Catoca Lda, detidas pela LL Internacional Holding BV, foi tomada pelo facto desta estar sujeita a fortes medidas restritivas no país e no estrangeiro, que levaram a apreensão da sua participação social pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos e ao estabelecimento de sanções por parte do US Office of Foreign Assets Control.

É entendimento do Presidente da República, segundo o Decreto, que a manutenção da LL Internacional Holding BV na estrutura societária, com os actuais problemas judiciais e reputacionais, coloca em causa a estratégia da Sociedade Mineira de Catoca Lda, uma vez que impossibilita o acesso a funcionamentos vitais para o desenvolvimento de projectos mineiros actuais e futuros.

As quotas apropriadas através do diploma assinado pelo Chefe de Estado consideram-se transmitidas para o Estado, independentemente de quaisquer formalidades, livres de quaisquer ónus ou encargos, sendo oponíveis a terceiros após o registo.

A gestão da participação social ora apropriada é atribuída à ENDIAMA Mining Lda, que representa o Estado em todos os direitos, nos termos da lei angolana

11.7 13.6 Cooperação China deseja reforçar laços, de alargar prazo do pagamento da dívida angolana

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Antunes Zango

A República Popular da China espera "aproximar ainda mais os laços de cooperação e amizade com Angola, que já são bons", assegurou ao Novo Jornal o embaixador chinês em Angola, Gong Tao.

Entre outras coisas, o diplomata sublinhou que, no quadro das relações entre a China e Angola, tem havido contactos frequentes a nível político e que os resultados têm sido "frutíferos", além da cooperação no campo económico e financeiro.

Apesar dos resultados satisfatórios que descreveu, Gong Tao disse ser do interesse de Pequim que se procurem novas áreas para cooperação com Luanda,

além de manifestar o desejo de o seu país prestar "uma melhor implementação dos projectos de cooperação China-África", no âmbito das cooperações do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

"Para a parte chinesa, nós vamos sempre acompanhar e apoiar as políticas nacionais do Governo angolano para uma melhoria contínua do ambiente de investimento, para uma maior diversificação económica. E, às empresas chinesas, nós vamos encorajar para reforçar as participações delas aqui, nas áreas da indústria, produção (...), pesca, turismo e exploração de minerais e na área de construção de infra-estruturas", prometeu o representante de Xi Jinping em Angola, que também prevê apoio para a conclusão das obras do novo Aeroporto Internacional de Luanda, para o projecto hidroeléctrico de Caculo Cabaça, bem como do Porto Caio de Cabinda.

Gong Tao recordou ainda que, no quadro da importância da relação entre os dois países, a China alargou, há dois anos, o prazo para que Angola possa honrar com o compromisso da dívida com o gigante asiático, uma moratória que se estende para até o fim do ano.

Luanda, entretanto, já começou a reduzir a dívida de cerca de 22.000 milhões de dólares norte-americanos, devido à subida do preço do petróleo no mercado internacional influenciada pela guerra na Ucrânia.

"Estamos a constatar uma melhoria da económica de Angola face às dificuldades criadas pela pandemia dos últimos anos.

Felizmente, tínhamos, a China e Angola, alcançado uma organização da dívida para uma moratória do serviço da dívida por parte de Angola até ao ano 2022. Acho que, depois dessa recuperação económica e financeira angolana, a situação da dívida entre a China e Angola terá um bom tratamento, além [de garantirmos] continuação do financiamento chinês para as grandes obras, para ajudar e apoiar o progresso e melhorar as condições [dos angolanos]", garantiu Gong Tao.

11.8 Governo afasta chineses do capital de Catoca

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

O Presidente da República afastou os accionistas chineses da mina de Catoca, a maior do país, nacionalizando as participações detidas pela LL

Internacional Holding BV na Sociedade Mineira de Catoca, anunciou a Presidência.

Segundo a nota, publicada quarta-feira, 26, na página oficial do Facebook, João Lourenço justifica a decisão dizendo que a LL Internacional Holding BV é "neste momento, uma sociedade sujeita a fortes medidas restritivas no País e no estrangeiro, que levaram à apreensão da sua participação social pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos e ao estabelecimento de sanções por parte do US Office of Foreign Assets Control [Gabinete Norte-Americano de Controlo de Activos Estrangeiros]".

O decreto presidencial refere que "a manutenção da LL Internacional Holding BV na estrutura societária, com os actuais problemas judiciais e reputacionais, coloca em causa a estratégia da Sociedade Mineira de Catoca, uma vez que impossibilita o acesso a funcionamentos vitais para o desenvolvimento de projectos mineiros actuais e futuros".

A Leviev International - LLI (China) detinha 18%-da sociedade mineira ooi bloqueada em 2021 e o seu controlo transferido para o IGAPE, a pedido da Procuradoria-Geral da República de Angola. Com essa alteração, o Estado angolano, que já era maioritário no controlo accionista através da ENDIAMA, passou a deter 59% das acções de Catoca, cabendo os restantes 41% à gigante russa Alrosa.

11.9 Trocas comerciais entre Angola e China aumentam 30 por cento

Jornal Economia & Finanças
28 De Outubro de 2022

As trocas comerciais entre Angola e a China registaram um aumento na ordem dos 30 por cento, entre Janeiro e Agosto de 2022, face ao período homólogo, ultrapassando os 20 mil milhões de dólares.

Segundo o embaixador chinês em Angola, Gong Tao, que falava ontem, em Luanda, num encontro com jornalistas, o seu país está a negociar um acordo de protecção e promoção de investimento com Angola e está disponível para oferecer uma isenção de taxas para 98 por cento das mercadorias importadas dos países africanos.

Questionado sobre se Angola terá um maior protagonismo no panorama geoestratégico e político mundial, no actual contexto de crise energética associada à guerra na Ucrânia, Gong Tao afirmou que o país africano, rico em petróleo, "tem dado um

grande contributo para garantir a segurança energética do mundo".

Além do petróleo, sublinhou, Angola está também a diversificar as suas fontes de energia" e a China também pode participar em todas estas áreas".

Assinalou igualmente o "bom papel" que Angola tem desempenhado na manutenção da paz e estabilidade regional, destacando que ao contrário dos conflitos em vários países africanos "esta região da África subsaariana vive em paz e estabilidade".

O diplomata chinês afirmou que a China está interessada em continuar a promover a cooperação com Angola, em termos comerciais e de investimento, e quer atrair mais empresários, sublinhando que estão em curso, ou em perspectiva, novos projectos.

Entre estes apontou a construção de um novo centro comercial em Luanda, uma fábrica de pasta de papel, fábricas de montagem de electro domésticos e outros equipamentos electrónicos, mas também projectos na área agrícola e produtiva, alguns dos quais em fase experimental como a criação de bichos-da-seda.

Jornada de modernização

O encontro foi ocasião para Gong Tao expor a sua visão sobre os resultados do 20.º congresso do Partido Comunista da China, que decorreu na semana passada, tendo salientando que a China prossegue "numa jornada de modernização e desenvolvimento".

"Este congresso aconteceu num momento muito especial para a China e para o resto do mundo", afirmou, frisando que "o povo chinês está a reunir esforços para o objectivo de alcançar a modernização" e revitalizar a nação chinesa.

Congratulou-se ainda com a "erradicação da pobreza no território chinês" e considerou que a China tem conseguido uma renovação das suas ideias, sob a liderança de Xi Jinping, oferecendo "certezas" perante a incerteza mundial.

"Vivemos situações de risco, de divergências, de conflito, de desafios e este congresso, além de desenhar uma meta e objectivos estratégicos para o desenvolvimento chinês, oferece uma certeza da China perante as incertezas do mundo, uma China de paz, de estabilidade política e social", reforçou o diplomata.

Salientou também que a China oferece oportunidades ao resto do mundo, procurando captar mais investimento estrangeiro e desenvolver a cooperação com outros países, apontando iniciativas como a

Faixa e Rota e o Fórum de Cooperação China-África, como demonstrativa da ligação da China com outros países. "Não é possível voltar para trás, fechar de novo a porta", venceu.

11.10 Volume de negócios Angola-China subiu 40%

Novo Jornal

28 De Outubro de 2022

Texto: Antunes Zongo

O volume da troca comercial entre Luanda e Pequim, em 2021, segundo o embaixador chinês, situou-se em 32 mil milhões de dólares, representando um crescimento de 40%, face ao período homólogo. Neste ano de 2022, pelo menos até Agosto, o comércio entre as duas capitais já roçava os 20 mil milhões de dólares, ainda de acordo com o diplomata.

"A China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola, o maior importador do petróleo angolano e também a China continua a ser um dos principais países investidores em Angola", reforçou GongTao.

Dados disponíveis indicam que as relações entre Angola e a China datam desde o período pré-independência de Angola. E, actualmente, são baseadas em uma relação comercial emergente, por exemplo, desde 2011 que Luanda está entre os maiores parceiros comerciais de Pequim no continente africano.

Relatório sobre o desempenho das trocas comerciais chinesas divulgado neste ano indica que Angola foi o terceiro parceiro comercial chinês em África em 2021, estando atrás da África do Sul e da Nigéria.

O comércio entre Luanda e Pequim representou 9% do total da troca comercial do gigante asiático com o continente berço, sendo que a troca chinesa com a África do Sul situou-se em 21% do total e a parceria com a Nigéria fixou-se em 10% do total da troca comercial com o continente.

11.11 Angola quer experiência da China na criação das Zonas Francas

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2022

Texto: Hélder Jeremias

As exportações dos produtos agrícolas nacionais para o mercado chinês com isenção de tarifas aduaneiras, a capacitação de quadros no domínio das Zonas

Francas e a realização de um fórum empresarial público-privado foram os temas que dominaram a audiência que o ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João concedeu ontem, em Luanda, ao embaixador da China, Gong Tao.

No final do encontro, Mário Caetano João disse à imprensa que a China representa um parceiro estratégico em momentos difíceis da economia nacional e que, doravante, as relações entre os dois países estarão viradas para o desenvolvimento, com o foco ao reforço da capacitação dos quadros angolanos e à troca de experiência.

O titular da pasta da Economia e Planeamento referiu que a China possui uma vasta experiência na criação de Zonas Francas, uma área de competitividade que Angola procura desenvolver, razão pela qual foi abordada a possibilidade de envio de quadros para um estágio naquele país, no âmbito das Parcerias Público Privadas (PPP).

A participação da China no programa de privatizações e na digitalização do Programa de Reconversão da Economia Informal, também mereceu especial atenção no encontro, onde ficou decidido a ideia sobre a dedicação do dia "da China" durante a realização da Feira Internacional de Luanda (FILDA), "como uma plataforma para atrair a nata dos empresários para Angola."

"A parceria, de facto, já existe, visto que vários quadros angolanos do sector público têm participado em acções de formação e capacitação, mas gostaríamos de ter uma parceria mais especializada para os desafios do ministério" disse o governante angolano.

Mário Caetano João lembrou já ter estado numa visita à China durante três semanas, "e posso dizer que isto ajuda substancialmente, a entender de que forma os dois países podem ainda mais intensificar as suas áreas".

Quanto à parceria pública privada, o ministro disse que ainda se encontra na fase de identificação de projectos, pois embora já existam alguns projectos relacionados com a construção de pontes, neste encontro foram analisadas a possibilidade de a China participar na construção de mercados que possam acolher um número considerável de vendedores.

"A China fez uma oferta unilateral para a entrada livre de quotas de produtos angolanos e vamos trabalhar com os empresários nacionais no sentido de identificar que produtos, e em que quantidades estariam aptos à entrada para o mercado chinês", sustentou.

Incentivos fiscais no mercado chinês

Além da oferta de entrada de produtos livres de quotas para o mercado chinês, os dois Estados estão ainda a estudar outras medidas não tarifárias de carácter sanitário, fitossanitárias e técnicas, segundo informou o ministro da Economia e Planeamento.

"É evidente que esta oferta de entrada de produtos angolanos livres de quotas ao mercado chinês, representa uma oportunidade que deve ser aproveitada por Angola no quadro da diversificação da economia", disse.

Destacou que Angola exporta para a China petróleo, minerais diversos e recursos florestais, mas há uma tendência de diversificação das exportações, não obstante em quantidades muito reduzidas.

Quanto à dívida de Angola com a China, o ministro salientou que se situa nos 20 mil milhões de dólares.

Os dois dirigentes concordaram ainda com a realização de um fórum empresarial público-privado das empresas chinesas em Angola e todas que tenham interesse em investir no país.

"O embaixador transmitiu a necessidade de que, tão logo tenhamos finalizado o nosso Plano de Desenvolvimento Nacional, realize-se este fórum para transmitir as nossas ideias e visões do Executivo para o empresariado Chinês.